



ENAM 2025.2

PROVA COMENTADA

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 26/10/2025, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para o **Exame Nacional da Magistratura**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 4 questões passíveis de recurso e/ou que devem ser anuladas, por apresentar duas alternativas corretas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 13, 28, 34 e 36.

De modo complementar, elaboramos também o Ranking do **ENAM 2025.2** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/rankings/4f5fed1b-3efa-4c57-aa57-bcfac443fa45>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/fe505c37-60eb-439b-8be2-4898d90a60fd>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia Carreira Jurídica – YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Vinicius Militão,

Coordenador do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA –

EXAME NACIONAL DA MAGISTRATURA

QUESTÃO 01. A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) é um importante instrumento de controle de constitucionalidade, estando prevista na Constituição Federal e na Lei nº 9.882/1999.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- a) Na ADPF, a decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido é irrecurável, mas pode ser objeto de ação rescisória.
- b) Conforme jurisprudência pacificada do Supremo Tribunal Federal, não é possível que a ADPF tenha por objeto um conjunto de reiteradas decisões judiciais sobre determinada matéria.
- c) Na ADPF, assim como ocorre em outras ações de controle concentrado, não é possível o exame da compatibilidade do direito pré-constitucional (leis ou atos normativos anteriores à Constituição Federal de 1988) com normas da Constituição Federal de 1988.
- d) Podem propor ADPF os mesmos legitimados para a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).
- e) Segundo o Supremo Tribunal Federal, a ADPF não é um instrumento eficaz de controle da inconstitucionalidade por omissão, não podendo ter por objeto as omissões do poder público.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) – Legitimidade, Cabimento e Efeitos da Decisão.

A alternativa A está incorreta. A decisão final da ADPF é irrecurável e, por expressa disposição legal, também não pode ser objeto de ação rescisória. Fundamento Legal: Lei nº 9.882/1999, Art. 12: "A decisão que julgar procedente ou improcedente o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental é irrecurável, não podendo ser objeto de ação rescisória."

A alternativa B está incorreta. O Supremo Tribunal Federal (STF) admite de forma pacífica o cabimento da ADPF para impugnar um conjunto de decisões judiciais que, de maneira reiterada, violem preceitos fundamentais, caracterizando uma controvérsia judicial relevante. Fundamento Jurisprudencial: STF, Plenário, ADPF 485/AP. O STF entende que o conjunto de decisões se enquadra no conceito de "ato do Poder Público" previsto no Art. 1º, caput, da Lei nº 9.882/1999.

A alternativa C está incorreta. A ADPF é o instrumento por excelência para o controle de constitucionalidade de leis ou atos normativos anteriores à Constituição de 1988 (direito pré-

constitucional), analisando se foram ou não recepcionados pela nova ordem constitucional. Fundamento Legal: Lei nº 9.882/1999, Art. 1º, parágrafo único, I: "Caberá também arguição de descumprimento de preceito fundamental: I – quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição."

A alternativa D está correta. O rol de legitimados para propor a ADPF é idêntico ao rol de legitimados para a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), que está previsto no Art. 103 da Constituição Federal. Fundamento Legal: Lei nº 9.882/1999, Art. 2º, I: "Podem propor arguição de descumprimento de preceito fundamental: I – os legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade."

A alternativa E está incorreta. O STF admite amplamente o uso da ADPF para sanar a inconstitucionalidade por omissão do Poder Público, seja ela total ou parcial, sempre que a inércia estatal resultar em lesão a preceito fundamental. Fundamento Jurisprudencial: STF, Plenário, ADPF 787/DF. A jurisprudência da Corte reconhece que "atos do Poder Público" (Art. 1º da Lei nº 9.882/99) englobam tanto ações quanto omissões.

QUESTÃO 02. Determinado legitimado à deflagração de tutela coletiva de direitos sociais ingressou com ação civil pública em face de certo ente federativo, sob o argumento de que as prestações afetas ao direito à saúde estavam sendo oferecidas em quantidade e em qualidade inferiores aos devidos, conclusão que se chegava a partir dos indicadores básicos de saúde pública, elaborados pelas próprias estruturas estatais de poder, considerando os fatores demográficos e o índice de incidência de certas patologias conforme a região do país. Por essa razão, requereu que o ente federativo fosse instado a adotar as providências necessárias, mudando as estruturas existentes, adquirindo equipamentos e alocando pessoal, conforme descrição contida na petição inicial.

O Magistrado competente, ao proferir sua sentença, observou corretamente que

a) em razão do primado da Justiça, o Poder Judiciário, na situação descrita, deve indicar o plano de atuação a ser observado pela Administração Pública, para que sejam efetivados os objetivos previstos em lei.

b) o Poder Judiciário, na situação descrita, deve indicar as finalidades a serem alcançadas pela Administração Pública, cabendo a esta última detalhar os meios para que o resultado seja alcançado da melhor maneira possível.

c) caso as providências descritas pelo autor estejam amparadas em estudos técnicos, o Poder Judiciário pode acolhê-las em razão do seu caráter objetivo e pontual, de modo a conferir plena liquidez e certeza à decisão, facilitando, com isso, o seu cumprimento.

d) na tutela coletiva dos direitos fundamentais de caráter social, o Poder Judiciário somente pode determinar a implementação de obrigações previstas em lei, sendo-lhe vedado avançar em juízos de valor afeto à Administração Pública no que diz respeito à eficiência do serviço.

e) em razão da separação dos Poderes e da eficácia limitada das normas constitucionais afetas à generalidade dos direitos sociais de caráter prestacional, o Poder Judiciário não pode substituir-se ao legislador, estabelecendo critérios ou diretrizes para a implementação desses direitos, o que impede a resolução da situação descrita pelo autor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o tema do controle judicial de políticas públicas para a efetivação de direitos sociais, como o direito à saúde, e os limites da atuação do Poder Judiciário frente à discricionariedade administrativa e à separação dos Poderes.

A alternativa A está incorreta. Não cabe ao Poder Judiciário indicar o "plano de atuação" detalhado a ser seguido pela Administração, pois tal conduta representaria uma substituição indevida do administrador, violando o princípio da separação dos Poderes. A função do Judiciário é controlar a legalidade e a constitucionalidade, não executar a política pública. Fundamento Jurisprudencial: A tese fixada no Tema 698 (RE 684.612) do STF estabelece que, como regra geral, não cabe ao Judiciário definir o modo específico de implementação da política pública, o que é competência da Administração.

A alternativa B está correta. Em matéria de políticas públicas, a atuação judicial deve ser deferente à discricionariedade do administrador. Assim, o Judiciário pode determinar as finalidades a serem atingidas (o que fazer), mas a escolha e o detalhamento dos meios para alcançar esse resultado (como fazer) competem à Administração Pública. Fundamento Jurisprudencial: "O Poder Judiciário, em situações excepcionais, pode determinar que a Administração Pública adote medidas concretas para assegurar direitos constitucionais ou para suprir omissões administrativas (...). No entanto, não lhe cabe, como regra geral, definir o modo específico como a política pública será implementada, devendo ater-se a determinar as finalidades a serem alcançadas." (Tese do Tema 698 de Repercussão Geral, STF, RE 684.612).

A alternativa C está incorreta. Mesmo que o autor da ação apresente um plano detalhado e amparado em estudos técnicos, não cabe ao Judiciário simplesmente acolhê-lo e impô-lo à Administração. A escolha entre as possíveis soluções técnicas é mérito administrativo, inserindo-se na esfera de discricionariedade do gestor público. Fundamento Jurisprudencial: A escolha dos meios para atingir a finalidade determinada judicialmente insere-se na esfera de conveniência e oportunidade do administrador público, conforme o entendimento do STF no Tema 698 (RE 684.612).

A alternativa D está incorreta. O controle judicial visa garantir a efetividade de direitos previstos na Constituição, como o direito à saúde, que integra o "mínimo existencial". O Judiciário pode, sim, realizar juízos de valor sobre a omissão ou a prestação deficiente do serviço quando isso resulta na violação de direitos fundamentais. Fundamento Jurisprudencial: "O direito à saúde – além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas – representa consequência constitucional indissociável do direito à vida. (...) O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população". (STF, ADPF 45).

A alternativa E está incorreta. As normas que preveem direitos sociais possuem eficácia jurídica e impõem ao Estado o dever de agir, não sendo meramente programáticas. A omissão estatal na garantia do núcleo essencial desses direitos autoriza a intervenção do Poder Judiciário. Fundamento Jurisprudencial: "A cláusula da 'reserva do possível' – que não pode ser invocada, pelo Poder Público,

com o propósito de exonerar-se do cumprimento de suas obrigações constitucionais (...) – não legitima o inadimplemento de deveres estatais de prestação, constitucionalmente impostos ao Estado, quando, da inexecução de tais encargos, puder resultar a afetação do núcleo essencial de direitos fundamentais". (STF, ADPF 45).

QUESTÃO 03. Dois sindicatos, o representativo da categoria dos trabalhadores na indústria automobilística e o representativo da categoria das montadoras de automóveis, ambos de atuação regional, sem representatividade nacional, firmaram convenção coletiva contendo cláusulas que acabavam por reduzir ou suprimir direitos fundamentais dos trabalhadores.

A partir da hipótese, acerca da competência para julgamento da ação anulatória de cláusula de norma coletiva, assinale a afirmativa correta.

a) A ação poderá ser ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho e a competência originária será do Tribunal Superior do Trabalho.

b) A ação poderá ser ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho e a competência será da Justiça Federal.

c) A ação poderá ser ajuizada por qualquer trabalhador individualmente e a competência será da Justiça Comum Estadual.

d) A ação poderá ser ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho e a competência será da Justiça Comum Estadual.

e) A ação poderá ser ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho e a competência originária será do Tribunal Regional do Trabalho.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da competência para julgar uma Ação Anulatória de cláusula de convenção coletiva e da legitimidade para propô-la, especialmente quando a norma coletiva tem abrangência regional e viola direitos fundamentais dos trabalhadores.

A alternativa A está incorreta. Embora o Ministério Público do Trabalho tenha legitimidade para ajuizar a ação, a competência originária não seria do Tribunal Superior do Trabalho. A competência do TST para julgar originariamente ações anulatórias se dá apenas quando a norma coletiva (convenção ou acordo) tem abrangência supra regional, ou seja, excede a área de jurisdição de um único Tribunal Regional do Trabalho, o que não é o caso da questão. Fundamento Jurisprudencial: A jurisprudência do TST estabelece que a competência originária é do TRT quando a norma coletiva tem base territorial contida em sua jurisdição.

A alternativa B está incorreta. A Justiça Federal não tem competência para julgar causas relativas a normas coletivas de trabalho. A Emenda Constitucional nº 45/2004 consolidou a competência da Justiça do Trabalho para processar e julgar todas as ações oriundas da relação de trabalho, incluindo as que envolvem o exercício do direito de greve e a validade de acordos e convenções coletivas. Fundamento

Legal: Art. 114, III e IX, da CF/88: "Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: (...) III as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores; (...) IX outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei."

A alternativa C está incorreta. A competência não é da Justiça Comum Estadual, pelas mesmas razões expostas na análise da alternativa B. Além disso, embora um trabalhador possa discutir a validade de uma cláusula em uma ação individual, a Ação Anulatória, que visa anular a cláusula para toda a categoria, é uma ação coletiva com legitimidade específica, atribuída principalmente ao Ministério Público do Trabalho.

A alternativa D está incorreta. O Ministério Público do Trabalho tem, de fato, legitimidade para propor a ação, mas a competência para julgá-la não é da Justiça Comum Estadual, e sim da Justiça do Trabalho. Fundamento Legal: Art. 83, IV, da LC 75/93 (Lei Orgânica do MPU): "Compete ao Ministério Público do Trabalho o exercício das seguintes atribuições junto aos órgãos da Justiça do Trabalho: (...) IV - propor as ações cabíveis para declaração de nulidade de cláusula de contrato, acordo coletivo ou convenção coletiva que viole as liberdades individuais ou coletivas ou os direitos individuais indisponíveis dos trabalhadores;"

A alternativa E está correta. O Ministério Público do Trabalho possui legitimidade para propor a Ação Anulatória. Como os sindicatos que firmaram a convenção têm atuação regional, a competência originária para processar e julgar a ação é do Tribunal Regional do Trabalho da respectiva região. Esse entendimento se dá por aplicação analógica da regra de competência para julgamento de dissídios coletivos. Fundamento Legal e Jurisprudencial: Art. 83, IV, da LC 75/93: Confere legitimidade ao MPT para propor a ação. Art. 678, I, 'a', da CLT (aplicado por analogia): "Aos Tribunais Regionais, quando divididos em Turmas, compete: I - ao Tribunal Pleno, especialmente: a) processar, conciliar e julgar originariamente os dissídios coletivos;". A jurisprudência do TST (ex: ROT: 0000403-87.2021.5.08.0000) pacificou o entendimento de que essa regra se aplica por analogia às ações anulatórias, fixando a competência originária no TRT quando a norma coletiva não excede sua jurisdição.

QUESTÃO 04. A inobservância da legislação trabalhista por diversos entes da administração pública indireta do Estado Alfa, nas relações jurídicas mantidas com os respectivos empregados, levou os órgãos competentes de primeira e de segunda instâncias da Justiça do Trabalho, com competência na respectiva esfera territorial, a proferirem decisões, em sede de tutela individual e coletiva, determinando que fosse observada a referida legislação, especificamente em relação à rotina e ao ambiente de trabalho.

Em razão da reiterada inobservância das decisões proferidas, cogitou-se, entre as varas do trabalho e as turmas do respectivo Tribunal Regional do Trabalho, a possibilidade de ser decretada a intervenção federal em Alfa.

Em relação à decretação da intervenção, à luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

a) pode ocorrer na modalidade espontânea, sem prejuízo da correlata requisição do órgão do Poder Judiciário coacto ou impedido.

b) deve ser requisitada pelo Supremo Tribunal Federal, cabendo ao Congresso Nacional a apreciação do decreto interventivo a posteriori.

c) pressupõe o provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de ação direta interventiva ajuizada pelo Procurador-Geral da República.

d) pode ser requerida pelas varas do trabalho e pelas turmas do Tribunal Regional do Trabalho, cabendo ao Presidente da República decidir pela decretação ou não da intervenção.

e) deve ser requisitada pelo Tribunal Superior do Trabalho, somente havendo liberdade de conformação do Presidente da República em relação à estruturação do decreto, não quanto à decretação em si.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da sistemática constitucional da intervenção federal, especificamente na hipótese de coação contra o Poder Judiciário ou desobediência a ordem judicial.

A alternativa A está incorreta. A intervenção federal para garantir o livre exercício do Poder Judiciário é classificada como "provocada", ou seja, depende de uma requisição. A modalidade espontânea, decretada de ofício pelo Presidente da República, restringe-se a outras hipóteses. Fundamento Legal: Art. 36, I, da CF/88: "A decretação da intervenção dependerá: I - no caso do art. 34, IV, de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário;". As hipóteses de intervenção espontânea estão no Art. 34, I, II e III, da CF/88: "A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para: I - manter a integridade nacional; II - repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da Federação em outra; III - pôr termo a grave comprometimento da ordem pública;".

A alternativa B está correta. A situação descrita, em que a inobservância reiterada de decisões judiciais impede a atuação da Justiça do Trabalho, caracteriza uma coação ao Poder Judiciário (Art. 34, IV). Nessa hipótese, a Constituição determina que a intervenção dependerá de requisição do Supremo Tribunal Federal (Art. 36, I). Uma vez requisitada, o Presidente da República edita o decreto interventivo, que será submetido à apreciação do Congresso Nacional (Art. 36, § 1º). Fundamento Legal: Art. 34, IV: "A União não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto para: IV - garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação;". Art. 36, I: "A decretação da intervenção dependerá: I - no caso do art. 34, IV, de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário;". Art. 36, § 1º: "O decreto de intervenção, que especificará a amplitude, o prazo e as condições de execução e que, se couber, nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional ou da Assembleia Legislativa do Estado, no prazo de vinte e quatro horas."

A alternativa C está incorreta. O provimento de representação do Procurador-Geral da República pelo STF é o procedimento previsto para as hipóteses de violação dos princípios constitucionais sensíveis (Art. 34, VII) ou de recusa à execução de lei federal, e não para o caso de coação ao Judiciário. Fundamento Legal: Art. 36, III: "A decretação da intervenção dependerá: III - de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal."

A alternativa D está incorreta. A Constituição não confere legitimidade a varas ou a Tribunais Regionais para requisitar diretamente a intervenção federal. A requisição, no caso de coação contra o Poder Judiciário, é centralizada no Supremo Tribunal Federal. Fundamento Legal: Art. 36, I: "A decretação da intervenção dependerá: I - no caso do art. 34, IV, de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação for exercida contra o Poder Judiciário;".

A alternativa E está incorreta. O Tribunal Superior do Trabalho (TST) não está no rol de órgãos judiciários legitimados a requisitar a intervenção federal por desobediência a ordem judicial. Além disso, a situação descrita (inobservância reiterada que impede a atuação) se enquadra melhor como coação ao Judiciário, atraindo a competência do STF para a requisição. Fundamento Legal: Art. 36, II: "A decretação da intervenção dependerá: II - no caso de desobediência a ordem ou decisão judicial, de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral;".

QUESTÃO 05. A atividade de persecução penal realizada pelo Estado deve observar, a todo momento, os limites postos pelos direitos fundamentais dos investigados e acusados. Nessa toada, o Supremo Tribunal Federal, como guardião da Constituição, mais de uma vez já foi chamado a se pronunciar sobre o direito à prova no processo penal e nas suas restrições, os limites de determinados meios de obtenção de prova, as técnicas investigativas, e outros temas correlatos.

Considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre essa matéria, analise as afirmativas a seguir.

I. É inconstitucional a norma que permite o acesso, por autoridades policiais e pelo Ministério Público, a dados cadastrais de pessoas investigadas independentemente de autorização judicial.

II. Em se tratando de aparelho celular apreendido na forma do Art. 6º do Código de Processo Penal ou por ocasião da prisão em flagrante, o acesso aos respectivos dados será condicionado ao consentimento expresso e livre do titular dos dados ou de prévia decisão judicial que justifique, com base em elementos concretos, a proporcionalidade da medida e delimite sua abrangência à luz dos direitos fundamentais à intimidade, privacidade, proteção dos dados pessoais e autodeterminação informacional, inclusive nos meios digitais.

III. São lícitas as sucessivas renovações de interceptação telefônica, desde que, verificados os requisitos do Art. 2º da Lei nº 9.296/1996 e demonstrada a necessidade da medida diante de elementos concretos e a complexidade da investigação, a decisão judicial inicial e as prorrogações sejam devidamente motivadas, com justificativa legítima, ainda que sucinta, a embasar a continuidade das investigações. São ilegais as motivações padronizadas ou reproduções de modelos genéricos sem relação com o caso concreto.

Está correto o que se afirma em

a) II, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A questão trata do direito à prova no processo penal e dos limites constitucionais das técnicas de investigação criminal, conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

A afirmativa I está incorreta. O STF considerou constitucional o acesso, por autoridades policiais e pelo Ministério Público, a dados cadastrais básicos (como nome, filiação e endereço) sem necessidade de autorização judicial (Processo: ADIn 4.906).

A afirmativa II está correta. O STF, ao julgar o Tema 977 de repercussão geral, fixou a tese de que o acesso aos dados de celular apreendido em flagrante ou nos termos do artigo 6º do CPP exige consentimento expresso do titular ou autorização judicial prévia, devidamente fundamentada.

A afirmativa III está correta. O STF, ao julgar o Recurso Extraordinário 625263 (Tema 661), decidiu que as prorrogações sucessivas de interceptações telefônicas são lícitas, desde que fundamentadas com base em elementos concretos e na complexidade da investigação. De acordo com a decisão, motivações padronizadas ou reproduções de modelos genéricos, sem relação com o caso concreto, são ilegais.

QUESTÃO 06. A respeito dos diferentes tipos e formas de controle de constitucionalidade, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() As normas constitucionais de reprodução obrigatória têm validade nacional e, por isso, integram a ordem jurídica dos Estados-membros.

() Se as normas de reprodução obrigatória estiverem omissas na Constituição do Estado-membro, estas não integram a sua ordem jurídica.

() As normas constitucionais de reprodução obrigatória gozam da inexistência de discricionariedade do Estado-membro para a sua incorporação no seu ordenamento.

As afirmativas são, respectivamente:

a) V – F – F

b) V – F – V

c) V – V – F

d) F – V – V

e) F – V – F

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda a teoria das normas constitucionais de reprodução obrigatória, um tema central para a compreensão do federalismo e do controle de constitucionalidade estadual.

O item I está correto. As normas de reprodução obrigatória são preceitos da Constituição Federal que vinculam os Estados-membros por força do princípio da supremacia constitucional, garantindo a unidade da ordem jurídica nacional.

O item II está incorreto. A força normativa dessas normas deriva diretamente da Constituição Federal, independentemente de sua transcrição na Constituição Estadual. Elas integram implicitamente a ordem jurídica do Estado e servem como parâmetro de controle.

O item III está incorreto. A afirmação de que há uma "inexistência" de discricionariedade é um exagero técnico. Embora o Estado não possa deixar de observar a norma, a doutrina reconhece que ele possui uma limitada margem de conformação ou adaptação para ajustá-la às suas peculiaridades locais, sem contrariar seu núcleo essencial.

Fonte: LDI de Direito Constitucional – Prof. Nelma - Estratégia Carreiras Jurídicas.

QUESTÃO 07. Mariana é irmã de André. André atualmente está preso, em regime fechado, em razão do cometimento dos crimes de tráfico de drogas e de associação para o tráfico. André era um dos integrantes da facção criminosa que dominava o território do bairro Lua Nova, na cidade XY.

Mariana reside no referido bairro, e já foi processada criminalmente pelo crime de tráfico de drogas, mas foi absolvida por ausência de provas, tendo a sua sentença absolutória já transitado em julgado.

Em um domingo ensolarado, Mariana decide visitar seu irmão no presídio, acompanhada de sua filha Joana, uma criança de 6 (seis) anos de idade. O diretor do presídio, entretanto, teme a visita de Mariana, pois julga que há risco de ela transportar drogas para dentro do presídio.

Diante desses fatos, considerando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a revista íntima em presídios, assinale a afirmativa correta.

a) O diretor do presídio poderá ordenar que seja realizada a revista íntima em Joana, desde que tal revista seja realizada por uma equipe técnica especializada da área de infância e juventude, em ambiente adequado.

b) A autoridade administrativa, de forma fundamentada e por escrito, tem o poder de não permitir a visita de Mariana, inexistindo na espécie elementos presentes indícios robustos de ser ela portadora de qualquer objeto cujo conteúdo seja ilegal.

c) Visitas sociais nos presídios ou estabelecimentos de detenção é inadmissível e inviável se tratar de local de cumprimento de visitantes ou os exames invasivos com a finalidade de assegurar humilhação. A prova obtida por esse meio é inválida, diante das decisões judiciais tomadas em cada caso concreto.

d) O diretor do presídio não poderá ordenar que seja realizada uma revista íntima em Mariana antes de se ingressar no referido, pois a revista íntima é terminantemente vedada pelo Supremo Tribunal Federal em qualquer hipótese, uma vez que representa violação de direitos fundamentais.

e) A autoridade administrativa, de forma fundamentada e por escrito, tem o poder de não permitir a visita de Mariana diante da presença de indício robusto de ela ser portadora de qualquer item corporal oculto ou sonogado, especialmente de material proibido, como produtos ilegais, drogas ou objetos perigosos. No caso, a existência de processo criminal anterior em desfavor de Mariana, ainda que nele tenha sido proferida sentença absolutória transitada em julgado, e o fato dela residir em área dominada por facção criminosa, constituem indícios robustos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre revista íntima em presídios, limites constitucionais e jurisprudência do STF.

A alternativa A está incorreta. O STF proíbe a revista íntima de crianças, ainda que realizada por equipe técnica. Segundo o item 6, inciso III, do tema 998 do STF (recurso extraordinário com agravo, ARE nº 959620): “(...) (iii) O procedimento de revista em criança, adolescente ou pessoa com deficiência intelectual que não possa emitir consentimento válido será substituído pela revista invertida, direcionada à pessoa a ser visitada.”

A alternativa B está incorreta. A autoridade administrativa não pode restringir a visita de Mariana, sem motivos concretos para tanto. Conforme o item 2 do tema 998 do STF (recurso extraordinário com agravo, ARE nº 959620): “(...) 2. A autoridade administrativa, de forma fundamentada e por escrito, tem o poder de não permitir a visita diante da presença de indício robusto de ser a pessoa visitante portadora de qualquer item corporal oculto ou sonogado, especialmente de material proibido, como produtos ilegais, drogas ou objetos perigosos. São considerados robustos indícios embasados em elementos tangíveis e verificáveis, como informações prévias de inteligência, denúncias, e comportamentos suspeitos. (...)”.

A alternativa C está correta. A alternativa está de acordo com o item 1 do tema 998 do STF (recurso extraordinário com agravo, ARE nº 959620), veja: “(...) 1. Em visitas sociais nos presídios ou estabelecimentos de segregação é inadmissível a revista íntima vexatória com o desnudamento de visitantes ou exames invasivos com finalidade de causar humilhação. A prova obtida por esse tipo de revista é ilícita, salvo decisões judiciais em cada caso concreto. A presente decisão tem efeitos prospectivos a partir da publicação da ata do julgamento (...)”

A alternativa D está incorreta. A revista íntima é excepcional, mas pode ocorrer em casos específicos, na forma do item 6 do tema 998 do STF (recurso extraordinário com agravo, ARE nº 959620): “(...) 6. Excepcionalmente, na impossibilidade ou inefetividade de utilização do scanner corporal, esteira de raio-x, portais detectores de metais, a revista íntima para ingresso em estabelecimentos prisionais, diante de indícios robustos de suspeitas, tangíveis e verificáveis, deverá ser motivada para cada caso específico e dependerá da plena concordância do visitante, vedada, em qualquer circunstância, a execução da revista como forma de humilhação e de exposição vexatória; deve ser realizada em local adequado, exclusivo para tal verificação, e apenas em pessoas maiores e que possam emitir consentimento válido por si ou por meio de seu representante legal, de acordo com protocolos gerais e nacionais preestabelecidos e por pessoas do mesmo gênero do visitante, preferencialmente por profissionais de saúde, nas hipóteses de desnudamento e exames invasivos. (i) O excesso ou o abuso da realização da revista íntima acarretarão responsabilidade do agente público ou do profissional de saúde habilitado e ilicitude de eventual prova obtida. (ii) Caso não haja concordância do visitante, a autoridade administrativa poderá, de forma fundamentada e por escrito, impedir a realização da visita. (iii) O procedimento de revista em criança, adolescente ou pessoa com deficiência intelectual que não possa emitir consentimento válido será substituído pela revista invertida, direcionada à pessoa a ser visitada.”

A alternativa E está incorreta. A existência de processo criminal anterior em desfavor de Mariana, ainda que nele tenha sido proferida sentença absolutória transitada em julgado, e o fato dela residir em área dominada por facção criminosa, não constituem indícios robustos que indiquem a necessidade de revista íntima. Segundo o STF: “A autoridade administrativa, de forma fundamentada e por escrito, tem o poder de não permitir a visita diante da presença de indício robusto de ser a pessoa visitante portadora de qualquer item corporal oculto ou sonogado, especialmente de material proibido, como produtos ilegais, drogas ou objetos perigosos. São considerados robustos indícios embasados em elementos tangíveis e verificáveis, como informações prévias de inteligência, denúncias, e comportamentos suspeitos. STF. Plenário. ARE 959.620/RS, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 02/04/2025 (Repercussão Geral – Tema 998) (Info 1172).”

QUESTÃO 08. Um grupo de parlamentares apresentou um projeto de lei no Senado Federal, casa iniciadora, que institui determinada política pública de viés prestacional, direcionada à preservação da integridade física e mental das vítimas de eventos climáticos extremos, a ser implementada pelo Poder Executivo Federal. Foi prevista, ainda, a possibilidade de serem celebradas parcerias interfederativas com o objetivo de desconcentrar a atuação das estruturas estatais de poder e, por via reflexa, ampliar os níveis de eficiência.

Ao analisar a proposição legislativa, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania observou corretamente que

- a) a parceria alviada importaria em delegação de competências da União, o que é vedado.**
- b) a proposição legislativa não apresenta incompatibilidades de cunho formal ou material com a ordem constitucional.**
- c) a tramitação da proposição legislativa deve ser iniciada na Câmara dos Deputados, isso em razão da natureza da matéria.**

d) os parlamentares não têm legitimidade para apresentar a proposição legislativa, considerando a natureza da atividade disciplinada.

e) a disciplina de políticas públicas não é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, mas a disciplina de competências vinculadas a essa estrutura de poder o é, logo a proposição legislativa afronta a ordem constitucional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata dos limites da iniciativa parlamentar em projetos de lei que criam atribuições e despesas para o Poder Executivo, tema objeto de análise pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 917 de Repercussão Geral.

A alternativa A está incorreta. A parceria interfederativa prevista no projeto não é uma delegação vedada de competência, mas sim uma forma de cooperação federativa, mecanismo incentivado pela própria Constituição para dar maior eficiência à gestão de interesses comuns, como a proteção ao meio ambiente e a assistência social. Fundamento Legal: Art. 23, parágrafo único, da CF/88: "Leis complementares fixarão normas para a cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional."

A alternativa B está correta. A proposição não apresenta vício de iniciativa (incompatibilidade formal), pois, embora crie uma atribuição e, conseqüentemente, uma despesa para o Poder Executivo, ela não trata da estrutura ou da atribuição específica de seus órgãos, nem do regime jurídico de servidores. Materialmente, a política pública está alinhada com os deveres constitucionais do Estado. Fundamento Jurisprudencial: Tese do Tema 917 de Repercussão Geral (RE 844.845): "Não usurpa a competência privativa do Chefe do Poder Executivo lei que, embora crie despesa para a Administração, não trata da sua estrutura ou da atribuição de seus órgãos nem do regime jurídico de servidores públicos (art. 61, § 1º, II, 'a', 'c' e 'e', da Constituição Federal)."

A alternativa C está incorreta. A regra geral do processo legislativo permite que a proposição de iniciativa parlamentar se inicie em qualquer das Casas do Congresso Nacional. A obrigatoriedade de início na Câmara dos Deputados se aplica a casos específicos, como os projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do STF e dos Tribunais Superiores, o que não é a situação descrita. Fundamento Legal: Art. 64 da CF/88: "A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados."

A alternativa D está incorreta. Os parlamentares possuem legitimidade para apresentar projetos de lei que instituam políticas públicas, ainda que estas gerem despesas para o Executivo. A vedação constitucional à iniciativa parlamentar é restrita e não abrange a criação de programas ou políticas de caráter geral, conforme pacificado pelo STF. Fundamento Legal: A competência privativa do Presidente da República está listada no Art. 61, § 1º, da CF/88, e a jurisprudência (Tema 917) interpreta esse rol de forma restritiva, permitindo a iniciativa parlamentar em casos como o da questão. Art. 61, § 1º, CF/88: "São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que: I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas; II - disponham sobre: a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração; b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios; c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos,

estabilidade e aposentadoria; d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios; e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva."

A alternativa E está incorreta. A primeira parte da assertiva está correta (disciplina de políticas públicas não é privativa), mas sua conclusão é falha. O projeto de lei, ao instituir uma política pública, atribui uma nova tarefa ao Executivo, mas não chega a "disciplinar competências" no sentido de alterar a estrutura ou a organização da Administração Pública, matéria esta sim de iniciativa privativa do Presidente. A simples criação de um dever de implementação de política pública não configura o vício de iniciativa, conforme a tese do Tema 917.

QUESTÃO 09. A entidade religiosa ABC mantém um cemitério privado religioso no Município X, para uso de seus fiéis, mediante cobrança de valores similares àqueles cobrados no Cemitério Público Municipal para o sepultamento. Os valores arrecadados no cemitério privado religioso são integralmente usados na manutenção do próprio cemitério e na remuneração dos salários dos trabalhadores do cemitério e na remuneração eclesiástica dos ministros religiosos que nele atuam prestando assistência religiosa e funeral.

O Município X vem lançando e cobrando o IPTU e a taxa de coleta domiciliar de lixo do imóvel onde situa o cemitério religioso, mas a entidade religiosa ABC jamais recolheu o pagamento tais cobranças. O Município X propôs execução fiscal contra a entidade para cobrança da dívida tributária que entende estar relacionada ao IPTU e à taxa de coleta domiciliar de lixo referentes aos últimos três anos, alegando que não havia lei municipal isentando tal entidade dessas cobranças.

Acerca desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) É indevida a cobrança de IPTU e da taxa de coleta domiciliar de lixo.**
- b) É cabível a cobrança de IPTU, mas não da taxa de coleta domiciliar de lixo.**
- c) Tanto o salário auferido pelos empregados do cemitério privado como a remuneração eclesiástica paga aos ministros religiosos que nele atuam afastam a imunidade tributária.**
- d) Como os valores praticados no cemitério privado são similares àqueles do Cemitério Público Municipal, deve haver a cobrança integral tanto do IPTU como da taxa de coleta domiciliar de lixo.**
- e) Como parte da renda auferida pelos serviços prestados pelo cemitério privado é usada para o pagamento dos salários dos empregados e para a remuneração eclesiástica dos ministros religiosos que nele atuam, deve haver a cobrança integral tanto do IPTU como da taxa de coleta domiciliar de lixo.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda a imunidade tributária dos templos de qualquer culto, prevista na Constituição, e seus limites, especialmente a distinção entre impostos e taxas e a diferença entre a imunidade da entidade religiosa e a tributação da renda de seus membros ou empregados.

A alternativa A está incorreta. A imunidade tributária concedida aos templos de qualquer culto abrange apenas os impostos sobre patrimônio, renda e serviços. Ela não se estende às taxas, que são tributos vinculados a uma contraprestação estatal específica e divisível. Fundamento Legal: Art. 150, VI, "b", da CF/88: "Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (...) VI - instituir impostos sobre: (...) b) templos de qualquer culto;" Art. 145, II, da CF/88: "A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos: (...) II - taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;"

A alternativa B está incorreta. A alternativa inverte a lógica da imunidade. O IPTU, por ser um imposto sobre o patrimônio, está abrangido pela imunidade, desde que o imóvel seja utilizado para as finalidades essenciais da entidade. Já a taxa de coleta de lixo, por não ser um imposto, é devida. A imunidade do IPTU decorre do Art. 150, VI, "b", da CF/88. O STF, no julgamento do RE 578.562 (Tema 32 de Repercussão Geral), estendeu essa imunidade aos cemitérios que sejam uma extensão das finalidades essenciais da entidade religiosa. Por outro lado, a cobrança da taxa é legítima, pois a imunidade não as alcança. Literalidade da lei: Art. 150, VI, "b", da CF/88: "Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (...) VI - instituir impostos sobre: (...) b) templos de qualquer culto;"

A alternativa C está correta. A imunidade tributária é um benefício concedido à entidade religiosa (pessoa jurídica), não se estendendo às pessoas físicas que a ela se vinculam. A renda auferida por seus empregados (salários) e ministros religiosos (remuneração) constitui fato gerador do Imposto de Renda e deve ser tributada normalmente. A imunidade do Art. 150, VI, "b", da CF/88, protege a entidade. A tributação da renda das pessoas físicas é regida pelo Art. 153, III, da CF/88, que não prevê isenção para salários ou remunerações pagas por entidades imunes. Literalidade da lei: Art. 153, III, da CF/88: "Compete à União instituir impostos sobre: (...) III - renda e proventos de qualquer natureza;"

A alternativa D está incorreta. O fato de os valores cobrados serem similares aos do cemitério público é irrelevante para a análise da imunidade. O critério definido pela Constituição e pela jurisprudência não leva em conta o preço do serviço. O Art. 150, § 4º, da CF/88, estabelece que a imunidade se aplica desde que o patrimônio, a renda e os serviços estejam relacionados com as finalidades essenciais da entidade. A jurisprudência do STF confirma que a cobrança por serviços, por si só, não descaracteriza a imunidade, desde que os recursos sejam revertidos para os objetivos da instituição. Literalidade da lei: Art. 150, § 4º, da CF/88: "As vedações expressas no inciso VI, alíneas "b" e "c", compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas."

A alternativa E está incorreta. A utilização da renda para o pagamento de salários e remunerações dos ministros que atuam na atividade-fim é justamente uma das formas de aplicar os recursos nas finalidades essenciais da entidade. Essa prática não descaracteriza a imunidade. O Art. 150, § 4º, da CF/88, exige que a renda da entidade seja aplicada em suas finalidades essenciais. O pagamento de pessoal que trabalha para a consecução desses fins (manutenção do cemitério e prestação de serviços religiosos) é a própria materialização dessa exigência. Portanto, esse fato reforça o direito à imunidade,

em vez de afastá-lo. Literalidade da lei: Art. 150, § 4º, da CF/88: "As vedações expressas no inciso VI, alíneas "b" e "c", compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas."

QUESTÃO 10. O Presidente da República editou a Medida Provisória nº X (MPX), com o alegado objetivo de assegurar o primado da moralidade administrativa das agências reguladoras federais. Esse diploma normativo estabeleceu a vedação de que os servidores que ocupassem cargos de provimento efetivo nessas agências viessem a exercer outra atividade profissional ou desempenhar funções afetas à direção político-partidária.

Durante o processo legislativo direcionado ao exame da MPX, um legitimado ajuizou ação direta de inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal Federal (STF).

À luz da sistemática constitucional vigente, assinale a afirmativa correta.

- a) A MPX, em razão de sua precariedade, não pode ser objeto de ADI perante o STF.**
- b) A MPX ajusta-se aos objetivos almejados, não apresentando vício de constitucionalidade.**
- c) A MPX não poderia versar sobre o referido objeto, sendo, portanto, inconstitucional.**
- d) A matéria é própria do regime jurídico dos servidores públicos civis, não sendo cabível a instituição de sistemática específica apenas para os servidores das agências reguladoras.**
- e) A MPX poderia estatuir vedações ao exercício de outra atividade profissional, mas não impor restrições à atividade político-partidária, o que exigiria a edição de lei complementar.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão avalia o conhecimento sobre as limitações materiais ao poder de editar Medidas Provisórias e sua relação com o regime jurídico dos servidores públicos.

A alternativa A está incorreta. O Supremo Tribunal Federal (STF) tem jurisprudência pacífica no sentido de que Medidas Provisórias, por terem força de lei, são atos normativos primários e, portanto, podem ser objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) desde a sua edição. Fundamento Jurisprudencial: A jurisprudência do STF é consolidada no sentido de admitir o controle concentrado de constitucionalidade de medidas provisórias, por se tratarem de atos normativos primários dotados de força de lei (e.g., ADI 2.213 MC, Rel. Min. Celso de Mello).

A alternativa B está correta. A MPX tem como objeto o regime jurídico de uma categoria específica de servidores públicos (das agências reguladoras), estabelecendo regras de incompatibilidade para assegurar a moralidade e a imparcialidade, princípios basilares da Administração Pública. A vedação ao exercício de outra atividade profissional e à direção político-partidária não legisla primariamente sobre "direitos políticos" ou "partidos políticos" (matérias vedadas à MP pelo Art. 62, § 1º, I, 'a'), mas sim estabelece uma condição para o exercício de um cargo público específico, visando evitar conflitos de interesse. Trata-se de norma sobre o regime de servidores, matéria que, em tese, pode ser veiculada por

medida provisória, desde que presentes os requisitos de relevância e urgência. Fundamento Legal (Constituição Federal): Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência [...].

A alternativa C está incorreta. A vedação à edição de MPs sobre direitos políticos e partidos políticos (Art. 62, § 1º, I, 'a') visa impedir alterações na estrutura do sistema político e eleitoral por meio de um ato unilateral do Presidente. No caso, a norma não altera o direito político em si, mas estabelece uma regra de incompatibilidade funcional para uma carreira específica, o que se insere no âmbito do regime jurídico dos servidores públicos. Fundamento Legal (Constituição Federal): Art. 62, § 1º É vedada a edição de medidas provisórias sobre matéria: I - relativa a: a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral; (A interpretação é que a vedação se aplica à legislação geral sobre o tema, e não a uma regra específica de incompatibilidade funcional de servidores).

A alternativa D está incorreta. Embora a matéria se insira no regime jurídico dos servidores, não há uma vedação constitucional genérica que impeça a criação de regras específicas para determinadas categorias, como as das agências reguladoras. O vício da MPX não está na especificidade da norma, mas no instrumento legislativo utilizado. Fundamento da Doutrina Majoritária: A própria estrutura da Administração Pública e o princípio da isonomia (Art. 5º, caput, CF/88), em sua dimensão material, permitem o tratamento diferenciado a categorias de servidores cujas funções possuem particularidades, desde que o critério de distinção seja razoável.

A alternativa E está incorreta. A MPX não poderia impor restrições à atividade político-partidária, não por exigir lei complementar, mas por ser matéria vedada a Medidas Provisórias. Além disso, a jurisprudência do STF é restritiva quanto ao uso de MPs para alterar o regime jurídico de servidores, por entender que tais matérias, em regra, não atendem ao requisito da urgência. Fundamento Jurisprudencial: O STF realiza um controle rigoroso do requisito da urgência (Art. 62, caput, CF/88) para a edição de Medidas Provisórias, especialmente em matéria de regime de servidores públicos, afastando a sua validade quando a urgência não é demonstrada de forma objetiva e concreta (e.g., ADI 2.303).

QUESTÃO 11. Considerando os dispositivos constitucionais sobre os tribunais de contas e o controle interno da Administração Pública, bem como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre essas matérias, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao respectivo tribunal de contas, sob pena de responsabilidade solidária.

() Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante os tribunais de contas.

() Prefeitos que ordenam despesas têm o dever de prestar contas. Portanto, compete aos tribunais de contas o julgamento das contas de prefeitos que atuem na qualidade de ordenadores de despesas. Se os tribunais de contas, ao julgarem contas de prefeitos que atuem

na qualidade de ordenadores de despesas, atestarem a irregularidade das contas de gestão, poderão aplicar a estes prefeitos as sanções de imputação de débito e de multa, gerando assim a inelegibilidade do prefeito sancionado, independentemente de ratificação pelas Câmaras Municipais.

As afirmativas são, respectivamente:

a) F – F – F

b) F – F – V

c) F – V – V

d) V – V – F

e) V – V – V

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão avalia o conhecimento sobre o sistema de controle da Administração Pública, envolvendo o controle interno e o papel dos Tribunais de Contas, com base na Constituição e na jurisprudência do STF.

A afirmativa I está correta. A Constituição Federal determina que os três Poderes devem manter um sistema de controle interno que atue de forma integrada. Além disso, estabelece o dever dos responsáveis por esse controle de comunicar qualquer irregularidade ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilização solidária, o que reforça a colaboração entre os sistemas de controle interno e externo. Fundamento Legal: Art. 74, caput e § 1º, da CF/88: Art. 74. Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de: I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União; II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; III - exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União; IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional. § 1º Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade solidária.

A afirmativa II está correta. A Constituição prevê um importante mecanismo de controle social, conferindo legitimidade a qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante os Tribunais de Contas, ampliando a fiscalização sobre a Administração Pública. Fundamento Legal: Art. 74, § 2º, da CF/88: § 2º Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.

A afirmativa III está incorreta. A afirmativa generaliza uma competência que é excepcional. O Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF 982, reafirmou a competência do Tribunal de Contas da União (TCU) para julgar, em caráter definitivo, as contas de prefeitos que atuam como ordenadores de despesa

na gestão de recursos federais transferidos voluntariamente (por meio de convênios, por exemplo). No entanto, essa competência é específica para essa hipótese. A afirmativa erra ao tratar essa exceção como a regra geral para todas as contas de gestão, o que contraria o entendimento de que as demais contas, que envolvem recursos municipais, são julgadas pela Câmara Municipal. Fundamento Jurisprudencial: STF, Plenário, ADPF 982.

QUESTÃO 12. Assinale a opção que indica corretamente a competência para o julgamento do fato.

a) Lucas, Juiz de Direito do Estado Alfa, é acusado de crime financeiro. Em razão do foro por prerrogativa de função, Lucas deve ser julgado perante o Tribunal Regional Federal que abrange o Estado Alfa.

b) Carlos é acusado de armazenar e compartilhar material pedopornográfico via grupos de aplicativo de troca de mensagens instantâneas; em razão da utilização da internet, a competência é da Justiça Federal.

c) Pedro é acusado da prática de estelionato praticado por redes sociais, vitimando pessoas no exterior, embora Pedro esteja em território nacional. Evidenciada a transnacionalidade do delito, a competência é da Justiça Federal.

d) Enzo adquiriu, em uma feira, equipamentos eletrônicos cuja importação é proibida, sendo denunciado pelo delito de contrabando. Tendo em vista que o fato ocorreu em território nacional, a competência é da Justiça Estadual.

e) Matheus foi investigado pela Polícia Federal por realizar o transporte de drogas entre os Estados do Paraná e de São Paulo, sendo acusado de tráfico interestadual de drogas; a competência para o julgamento, nesse caso, é da Justiça Estadual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da competência jurisdicional para julgamento de crimes.

A alternativa A está incorreta. Juízes de Direito estaduais, quando acusados de crimes comuns, são julgados pelo Tribunal de Justiça do respectivo estado, e não pelo Tribunal Regional Federal, conforme o artigo 96, inciso III, da Constituição Federal: “Compete privativamente: (...) III - aos Tribunais de Justiça julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.”.

A alternativa B está incorreta. A competência para julgar crimes de pedofilia, incluindo armazenamento e compartilhamento de material pedopornográfico, geralmente é da Justiça Estadual, a menos que haja elementos que justifiquem a competência federal, como a transnacionalidade ou interesse direto da União.

A alternativa C está incorreta. O presente caso não atrai a competência da Justiça Federal. Em primeiro lugar, porque não se vislumbra, na espécie, qualquer ofensa ou lesão a serviços, bens ou interesses da

União (art. 109, IV, da CF: “Aos juízes federais compete processar e julgar: IV - os crimes políticos e as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas, excluídas as contravenções e ressalvada a competência da Justiça Militar e da Justiça Eleitoral”) e, porque o simples fato de o delito possuir alguma característica transnacional ou ter sido cometido por meio da internet, não faz incidir o art. 109, V, da CF (“V - os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente”), uma vez que o próprio dispositivo constitucional exige, para o reconhecimento da competência da Justiça Federal, que o crime praticado nesse contexto transnacional, tenha sido previsto em tratado ou convenção internacional, informação inexistente no caso em análise.

A alternativa D está incorreta. Súmula 151, STJ: “A competência para o processo e julgamento por crime de contrabando ou descaminho define-se pela prevenção do juízo federal do lugar da apreensão dos bens”.

A alternativa E está correta. O tráfico interestadual de drogas, mesmo envolvendo mais de um Estado, não desloca a competência para a Justiça Federal, a menos que haja transnacionalidade (envolvimento de outro país).

QUESTÃO 13. Assinale a opção que corresponde a um fato que deve ser julgado perante a Justiça Federal.

a) Igor, valendo-se da condição de militar da União, praticou o delito de tráfico internacional de drogas a bordo de navio militar.

b) Amanda, de 17 anos de idade, praticou ato infracional análogo à operação de instituição financeira fraudulenta, crime financeiro assim previsto na legislação.

c) Cauã, indígena integrado, é acusado de violência doméstica e familiar contra a sua esposa, Luara, fato ocorrido dentro da comunidade indígena tradicional em que vivem.

d) Cesar, sob influência de álcool, praticou homicídio culposo na direção do veículo automotor de Cícero, servidor público federal, que, no momento do fato, dirigia a viatura da União, no desempenho de suas funções.

e) Pedro, investigado na França por ter assassinado um cidadão francês em território brasileiro, com a cooperação já prestada pelas autoridades brasileiras por meio de auxílio direto, é também processado em território nacional pelos mesmos fatos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da competência da Justiça Federal para julgar crimes em situações específicas. Questão passível de recurso, tendo em vista que o gabarito oficial preliminar apontou a alternativa “b” como correta, todavia seguimos entendendo que a alternativa correta é a letra “d”, conforme fundamentos a seguir.

A alternativa A está incorreta. Crimes praticados por militares em serviço ou em locais sob administração militar são de competência da Justiça Militar, conforme art. 125 da CF/88, §4º: “Art. 125. Os Estados organizarão sua Justiça, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição. (...) § 4º Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.”

A alternativa B está incorreta. “Ainda que a conduta praticada determine a competência da justiça federal, por caracterizar ofensa aos interesses da União, sendo o autor dos fatos inimputável, não há que se falar em crime, mas, sim, ato infracional, afastando a aplicação do art. 109, IV, da Constituição Federal” (CC 86.408/MA, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, DJ de 17/09/2007).

A alternativa C está incorreta. Súmula 140 do STJ estabelece que “compete à Justiça Comum Estadual processar e julgar crime em que o indígena figure como autor ou vítima.”.

A alternativa D está correta. O entendimento jurisprudencial do STJ é no sentido de que “os delitos praticados contra ou por funcionários públicos federais, ou aqueles a eles equiparados, quando realizados no exercício de suas funções, devem ser julgados pela Justiça Federal”, conforme a súmula 147 do STJ: “Compete à Justiça Federal processar e julgar os crimes praticados contra funcionário público federal, quando relacionados com o exercício da função.”

A alternativa E está incorreta. Pedro, ao assassinar um cidadão francês em território brasileiro, será julgado pela Justiça Estadual, pois o crime ocorreu no Brasil. A Justiça Federal só seria competente se houvesse interesse direto da União, como em casos de tratados internacionais ou cooperação jurídica formalizada, o que não está claramente presente na alternativa.

QUESTÃO 14. Arjun, de nacionalidade indiana, e Marie, de nacionalidade francesa, sobrevoavam o território brasileiro durante as férias quando foram obrigados a realizar uma aterrissagem forçada em razão de pane na aeronave. Durante o período em que permaneceram no Brasil, Marie, que estava grávida, deu à luz à filha do casal, que recebeu o nome Dya.

Logo após o nascimento, a família passou a residir no Senegal, tendo Dya requerido o reconhecimento da nacionalidade senegalesa. Ao ser acusada de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes neste último país, Dya fugiu para o Brasil, o que levou o Senegal a requerer a sua extradição.

Em relação à situação descrita, é correto afirmar que:

- a) Em virtude da nacionalidade de Dya, a extradição não poderá ser deferida.**
- b) Caso Dya opte pela nacionalidade brasileira, a extradição não poderá ser deferida.**
- c) Caso Dya venha se naturalizar brasileira, a extradição não poderá ser deferida.**

d) Em razão da natureza do crime praticado por Dya, a extradição poderá ser deferida.

e) Em razão da impossibilidade de naturalização da pessoa que responde por crime em outro país, a extradição poderá ser deferida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda os temas da nacionalidade originária (brasileiro nato) e da extradição, exigindo a aplicação direta das regras constitucionais.

A alternativa A está correta. Dya, por ter nascido no território brasileiro, sendo seus pais estrangeiros que não estavam a serviço de seus países, é considerada brasileira nata. A Constituição Federal veda, de forma absoluta, a extradição de brasileiro nato, independentemente da natureza do crime cometido. Fundamento Legal: Art. 12, I, 'a', e Art. 5º, LI, da CF/88: Art. 12. São brasileiros: I - natos: a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país; ... Art. 5º. ... LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

A alternativa B está incorreta. A nacionalidade de Dya é originária e decorre do critério jus soli (direito de solo), não dependendo de opção. A "opção" pela nacionalidade brasileira é um mecanismo previsto para outra hipótese de nacionalidade originária. Como Dya já é brasileira nata pelo critério do local de nascimento, a premissa da opção é equivocada. Fundamento Legal: Art. 12, I, 'c', da CF/88: Art. 12. São brasileiros: I - natos: ... c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;

A alternativa C está incorreta. A naturalização é um ato de aquisição de nacionalidade derivada, destinado a estrangeiros. Como Dya já é brasileira nata (nacionalidade originária), ela não pode se naturalizar brasileira. A premissa da alternativa é juridicamente impossível. Fundamento Legal: A distinção entre nacionalidade originária (natos) e derivada (naturalizados) está no Art. 12, I e II, da CF/88. Uma pessoa não pode adquirir de forma derivada (naturalização) uma nacionalidade que já possui de forma originária (por nascimento).

A alternativa D está incorreta. A natureza do crime (tráfico de entorpecentes) só é relevante para a análise da extradição de brasileiros naturalizados. Para o brasileiro nato, a vedação à extradição é absoluta e incondicional. Fundamento Legal: Art. 5º, LI, da CF/88. A parte final do inciso ("...salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes...") aplica-se exclusivamente ao brasileiro naturalizado, reforçando a proteção absoluta do brasileiro nato.

A alternativa E está incorreta. A discussão sobre a possibilidade ou impossibilidade de naturalização é irrelevante para o caso, pois Dya é brasileira nata. A conclusão de que a extradição poderia ser deferida está errada, pois a Constituição proíbe categoricamente a extradição de brasileiros natos. Fundamento Legal: Art. 5º, LI, da CF/88. A condição de brasileira nata de Dya (Art. 12, I, 'a') atrai a aplicação da primeira parte do inciso, que veda completamente a extradição ("nenhum brasileiro será extraditado..."), tornando a premissa e a conclusão da alternativa incorretas.

QUESTÃO 15. Com o objetivo de estimular o desenvolvimento da economia no território do Estado Alfa, foi editada a Lei nº X, de iniciativa parlamentar, que criou um programa destinado ao fomento do crescimento industrial. Esse programa iria desenvolver uma função extrafiscal do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciassem no exterior (ICMS).

Para isso, novas indústrias que fossem instaladas no território do estado e aderissem formalmente ao programa, passariam a ter direito de fato gerador do ICMS, somente iriam pagar o imposto no décimo segundo mês. Em razão da irresignação de diversos contribuintes situados no território do Estado Alfa, o Poder Judiciário foi instado a se manifestar sobre a conformidade constitucional do referido diploma normativo estadual.

O órgão jurisdicional competente observou corretamente que

a) há vício de iniciativa legislativa na Lei nº X.

b) não há vício de inconstitucionalidade na Lei nº X.

c) há vício de competência legislativa, pois a concessão de benefícios fiscais no ICMS pressupõe deliberação dos Estados e do Distrito Federal, na forma de lei complementar.

d) não há vício de inconstitucionalidade da Lei nº X, desde que a hipótese de postergação do recolhimento do ICMS esteja inserida no rol previsto em lei complementar nacional.

e) não há vício de inconstitucionalidade na Lei nº X, desde que seja assegurado aos Municípios situados no território de Alfa o repasse antecipado e imediato do percentual que fazem jus, relativo ao produto do ICMS, cujo recolhimento foi postergado com base no programa estadual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda múltiplos temas de direito tributário e constitucional: vício de iniciativa em matéria tributária, a chamada "guerra fiscal" do ICMS e a repartição de receitas tributárias entre Estados e Municípios.

A alternativa A está incorreta. Não há vício de iniciativa. O Supremo Tribunal Federal (STF) já firmou a tese de que não há reserva de iniciativa ao Chefe do Poder Executivo para leis que tratem de matéria tributária, como parcelamento de débitos ou, por analogia, o diferimento do pagamento de tributos. Fundamento Jurisprudencial: Tese do Tema 852 de Repercussão Geral (RE 878.911): "Não há reserva de iniciativa ao Chefe do Poder Executivo em matéria de crédito tributário, como o parcelamento de débitos."

A alternativa B está correta. Há um vício de inconstitucionalidade material na Lei nº X. Ao postergar o recolhimento do ICMS devido pelas novas indústrias, o Estado Alfa, de forma unilateral, também posterga o repasse da cota-parte de 25% do produto da arrecadação desse imposto que pertence aos seus Municípios. Essa medida viola a repartição de receitas tributárias estabelecida na Constituição, configurando uma apropriação indevida e temporária de recursos municipais. Fundamento Legal: Art. 158, IV, da CF/88: "Pertencem aos Municípios: (...) IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação

do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação."

A alternativa C está incorreta. A concessão de benefícios fiscais de ICMS (como isenções, reduções de base de cálculo etc.) de forma unilateral pelos Estados é vedada e depende de deliberação no âmbito do CONFAZ, formalizada por meio de convênio. Contudo, a jurisprudência do STF entende que o diferimento (adiamento do prazo de pagamento) não se confunde com benefício fiscal, sendo apenas uma técnica de arrecadação. Portanto, não exigiria, em tese, a autorização do CONFAZ. O vício da lei não está aqui, mas na violação da repartição de receitas. Fundamento Legal: Art. 155, § 2º, XII, 'g', da CF/88: "Cabe à lei complementar: (...) g) regular a forma como, mediante deliberação dos Estados e do Distrito Federal, isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados."

A alternativa D está incorreta. Não há na Constituição a exigência de que uma hipótese de diferimento estadual esteja previamente inserida em um rol de lei complementar nacional. A lei complementar (atualmente a LC 87/96) estabelece as normas gerais sobre o ICMS, mas os Estados mantêm sua competência legislativa para dispor sobre as especificidades do tributo em seu território, desde que não violem a Constituição ou as próprias normas gerais.

A alternativa E está incorreta. Esta alternativa descreve uma possível *solução* para o vício de inconstitucionalidade, mas não válida a lei como foi editada. A questão pede uma análise da lei conforme descrita no enunciado, e o enunciado não menciona nenhum mecanismo de repasse antecipado. Como a lei, em sua formulação original, não assegura o repasse, ela é inconstitucional por violar o Art. 158, IV, da CF/88. A existência de uma solução hipotética não torna a norma, por si só, constitucional.

QUESTÃO 16. Em uma sociedade empresária, a jornada estipulada contratualmente para os empregados é de 2ª a 6ª feira, das 9 às 18 horas, com intervalo de 1 hora para refeição. O empregador ainda determinou que às 17h45 todos devem obrigatoriamente encerrar suas atividades profissionais e se deslocar para o refeitório da sociedade empresária, onde é realizado um culto religioso que dura 15 minutos.

Considerando esses fatos, as normas e os princípios constitucionais, assinale a afirmativa correta.

a) Está dentro do poder diretivo do empregador determinar a participação no culto, mesmo porque é realizado dentro da carga horária de trabalho.

b) Os empregados não podem ser obrigados a participar e não precisam justificar a ausência no culto, tratando-se de abuso do poder diretivo.

c) Todos devem participar porque ecumenismo significa a congregação de pessoas de diferentes credos e ideologias, que estimula o respeito e a tolerância.

d) Somente os empregados que se declararem ateus poderão deixar de participar do culto, sendo que a falsidade na informação poderá ensejar a dispensa por justa causa.

e) Tratando-se de atividade estranha à do empregador, mesmo que realizada durante o horário de trabalho, a participação obrigatória no culto deverá ser paga como hora extra porque se requer ao tempo que está à disposição do empregador.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda um conflito entre o poder diretivo do empregador e a liberdade de consciência e crença do empregado, um direito fundamental garantido pela Constituição.

A alternativa A está incorreta. O poder diretivo do empregador não é absoluto. Ele encontra limites nos direitos e garantias fundamentais dos empregados, incluindo a liberdade religiosa. Impor a participação em um culto, mesmo que dentro da jornada de trabalho, extrapola os limites do poder de direção e configura um ato ilícito. Fundamento Legal: Art. 5º, VI, da CF/88: "é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;"

A alternativa B está correta. A determinação do empregador é um claro abuso do poder diretivo, pois viola a liberdade de consciência e de crença do trabalhador. O empregado tem o direito de não participar de qualquer ato religioso, e não pode ser obrigado a justificar sua ausência, pois ninguém é obrigado a declarar sua crença ou a ausência dela. Fundamento Legal: A obrigatoriedade fere diretamente o Art. 5º, VI, da CF/88. A imposição de uma prática religiosa no ambiente de trabalho viola a esfera íntima do empregado, que é protegida pela Constituição mesmo em uma relação privada (eficácia horizontal dos direitos fundamentais).

A alternativa C está incorreta. Embora o ecumenismo possa promover valores positivos, a liberdade religiosa inclui o direito de não professar crença alguma ou de não participar de rituais, mesmo que se declarem ecumênicos. A obrigatoriedade da participação invalida qualquer propósito de tolerância, pois a própria imposição é um ato de intolerância com a liberdade individual. Fundamento Legal: A liberdade de crença (Art. 5º, VI, da CF/88) é uma escolha pessoal e não pode ser imposta, nem mesmo sob o pretexto de promover a união ou o respeito.

A alternativa D está incorreta. A proteção à liberdade religiosa é ampla e não se restringe aos ateus. Ela protege também os seguidores de outras religiões, os agnósticos e qualquer pessoa que simplesmente não deseje participar daquele culto específico. Exigir uma declaração de ateísmo para garantir um direito fundamental é, por si só, uma violação, pois constrange o empregado a revelar sua convicção íntima. Fundamento Legal: O Art. 5º, VI, da CF/88 garante a "liberdade de consciência e de crença" de forma ampla, não fazendo qualquer distinção que autorize o tratamento discriminatório proposto na alternativa.

A alternativa E está incorreta. A questão principal não é de natureza remuneratória, mas sim a violação de um direito fundamental. A atividade já ocorre dentro da jornada contratual (até as 18h), portanto não há que se falar em horas extras. A CLT, inclusive, prevê que a prática religiosa por escolha do empregado não é considerada tempo à disposição, o que reforça que tal atividade é de natureza particular e não pode ser imposta como parte do trabalho. Fundamento Legal: Art. 4º, § 2º, I, da CLT: "Por não se considerar tempo à disposição do empregador, não será computado como período extraordinário o que exceder a jornada normal, (...) quando o empregado, por escolha própria, (...) adentrar ou permanecer nas dependências da empresa para exercer atividades particulares, entre outras: I - práticas religiosas;"

QUESTÃO 17. Os bens que pertencem à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios ou às autarquias e fundações públicas são bens públicos. Eles são destinados ao uso coletivo ou ao atendimento das necessidades públicas e estão sujeitos a um regime jurídico específico.

A respeito do regime jurídico dos bens públicos, assinale a afirmativa correta.

a) Os bens públicos de uso especial são rios, mares, estradas, ruas e praças.

b) Os bens públicos dominicais são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação na forma que a lei determinar.

c) A entidade responsável pela administração dos bens públicos de uso comum não poderá estabelecer cobrança pelo uso desses bens, pois seu uso deve ser sempre gratuito.

d) Os bens públicos dominicais são os edifícios ou terrenos destinados ao serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias.

e) A alienação de bens imóveis da Administração Pública, incluindo aqueles pertencentes às autarquias e fundações, exigirá a autorização legislativa e, como regra, dependerá de licitação na modalidade de leilão.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre o regime jurídico dos bens públicos.

A alternativa A está incorreta. Os bens mencionados, como rios, mares, estradas, ruas e praças, são classificados como bens públicos de uso comum do povo, e não de uso especial. É o que se extrai da leitura do art. 99, I e II, do CC: “O Art. 99. São bens públicos: I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças; II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias”.

A alternativa B está incorreta. Os bens dominicais são bens disponíveis e, por isso, podem ser alienados, desde que observados os requisitos legais. Assim dispõe o Art. 101 do CC: “Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei”.

A alternativa C está incorreta. Embora os bens de uso comum do povo sejam, em regra, de acesso livre e gratuito, a administração pública pode estabelecer cobrança pelo uso especial desses bens, como no caso de concessões de uso ou autorizações para eventos em praças públicas. A gratuidade não é uma regra absoluta.

A alternativa D está incorreta. Os bens descritos na alternativa são, na verdade, bens de uso especial, conforme se extrai do art. 99, II, do CC: “O Art. 99. São bens públicos: II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias”.

A alternativa E está correta. A alienação de bens imóveis da Administração Pública, inclusive os pertencentes a autarquias e fundações, exige autorização legislativa e, como regra, deve ser precedida de licitação na modalidade de leilão, conforme determina a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) em seu Art. 76: “A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas: I - tratando-se de bens imóveis, inclusive os pertencentes às autarquias e às fundações, exigirá autorização legislativa e dependerá de licitação na modalidade leilão, dispensada a realização de licitação nos casos de: (...)”.

QUESTÃO 18. No Brasil, o modelo de Estado Regulador se consolidou com a criação das agências reguladoras, que são entidades dotadas de autonomia para normatizar e fiscalizar setores específicos da economia, tendo como referência a experiência internacional e a necessidade de superar a rigidez burocrática estabelecida pela Constituição de 1988.

A Lei das Agências Reguladoras Federais (Lei nº 13.848/2019) e a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) são marcos regulatórios importantes, enquanto a Lei da Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019) estabelece limites à intervenção estatal na economia, buscando fomentar um ambiente de negócios mais livre e competitivo.

Com base na doutrina e na jurisprudência sobre esses temas, analise as afirmativas a seguir.

I. A regulação econômico-social busca não apenas corrigir falhas do mercado, mas também promover objetivos sociais, como a proteção ao consumidor e a defesa da concorrência. Esse tipo de regulação se justifica pela necessidade de equilibrar interesses públicos e privados, assegurando que o mercado opere de forma eficiente e justa.

II. A intervenção estatal na economia deve observar os limites estabelecidos pela Lei da Liberdade Econômica para garantir um ambiente de negócios competitivo, evitando a interferência excessiva, denominada pela lei como abuso do poder regulatório, e promovendo a liberdade econômica e a eficiência do mercado.

III. A autonomia normativa das agências reguladoras assegura que as suas normas e decisões não sejam alteradas por autoridades externas, nem mesmo pelos Ministérios aos quais se encontrem vinculadas, ressalvados os casos de controle judicial ou legislativo específico.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da atuação do Estado como regulador da economia no Brasil, abordando os limites da intervenção estatal e a importância da regulação para equilibrar interesses públicos e privados.

A afirmativa I correta. A regulação econômico-social no Brasil tem como objetivo não apenas corrigir falhas de mercado, mas também promover objetivos sociais, como a proteção ao consumidor e a defesa da concorrência. A regulação busca equilibrar interesses públicos e privados, garantindo que o mercado funcione de maneira eficiente e justa. Isso está alinhado com a doutrina e a prática regulatória, que reconhecem a importância de uma intervenção estatal que vá além da simples correção de falhas de mercado, promovendo também o bem-estar social.

A afirmativa II correta. A afirmativa está de acordo com o que diz o artigo Art. 4º da Lei da Liberdade Econômica (Lei nº 13.874/2019): “É dever da administração pública e das demais entidades que se vinculam a esta Lei, no exercício de regulamentação de norma pública pertencente à legislação sobre a qual esta Lei versa, exceto se em estrito cumprimento a previsão explícita em lei, evitar o abuso do poder regulatório de maneira a, indevidamente: (...)”.

A afirmativa III correta. As agências reguladoras no Brasil possuem autonomia normativa, o que significa que suas normas e decisões não podem ser alteradas por autoridades externas, incluindo os Ministérios aos quais estão vinculadas, exceto em casos de controle judicial ou legislativo específico. Essa autonomia é fundamental para garantir que as agências possam atuar de forma técnica e independente, sem interferências políticas indevidas, assegurando a eficácia da regulação nos setores em que atuam.

QUESTÃO 19. Atualmente, em matéria de método pragmático de aplicação do Direito Administrativo, muito se fala sobre o chamando consequencialismo previsto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).

Os Magistrados em geral, sobretudo aqueles em exercício em Juízos com competência fazendária, ao decidirem causas como ações civis públicas que versem sobre controle das políticas públicas ou da Administração Pública, devem observar que a decisão que, na esfera judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas.

Nesse contexto, considerando o previsto no regulamento da LINDB, em tema de motivação e decisão na invalidação, deve ser observado que a

a) consideração das consequências jurídicas e administrativas é limitada aos fatos e fundamentos de mérito e jurídicos que se espera do decisor no exercício diligente de sua atuação.

b) motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta, observados os critérios de proporcionalidade e de razoabilidade e desconsideradas as possíveis alternativas.

c) decisão que decretar invalidação de atos, contratos, ajustes, normas ou processos administrativos não poderá indicar, na modulação de seus efeitos, as condições em que a regularização deve ocorrer de forma proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, sob pena de violação à separação dos Poderes.

d) modulação dos efeitos da decisão que decretar invalidação de atos, contratos, ajustes, processos ou normas administrativos é possível, mas não poderá buscar a mitigação dos ônus ou das perdas dos administrados ou da Administração Pública que sejam anormais ou excessivos em função das peculiaridades do caso, pelo princípio da indisponibilidade do interesse público.

e) decisão que determinar a revisão quanto à validade de atos, contratos, ajustes, processos ou normas administrativos cuja produção de efeitos esteja em curso ou que tenha sido concluída, levará em consideração as orientações gerais de qualquer época, mas é permitido declarar inválida a situação plenamente constituída devido à mudança posterior de orientação geral, desde que de forma motivada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da aplicação do consequencialismo jurídico no âmbito do Direito Administrativo, conforme previsto na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB).

A alternativa A está correta. Ela reflete com precisão o que determina o artigo 20 da LINDB: “Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão. Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.”

A alternativa B está incorreta. Ela afirma que a motivação deve desconsiderar as possíveis alternativas, o que contraria diretamente o parágrafo único do artigo 20 da LINDB: “Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.”

A alternativa C está incorreta. A alternativa afirma que a decisão não pode indicar condições para regularização na modulação dos efeitos, sob pena de violar a separação dos poderes. Isso é incorreto. O artigo 21 da LINDB autoriza expressamente que o julgador, ao invalidar ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, indique as condições para a regularização: “Art. 21. A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expreso suas consequências jurídicas e administrativas”.

A alternativa D está incorreta. A modulação dos efeitos das decisões judiciais é permitida e pode, sim, buscar a mitigação dos ônus ou perdas dos administrados ou da Administração Pública, especialmente quando esses são anormais ou excessivos.

A alternativa E está incorreta. O artigo 24 da LINDB reforça que mudanças de interpretação não devem retroagir para prejudicar situações já consolidadas: “A revisão, nas esferas administrativa, controladora

ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas”.

QUESTÃO 20. A doutrina clássica de Direito Administrativo considerava impossível se negociar com o interesse público, o que afastava o emprego dos instrumentos do gênero, incluindo os de composição extrajudicial de conflitos, como a conciliação, a mediação, a arbitragem e os ajustamentos de conduta.

No entanto, hodiernamente, verifica-se que a consensualidade não ofende a busca e o alcance do interesse público, e sim procura meios mais céleres, efetivos e consensuais de se atingi-lo. Assim, a doutrina de direito público brasileiro tem evoluído no sentido da realização da democracia substantiva, pela adoção de inúmeros instrumentos publicísticos de natureza consensual, com especial destaque para a releitura dos tradicionais princípios da legalidade, da supremacia do interesse público e da indisponibilidade do interesse público, com a superação do traço histórico da visão clássica da intransacionabilidade processual e material dos interesses da Administração Pública.

Nesse contexto, foi editada a Lei nº 13.140/2015, que dispõe, entre outros, sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da Administração Pública, estabelecendo que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos, nos respectivos órgãos da Advocacia Pública, onde houverem.

No contexto de autocomposição de conflitos em que for parte pessoa jurídica de direito público, sobre tais câmaras assinale a afirmativa correta.

- a) As câmaras não têm competência para dirimir conflitos entre órgãos e entidades da Administração Pública.**
- b) Se houver consenso entre as partes, o acordo será reduzido a termo e constituirá título executivo extrajudicial.**
- c) Não se compreendem na competência das câmaras a prevenção e a resolução de conflitos que envolvam equilíbrio econômico-financeiro de contratos celebrados pela Administração com particulares.**
- d) A submissão do conflito às câmaras é obrigatória, não podendo o regulamento do respectivo ente federado dispor em sentido contrário, mas é necessária a homologação judicial do acordo para que produza efeitos.**
- e) As câmaras não podem avaliar a admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos por meio de composição, no caso de controvérsia entre particular e pessoa jurídica de direito público, sendo obrigatória, ao menos, uma reunião para buscar o consenso.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da autocomposição de conflitos no âmbito da Administração Pública.

A alternativa A está incorreta. A afirmativa está contrária ao que dispõe a Lei nº 13.140/2015, em seu artigo 32, inciso I: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos, no âmbito dos respectivos órgãos da Advocacia Pública, onde houver, com competência para: I - dirimir conflitos entre órgãos e entidades da administração pública”.

A alternativa B está correta. A afirmativa está conforme o que dispõe a Lei nº 13.140/2015, em seu artigo 32, §3º: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos, no âmbito dos respectivos órgãos da Advocacia Pública, onde houver, com competência para: (...) § 3º Se houver consenso entre as partes, o acordo será reduzido a termo e constituirá título executivo extrajudicial.”.

A alternativa C está incorreta. A afirmativa está contrária ao que dispõe a Lei nº 13.140/2015, em seu artigo 32, §5º: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos, no âmbito dos respectivos órgãos da Advocacia Pública, onde houver, com competência para: (...) § 5º Compreendem-se na competência das câmaras de que trata o caput a prevenção e a resolução de conflitos que envolvam equilíbrio econômico-financeiro de contratos celebrados pela administração com particulares”.

A alternativa D está incorreta. A afirmativa está contrária ao que dispõe a Lei nº 13.140/2015, em seu artigo 32, §2º: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos, no âmbito dos respectivos órgãos da Advocacia Pública, onde houver, com competência para: (...) § 2º A submissão do conflito às câmaras de que trata o caput é facultativa e será cabível apenas nos casos previstos no regulamento do respectivo ente federado”.

A alternativa E está incorreta. A afirmativa está contrária ao que dispõe a Lei nº 13.140/2015, em seu artigo 32, inciso I: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos, no âmbito dos respectivos órgãos da Advocacia Pública, onde houver, com competência para: (...) II - avaliar a admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos, por meio de composição, no caso de controvérsia entre particular e pessoa jurídica de direito público”.

QUESTÃO 21. A Juíza Dra. Maria da Silva está proferindo sentença em ação popular que pretende ver declarada nula a contratação direta realizada pelo Município Alfa, com base na Lei de Licitações, que dispõe que é dispensável a licitação “nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e

a recontratação de empresa já contratada com base no disposto neste inciso." (Art. 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021)

Sobre o tema, adotando a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a opção que apresenta, corretamente, o que a Juíza deve considerar na sentença.

a) A vedação à recontratação de empresa contratada diretamente por dispensa de licitação nos casos de emergência ou calamidade pública, prevista no citado dispositivo legal, pelo princípio da legalidade, é constitucional, não havendo que se falar em violação ao princípio da vedação à surpresa.

b) O dispositivo é objeto de interpretação conforme a Constituição, pois a vedação incide na recontratação fundada na mesma situação emergencial ou calamitosa que extrapole o prazo máximo legal de 1 (um) ano, e não impede que a empresa participe de eventual licitação substitutiva à dispensa de licitação, mas é vedado a tal empresa ser contratada diretamente por fundamento diverso previsto em lei, inclusive outra emergência ou calamidade pública, para evitar fraude.

c) A vedação à recontratação de empresa contratada diretamente por dispensa de licitação, nos casos de emergência ou calamidade pública, prevista no citado dispositivo legal, é inconstitucional, por violar o princípio da isonomia, pois a norma criou uma discriminação ao proibir a recontratação dessa empresa, mesmo que ofereça a melhor proposta num cenário emergencial.

d) A vedação à recontratação de empresa contratada diretamente por dispensa de licitação, nos casos de emergência ou calamidade pública, prevista no citado dispositivo legal, é inconstitucional, por violar o princípio da não culpabilidade na seara do poder administrativo sancionador, pois a norma impõe uma punição antecipada e indevida às empresas que fornecem bens ou prestam serviços em regime emergencial para o Estado.

e) O dispositivo é objeto de interpretação conforme a Constituição, pois a vedação incide na recontratação fundada na mesma situação emergencial ou calamitosa que extrapole o prazo máximo legal de um ano, e não impede que a empresa participe de eventual licitação substitutiva à dispensa de licitação, ou seja, contratada diretamente por fundamento diverso previsto em lei, incluindo outra emergência ou calamidade pública, sem prejuízo do controle por abusos ou ilegalidades verificados na aplicação da norma.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da vedação à recontratação de empresas por dispensa de licitação em situações de emergência ou calamidade pública, conforme o artigo 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, à luz da jurisprudência do STF.

A alternativa A está incorreta. Embora o princípio da legalidade seja fundamental, o STF não considerou a vedação à recontratação como uma regra absoluta. Pelo contrário, o Supremo Tribunal Federal deu interpretação conforme à Constituição ao dispositivo, restringindo a vedação à recontratação somente quando baseada na mesma situação emergencial ou calamitosa que ultrapasse o prazo de um ano.

A alternativa B está incorreta. Está errada, apesar de parecer correta à primeira vista. A vedação não impede que a empresa seja contratada diretamente por fundamento diverso previsto em lei, inclusive outra emergência ou calamidade pública, sem prejuízo do controle por abusos ou ilegalidades verificados na aplicação da norma.

A alternativa C está incorreta. O STF não declarou a vedação como inconstitucional por violar o princípio da isonomia. Pelo contrário, considerou a vedação constitucional, desde que aplicada somente à recontratação baseada na mesma situação emergencial ou calamitosa que ultrapasse o prazo de um ano.

A alternativa D está incorreta. A vedação à recontratação não foi considerada uma punição antecipada pela jurisprudência do STF. A Corte entendeu que a regra visa evitar abusos e perpetuação de contratações diretas, sem licitação, em situações emergenciais.

A alternativa E está correta. Essa alternativa reflete com precisão a interpretação conforme à Constituição dada pelo STF ao artigo 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021: “Tese de julgamento: 1. É constitucional a vedação à recontratação de empresa contratada diretamente por dispensa de licitação nos casos de emergência ou calamidade pública, prevista no inc. VIII do art. 75 da Lei n. 14.133/2021. 2. A vedação incide na recontratação fundada na mesma situação emergencial ou calamitosa que extrapole o prazo máximo legal de 1 (um) ano, e não impede que a empresa participe de eventual licitação substitutiva à dispensa de licitação ou seja contratada diretamente por fundamento diverso previsto em lei, inclusive outra emergência ou calamidade pública, sem prejuízo do controle por abusos ou ilegalidades verificados na aplicação da norma. (ADI 6890, Relator(a): CRISTIANO ZANIN)”.

QUESTÃO 22. O Ministério Público ingressou com Ação de Improbidade Administrativa em face de Marcos, sob o fundamento de que, em abril de 2025, o referido agente público, agindo com dolo específico, teria incorporado, ao seu patrimônio, diversos notebooks e telefones celulares de última geração de propriedade do poder público, ensejando lesividade relevante ao bem jurídico tutelado.

Concomitantemente, o órgão ministerial requereu a decretação da indisponibilidade dos bens do réu, a fim de garantir o integral ressarcimento do dano ao erário e o pagamento de futura e eventual multa civil. O Parquet informou ao Juízo, ainda, que, em consulta aos sistemas oficiais, constatou-se que Marcos dispõe da quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em conta-corrente, além de um veículo automotor importado, avaliado em R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), não havendo outros bens de sua propriedade.

Nesse cenário, considerando as atuais disposições da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que a indisponibilidade recairá sobre os bens que assegurem

a) exclusivamente o integral ressarcimento do dano ao erário, sem incidir sobre os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil, sendo certo que a ordem de indisponibilidade deverá priorizar o veículo automotor importado, avaliado em R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

b) exclusivamente o integral ressarcimento do dano ao erário, sem incidir sobre os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil, sendo certo que a ordem de indisponibilidade deverá priorizar a quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em conta-corrente.

c) o integral ressarcimento do dano ao erário e sobre os valores a serem eventualmente pagos a título de multa civil, sendo certo que a ordem de indisponibilidade deverá priorizar o veículo automotor importado, avaliado em R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).

d) o integral ressarcimento do dano ao erário e sobre os valores a serem eventualmente pagos a título de multa civil, sendo certo que a ordem de indisponibilidade deverá priorizar a quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em conta-corrente.

e) os valores a serem eventualmente pagos a título de multa civil, sendo certo que a ordem de indisponibilidade deverá priorizar a quantia de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em conta-corrente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre indisponibilidade de bens em ações de improbidade administrativa.

A alternativa A está correta. Assim dispõe os parágrafos 10º e 11º, do art. 16 da Lei nº 8.429/1992, atualizada pela Lei nº 14.230/2021: “Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito. (...) § 10. A indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem exclusivamente o integral ressarcimento do dano ao erário, sem incidir sobre os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil ou sobre acréscimo patrimonial decorrente de atividade lícita. § 11. A ordem de indisponibilidade de bens deverá priorizar veículos de via terrestre, bens imóveis, bens móveis em geral, semoventes, navios e aeronaves, ações e quotas de sociedades simples e empresárias, pedras e metais preciosos e, apenas na inexistência desses, o bloqueio de contas bancárias, de forma a garantir a subsistência do acusado e a manutenção da atividade empresária ao longo do processo.”.

A alternativa B está incorreta. A ordem de indisponibilidade de bens deverá priorizar veículos de via terrestre, conforme dispõe § 11º, do art. 16 da Lei nº 8.429/1992, atualizada pela Lei nº 14.230/2021: “Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito. (...) § 11. A ordem de indisponibilidade de bens deverá priorizar veículos de via terrestre, bens imóveis, bens móveis em geral, semoventes, navios e aeronaves, ações e quotas de sociedades simples e empresárias, pedras e metais preciosos e, apenas na inexistência desses, o bloqueio de contas bancárias, de forma a garantir a subsistência do acusado e a manutenção da atividade empresária ao longo do processo”.

A alternativa C está incorreta. A indisponibilidade deve se limitar ao valor necessário para ressarcir o erário, sem incidir sobre os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil, nos termos do § 10º, do art. 16 da Lei nº 8.429/1992, atualizada pela Lei nº 14.230/2021: “Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade

de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito. (...) § 10. A indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem exclusivamente o integral ressarcimento do dano ao erário, sem incidir sobre os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil ou sobre acréscimo patrimonial decorrente de atividade lícita.”.

A alternativa D está incorreta. A indisponibilidade deve se limitar ao valor necessário para ressarcir o erário, sem incidir sobre os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil e a ordem de indisponibilidade de bens deverá priorizar veículos de via terrestre, conforme dispõe os parágrafos 10º e 11º, do art. 16 da Lei nº 8.429/1992, atualizada pela Lei nº 14.230/2021: “Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito. (...) § 10. A indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem exclusivamente o integral ressarcimento do dano ao erário, sem incidir sobre os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil ou sobre acréscimo patrimonial decorrente de atividade lícita. § 11. A ordem de indisponibilidade de bens deverá priorizar veículos de via terrestre, bens imóveis, bens móveis em geral, semoventes, navios e aeronaves, ações e quotas de sociedades simples e empresárias, pedras e metais preciosos e, apenas na inexistência desses, o bloqueio de contas bancárias, de forma a garantir a subsistência do acusado e a manutenção da atividade empresária ao longo do processo.”.

A alternativa E está incorreta. A indisponibilidade não deve incidir sobre os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil e a ordem de indisponibilidade de bens deverá priorizar veículos de via terrestre, conforme dispõe os parágrafos 10º e 11º, do art. 16 da Lei nº 8.429/1992, atualizada pela Lei nº 14.230/2021: “Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito. (...) § 10. A indisponibilidade recairá sobre bens que assegurem exclusivamente o integral ressarcimento do dano ao erário, sem incidir sobre os valores a serem eventualmente aplicados a título de multa civil ou sobre acréscimo patrimonial decorrente de atividade lícita. § 11. A ordem de indisponibilidade de bens deverá priorizar veículos de via terrestre, bens imóveis, bens móveis em geral, semoventes, navios e aeronaves, ações e quotas de sociedades simples e empresárias, pedras e metais preciosos e, apenas na inexistência desses, o bloqueio de contas bancárias, de forma a garantir a subsistência do acusado e a manutenção da atividade empresária ao longo do processo.”.

QUESTÃO 23. O Estado Alfa pretende implantar uma rede de tecnologia integrada nas rodovias estaduais, abarcando o controle de tráfego e o pedagiamento eletrônico (free flow) de maneira inovadora e eficiente. Assim, o ente estatal elaborou e publicou edital de licitação, promovendo o diálogo competitivo, a fim de que o mercado apresentasse soluções e propostas para a conformação do referido projeto de infraestrutura rodoviária.

Dito isso, uma sociedade empresária interessada no objeto a ser licitado alegou que há flagrante violação ao princípio da impessoalidade e resolveu apresentar uma medida judicial visando à suspensão e anulação do certame.

Sobre o cenário trazido pela referida sociedade empresária, assinale a afirmativa correta.

a) O diálogo competitivo é a modalidade licitatória restrita às contratações internacionais e deve ser utilizado pela União, não sendo cabível no âmbito estadual ou municipal.

b) O diálogo competitivo dispensa a realização de licitação, já que a administração e as empresas interessadas discutem diretamente as condições da contratação nas sessões de diálogos.

c) O diálogo competitivo, por ser modalidade excepcional à regra de licitação, exige autorização legislativa específica a cada caso, não bastando a previsão da Lei nº 14.133/2021.

d) O diálogo competitivo é a modalidade usada quando há uma única empresa no mercado apta a fornecer a solução pretendida, caracterizando inviabilidade de competição, o que leva à celebração de contratação direta mediante inexigibilidade.

e) O diálogo competitivo, ao ser adotado como modalidade licitatória, exige a definição prévia de seus objetivos, o convite aos potenciais interessados e a realização de sessões de diálogo, ao final das quais será aberta a fase competitiva para a apresentação das propostas finais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do diálogo competitivo, uma modalidade de licitação prevista na Lei nº 14.133/2021.

A alternativa A está incorreta. O diálogo competitivo não é restrito às contratações internacionais nem exclusivo da União.

A alternativa B está incorreta. O diálogo competitivo não dispensa a licitação. Pelo contrário, ele é uma modalidade de licitação.

A alternativa C está incorreta. O diálogo competitivo não exige autorização legislativa específica para cada caso. A previsão legal geral é suficiente para sua aplicação, desde que observados os requisitos legais.

A alternativa D está incorreta. O diálogo competitivo pressupõe pluralidade de participantes e busca construir soluções com o mercado, não sendo aplicável em casos de inviabilidade de competição.

A alternativa E está correta. A alternativa esta conforme o que dispõe a Lei 14.133/2021, em seu art. 6º, inciso XLII: “Para os fins desta Lei, consideram-se: (...) XLII - diálogo competitivo: modalidade de licitação para contratação de obras, serviços e compras em que a Administração Pública realiza diálogos com licitantes previamente selecionados mediante critérios objetivos, com o intuito de desenvolver uma ou mais alternativas capazes de atender às suas necessidades, devendo os licitantes apresentar proposta final após o encerramento dos diálogos.”.

QUESTÃO 24. O Estado Beta, visando ampliar o acesso da sua população aos serviços de saneamento básico, instituiu uma autarquia estadual para gerir e prestar diretamente o serviço em determinadas regiões do Estado.

Um determinado Município do referido Estado, à mesma época, firmou contrato de concessão com uma sociedade empresária privada, delegando-lhe a execução dos serviços de saneamento básico, sob a fiscalização do poder concedente municipal.

Considerando os casos narrados, assinale a opção que mostra o entendimento sobre as duas medidas administrativas adotadas.

a) Nos dois casos houve desconcentração administrativa, porque a execução dos serviços foi atribuída a entidades distintas, mas todos permanecem vinculados a um centro de poder estatal.

b) A criação da autarquia caracteriza descentralização por serviços (ou por outorga), enquanto a concessão de serviço público caracteriza descentralização por colaboração (ou delegação).

c) Tanto a criação da autarquia quanto a concessão de serviços a particulares configuram formas de descentralização, que é a transferência de execução de atividades de titularidade estatal.

d) A concessão firmada caracteriza espécie de descentralização administrativa por outorga, ao passo que a autarquia é órgão interno da Administração Direta.

e) A autarquia e a concessionária são exemplos de órgãos públicos, já que ambas desempenham atividades administrativas delegadas pelo Estado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata das formas de organização administrativa do Estado, especialmente sobre descentralização e desconcentração.

A alternativa A está incorreta. O que ocorreu nos dois casos não foi desconcentração, mas sim descentralização.

A alternativa B está correta. A criação da autarquia pelo Estado Beta configura descentralização por serviços (ou por outorga), pois transfere a execução de um serviço público a uma entidade administrativa com personalidade jurídica própria. Já a concessão feita pelo Município a uma empresa privada é um exemplo de descentralização por colaboração (ou delegação), pois o serviço continua sendo público, mas é executado por um particular mediante contrato e fiscalização do poder concedente.

A alternativa C está incorreta. Embora tanto a criação de uma autarquia quanto a concessão de serviços a particulares sejam formas de descentralização, a alternativa não especifica os tipos de descentralização envolvidos, o que é crucial para a compreensão completa do conceito.

A alternativa D está incorreta. A autarquia não é um órgão interno da Administração Direta, mas sim uma entidade da Administração Indireta, com personalidade jurídica própria. Já a concessão de serviços a particulares é uma forma de descentralização por colaboração, e não por outorga.

A alternativa E está incorreta. Nem a autarquia nem a concessionária são órgãos públicos.

QUESTÃO 25. Considerando a necessidade de novas contratações de serviços de engenharia para a realização de obra pública e o dever de ética na Administração Pública, o Município Alfa elaborou lei e publicou edital com a inclusão da exigência de apresentação de programa de integridade, na fase licitatória de habilitação jurídica, por sociedades empresárias licitantes e interessadas no certame local.

Analise juridicamente a conduta do Município Alfa, e assinale a afirmativa correta.

a) As obrigatoriedades normativas e editalícia de apresentação do referido programa estão amparadas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção) e na Lei nº 14.133/2021. A conduta municipal é juridicamente válida.

b) O programa de integridade deve ser exigido do referido Município, pessoa jurídica de Direito Público, e não da sociedade empresária particular licitante, conforme a orientação normativa de governança e ética no espaço público.

c) É inconstitucional e ilegal tal conduta municipal, uma vez que a matéria é de competência constitucional da União (normas gerais) e a Lei nº 14.133/2021 estimula que as empresas licitantes tenham programas de integridade, sem torná-los obrigatórios durante a licitação.

d) A conduta municipal é legal e constitucionalmente válida, posto que está alinhada à nova obrigatoriedade constante da Lei nº 14.133/2021, norma de natureza geral em licitações e contratos administrativos, e amparada pela autonomia municipal para tratar de assuntos de interesse local.

e) A lei editada e a exigência editalícia devem ser invalidadas, pois a exigência de apresentação do programa de integridade deve ocorrer no momento da emissão da primeira fatura decorrente do contrato a ser firmado com a licitante vencedora, a fim de não comprometer o princípio da ampla competitividade do certame.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da exigência de programa de integridade em licitações públicas, à luz da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) e da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

A alternativa A está incorreta. A Lei nº 14.133/2021 realmente prevê a obrigatoriedade de programa de integridade, mas apenas para o licitante vencedor, e somente em contratações de grande vulto, vide art. 25, § 4º: “Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento. § 4º Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o edital deverá prever a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme regulamento que disporá sobre as medidas a serem adotadas, a forma de comprovação e as penalidades pelo seu descumprimento.”.

A alternativa B está incorreta. A exigência de programas de integridade é uma prática voltada para as empresas, visando assegurar que elas adotem medidas internas para prevenir a corrupção e promover a ética nos negócios.

A alternativa C está correta. A conduta do Município Alfa é inconstitucional e ilegal, pois a exigência de programa de integridade na fase de habilitação jurídica não encontra respaldo na Lei nº 14.133/2021. A exigência só é válida para o licitante vencedor, conforme dispõe o em seu art. 25, § 4º: “Art. 25. O edital deverá conter o objeto da licitação e as regras relativas à convocação, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às penalidades da licitação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento. § 4º Nas contratações de obras, serviços e fornecimentos de grande vulto, o edital deverá prever a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, conforme regulamento que disporá sobre as medidas a serem adotadas, a forma de comprovação e as penalidades pelo seu descumprimento.”.

A alternativa D está incorreta. Licitações e contratos administrativos são regidos por normas gerais de competência da União, conforme o artigo 22, inciso XXVII da Constituição Federal: “Compete privativamente à União legislar sobre: (...) XXVII – normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, III;”.

A alternativa E está incorreta. A exigência de programa de integridade não deve ocorrer na fase de habilitação, mas sim após a celebração do contrato, e somente em contratações de grande vulto.

QUESTÃO 26. Suponha que o serviço de transporte intermunicipal de passageiros do Estado de Mato Grosso do Sul tenha sido objeto de delegação. Após regular procedimento licitatório com a participação de sete concorrentes, a sociedade empresária Transpantanal MSS.A. foi considerada vencedora. Anos depois do início da execução contratual, a Transpantanal MS S.A. comunica ao poder concedente que está passando por dificuldades financeiras e que não terá condições de prosseguir com a prestação do serviço.

A concessionária consulta os outros participantes da licitação, na ordem de classificação, visando à transferência da concessão e à continuidade dos serviços públicos. Nenhum deles manifesta interesse. Um grupo de três sociedades empresárias, que não participaram da licitação, propõe à concessionária a formação de um consórcio e a assunção do serviço por meio da transferência da concessão, mantidas as condições do contrato em vigor. Uma equipe técnica do poder concedente avalia a proposta e conclui que seus aspectos jurídicos, econômicos, financeiros e técnicos estão em conformidade com o contrato e com a legislação. Assim, com base no Art. 27 da Lei nº 8.987/1995, o poder concedente autoriza a transferência da concessão.

Ao tomar conhecimento do fato, uma das participantes do procedimento licitatório ajuíza uma demanda contra o Estado de Mato Grosso do Sul, argumentando que essa medida violaria os princípios da isonomia e da impessoalidade, além da regra constitucional da licitação aplicável às hipóteses de delegação de serviços públicos, na forma do Art. 175 da Constituição Federal.

Por fim, pede a invalidação do ato de autorização de transferência da concessão.

Sobre a delegação dos serviços públicos, assinale a afirmativa correta.

a) A situação descrita enseja a encampação do serviço público e a imediata retomada do serviço pelo poder concedente, que prosseguirá na execução direta do serviço público.

b) Os contratos de concessão, de acordo com os julgados recentes do Supremo Tribunal Federal, caracterizam-se pelo caráter intuitu personae, motivo pelo qual a transferência da concessão é inconstitucional.

c) Nesse caso, caberia ao concessionário explorar as receitas alternativas, complementares e acessórias, ou os projetos associados, com vistas a favorecer a sustentabilidade econômico-financeira da concessão.

d) A transferência da concessão para o consórcio formado por empresas que não participaram da licitação original não é juridicamente válida, pois o Art. 27 da Lei nº 8.987/1995 somente autoriza a transferência para as empresas que tenham participado do processo licitatório original, respeitada a ordem de classificação.

e) A transferência da concessão é medida juridicamente válida, desde que haja concordância prévia do poder concedente, e o novo concessionário satisfaça os requisitos de capacidade técnica, idoneidade financeira, regularidade jurídica e fiscal, e comprometa-se a cumprir todas as cláusulas contratuais da licitação original.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da transferência de concessão de serviço público.

A alternativa A está incorreta. A encampação do serviço público e a retomada imediata pelo poder concedente não é a solução adequada na situação descrita.

A alternativa B está incorreta. Embora os contratos de concessão tenham elementos de intuitu personae, o STF já decidiu que a transferência da concessão é constitucional, desde que haja anuência prévia do poder concedente e o novo concessionário atenda aos requisitos legais.

A alternativa C está incorreta. A exploração de receitas alternativas, complementares e acessórias é uma possibilidade para melhorar a sustentabilidade econômico-financeira da concessão, mas não resolve a questão da transferência da concessão. A situação descrita na questão envolve a transferência da concessão, e não a busca por receitas alternativas.

A alternativa D está incorreta. O Art. 27 da Lei nº 8.987/1995 permite a transferência da concessão, desde que haja anuência do poder concedente e que o novo concessionário atenda aos requisitos necessários: “A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão”. Não há exigência de que a transferência seja feita apenas para participantes da licitação original.

A alternativa E está correta. A transferência da concessão é juridicamente válida, conforme o artigo 27 da Lei nº 8.987/1995, desde que haja anuência prévia do poder concedente e que o novo concessionário atenda aos requisitos legais: capacidade técnica, idoneidade financeira, regularidade jurídica e fiscal, e compromisso com o cumprimento das cláusulas contratuais: “A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão. § 1º Para fins de obtenção da anuência de que trata o caput deste artigo, o pretendente deverá: I - atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do serviço; e II - comprometer-se a cumprir todas as cláusulas do contrato em vigor.”

QUESTÃO 27. O Tribunal de Justiça do Estado Alfa (TJ-Alfa) está desenvolvendo um sistema de inteligência artificial (IA), com o objetivo de auxiliar seus Magistrados no trabalho jurisdicional. O referido sistema utilizará modelos de linguagem generativa e será capaz de gerar automaticamente minutas de despachos, decisões e sentenças, O referido sistema será integrado a uma vasta base de dados, que abrange todos os documentos de todos os processos que estão disponíveis no sistema de processo eletrônico do TJ-Alfa.

A fim de evitar quaisquer irregularidades e violações de direitos, o Presidente do TJ-Alfa deseja que o Tribunal observe, rigorosamente, todas as disposições da Resolução nº 615/2025 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a qual estabelece diretrizes para o desenvolvimento, a utilização e a governança de soluções desenvolvidas com recursos de IA no Poder Judiciário.

Nesse contexto, considerando as disposições da referida resolução, assinale a afirmativa correta.

a) De acordo com as melhores práticas de proteção de dados e segurança da informação, não é necessário que os dados sigilosos ou protegidos por segredo de justiça sejam anonimizados.

b) Ao TJ-Alfa é permitido o desenvolvimento e a utilização de soluções de IA que classifiquem ou ranqueiem pessoas naturais, com base no seu comportamento ou na sua situação social, ou ainda, nos atributos da sua personalidade, para a avaliação da plausibilidade de seus direitos, méritos judiciais ou testemunhos.

c) Verificados pelo TJ-Alfa o viés discriminatório ou a incompatibilidade de solução de IA com os princípios previstos na Resolução, deverão ser adotadas pelo TJ-Alfa as medidas corretivas necessárias, incluindo a suspensão temporária (imediata ou programada), a correção ou, se necessário, a eliminação definitiva da solução ou de seu viés.

d) O TJ-Alfa deverá estabelecer processos internos aptos a garantir a segurança dos sistemas de IA, sendo prescindível que esses processos internos incluam a diretriz de incentivo ao desenvolvimento de Interfaces de Programação de Aplicações (APIs), que permitam a interoperabilidade para a comunicação direta com os sistemas tecnológicos de outras instituições públicas que atuam junto à estrutura de Justiça.

e) Antes de ser colocada em produção, a solução que utilize modelos de IA de alto risco deverá adotar algumas medidas de governança listadas na Resolução, as quais incluem a diretriz para que seja priorizado o desenvolvimento de soluções interoperáveis, que possam ser

compartilhadas e integradas entre diferentes órgãos judiciais, evitando a duplicação de esforços e garantindo eficiência no uso de recursos tecnológicos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre a utilização de IA com base na Resolução 615/2025.

A alternativa A está incorreta. Conforme art. 7º, § 2º: "Os dados deverão ser anonimizados sempre que possível, providência obrigatória para os dados sigilosos ou protegidos por segredo de justiça"

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 10, III: É vedado às soluções que "classifiquem ou ranqueiem pessoas naturais, com base no seu comportamento ou situação social ou ainda em atributos da sua personalidade, para a avaliação da plausibilidade de seus direitos, méritos judiciais ou testemunhos"

A alternativa C está correta. Conforme art. 8º, § 2º: "Verificado viés discriminatório ou incompatibilidade da solução de inteligência artificial com os princípios previstos nesta Resolução, deverão ser adotadas as medidas corretivas necessárias, incluindo a suspensão temporária (imediata ou programada), a correção ou, se necessário, a eliminação definitiva da solução ou de seu viés."

A alternativa D está incorreta. Conforme art. 12, VII: É essencial (não prescindível) "a diretriz de incentivo ao desenvolvimento de interfaces de programação de aplicações (APIs) que permitam a interoperabilidade para comunicação direta com os sistemas tecnológicos de outras instituições públicas que atuam junto à estrutura de Justiça"

A alternativa E está incorreta. Embora seja verdade que a interoperabilidade é importante, esta diretriz está no art. 12, IV (aplicável ao "tribunal desenvolvedor ou contratante"), não especificamente nas medidas do art. 13 que trata das soluções de alto risco "antes de ser colocada em produção".

QUESTÃO 28. Segundo o IBGE (2022), o Brasil possui 37,7 milhões de idosos (18% da população), com crescimento de 3% ao ano e projeção de alcançar 25% até 2060.

Considerando a Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/1994) e o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), assinale a afirmativa correta.

a) O Estatuto do Idoso prevê medidas protetivas, como o afastamento do agressor e a suspensão de procurações, além de outras medidas para a proteção integral da pessoa idosa em situação de risco.

b) A Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/1994) regulamenta o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), o qual estabelece a obrigatoriedade da criação dos Conselhos Municipais do Idoso, em cidades com mais de 50 mil habitantes.

c) Segundo o Estatuto do Idoso, idosos com mais de 80 anos têm prioridade sobre os demais idosos em processos judiciais atendimento médico, tendo em vista a situação de hipervulnerabilidade.

d) A inclusão social do idoso, conforme a Política Nacional do Idoso, limita-se ao acesso à saúde, não abrangendo educação, cultura ou participação comunitária, tendo em vista a manutenção de sua autodeterminação.

e) A Política Nacional do Idoso prevê a criação de centros de convivência e programas de emprego para idosos, mas não estabelece punições para a discriminação por idade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, sendo esta considerada correta pela banca examinadora. Contudo, essa questão é passível de recurso. A questão trata sobre a proteção jurídica dos idosos.

A alternativa A está correta, conforme o gabarito da banca examinadora. O art. 45 do Estatuto do idoso prevê um rol exemplificativo de medidas protetivas, mas elas não incluem o afastamento do agressor nem a suspensão de procurações. O Estatuto do Idoso prevê medidas protetivas, mas não há indicação expressa do afastamento do agressor e suspensão de procurações (art. 45 da Lei 10.741/2003). Ele prevê outras medidas como encaminhamento à família, orientação, requisição para tratamento de saúde, inclusão em programas, abrigo em entidade etc.

A alternativa B está incorreta. A Política Nacional do Idoso (Lei 8.842/1994) NÃO regulamenta o Estatuto do Idoso. Na verdade, a Lei 8.842/1994 é ANTERIOR ao Estatuto (Lei 10.741/2003). O Estatuto é que posteriormente complementou a política. Além disso, a obrigatoriedade de criação dos Conselhos Municipais do Idoso está prevista na própria Lei 8.842/1994, não no Estatuto.

A alternativa C está correta, conforme estabelece o Art. 15, §7º do Estatuto do Idoso (incluído pela Lei 13.466/2017) expressamente: "Em todo atendimento de saúde, os maiores de oitenta anos terão preferência especial sobre os demais idosos, exceto em caso de emergência." Isso confirma a prioridade em processos judiciais e atendimento médico considerando a hipervulnerabilidade. O art. 3º do Estatuto do idoso prevê, no seu § 2º, que, "Entre as pessoas idosas, é assegurada prioridade especial aos maiores de 80 (oitenta) anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação às demais pessoas idosas". O art. 15, § 7º, estabelece que, "Em todo atendimento de saúde, os maiores de 80 (oitenta) anos terão preferência especial sobre as demais pessoas idosas, exceto em caso de emergência". Finalmente, o art. 71, § 5º, estabelece que, dentre os processos de pessoas idosas, dar-se-á prioridade especial aos das maiores de 80 (oitenta) anos. Há, portanto, regras que confirmam a alternativa C.

A alternativa D está incorreta. A inclusão social do idoso, conforme a Política Nacional do Idoso, NÃO se limita apenas ao acesso à saúde. O Art. 10 da Lei 8.842/1994 prevê ações em diversas áreas: saúde, educação, trabalho, assistência social, habitação, cultura, esporte e lazer.

A alternativa E está incorreta. A Política Nacional do Idoso prevê a criação de centros de convivência e programas (Art. 10, I, "b"), MAS o Estatuto do Idoso SIM estabelece punições para discriminação por idade (Art. 96 da Lei 10.741/2003).

QUESTÃO 29. A respeito dos princípios e das diretrizes estabelecidos no Código de Ética da Magistratura Nacional, instituído pela Resolução nº 60/2008 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), assinale a afirmativa correta.

- a) O Magistrado não deve exercer atividade empresarial, exceto na condição de acionista ou cotista, desde que não exerça o controle ou a gerência.**
- b) Em qualquer hipótese, é vedado ao Magistrado usar os bens públicos ou os meios disponibilizados para o exercício de suas funções para fins privados.**
- c) O Magistrado pode manifestar publicamente uma opinião sobre um processo pendente de julgamento no Tribunal ao qual está vinculado, desde que seja parte interessada.**
- d) A atuação do Magistrado deve ser transparente, documentando-se seus atos sempre que possível, mesmo quando não legalmente previsto, de modo a favorecer sua publicidade, inclusive nos casos de sigilo contemplados em lei.**
- e) O Magistrado prudente busca nas provas a verdade dos fatos, com objetividade e fundamento, mantendo ao longo de todo o processo uma distância equivalente das partes, e evita todo tipo de comportamento que possa refletir favoritismo, predisposição ou preconceito, segundo o Código de Ética da Magistratura.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre princípios e das diretrizes da carreira da magistratura.

A alternativa A está correta. O Art. 38 do Código estabelece: "O magistrado não deve exercer atividade empresarial, exceto na condição de acionista ou cotista e desde que não exerça o controle ou gerência."

A alternativa B está incorreta. O Art. 18 estabelece: "Ao magistrado é vedado usar para fins privados, sem autorização, os bens públicos ou os meios disponibilizados para o exercício de suas funções." Portanto, NÃO é vedado "em qualquer hipótese" - há a possibilidade com autorização.

A alternativa C está incorreta. Não há previsão no Código permitindo ao magistrado manifestar publicamente opinião sobre processo pendente ao qual está vinculado, sendo parte interessada. Isso violaria princípios de imparcialidade.

A alternativa D está incorreta. Conforme o Art. 10 do Código: "A atuação do magistrado deve ser transparente, documentando-se seus atos, sempre que possível, mesmo quando não legalmente previsto, de modo a favorecer sua publicidade, exceto nos casos de sigilo contemplado em lei."

A alternativa E está incorreta. O Art. 8º estabelece o princípio da imparcialidade com esses termos, mas a questão está incompleta na alternativa apresentada.

QUESTÃO 30. Nos últimos anos, o Supremo Tribunal Federal (STF), em diversos julgados, tem enfrentado questões constitucionais relativas aos direitos fundamentais da população LGBTQIA+. Considerando a jurisprudência do STF sobre a população LGBTQIA+, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

I. Os atos normativos do Ministério da Saúde e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que consideram inaptos para a doação de sangue homens que mantiveram relações sexuais homoafetivas nos últimos 12 meses, são constitucionais. Com efeito, há critérios científicos que indicam que homens homossexuais integram um grupo de risco. Assim, não há a adoção de critério discriminatório em tal tipo de norma, e, sim, de critério cientificamente validado.

II. A pessoa transgênero tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, não se exigindo, para tanto, nada além da manifestação de vontade do indivíduo, o qual poderá exercer tal faculdade tanto pela via judicial como diretamente pela via administrativa. Essa alteração deve ser averbada à margem do assento de nascimento, vedada a inclusão do termo "transgênero".

III. Considerando que a Lei Maria da Penha foi editada para proteger a mulher contra a violência doméstica, a partir da compreensão de subordinação cultural da mulher na sociedade, é possível estender a incidência da Lei Maria da Penha aos casais homoafetivos do sexo masculino, sendo prescindível a presença de fatores contextuais que insiram o homem vítima da violência na posição de subalternidade dentro da relação.

As afirmativas são, respectivamente,

a) V-V-V.

b) F-V-V.

c) V-F-F.

d) F-F-F.

e) F-V-F.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre direitos da população LGBTQIA+. Vamos analisar item a item.

A afirmativa I é falsa, pois o STF compreendeu que a proibição de doação de sangue por homens homossexuais é inconstitucional (ADI 5543)

A afirmativa II é verdadeira. O STF reconheceu a transgêneros possibilidade de alteração de registro civil sem mudança de sexo (ADI 4275)

A afirmativa III é falsa, o STF ampliou proteção da Lei Maria da Penha a casais homoafetivos do sexo masculino, travestis e transexuais (MI 7452). Contudo, precisam estar presentes fatores contextuais que insiram o homem vítima da violência na posição de subalternidade dentro da relação.

A alternativa E está correta. A sequência que correspondem aos itens falsos e verdadeiros resta o seguinte: F-V-F.

QUESTÃO 31. Em uma comunidade rural, duas famílias entraram em conflito por causa do uso da água de um riacho para irrigação. O caso poderia ser levado ao Judiciário, mas, diante da demora dos processos formais e da vontade de preservar as relações de vizinhança, optaram por buscar auxílio em um centro comunitário de mediação. Com a ajuda de um mediador, conseguiram construir um acordo voluntário, reconhecido pelas partes como legítimo e Justo

À luz da Sociologia do Direito e dos mecanismos não judiciais de resolução de litígios, especialmente considerando o marco da Lei de Mediação, assinale a afirmativa correta.

a) O acordo firmado entre as famílias não possui qualquer relevância social ou jurídica, uma vez que apenas as decisões judiciais têm a capacidade de pacificar conflitos de forma legítima e duradoura.

b) A escolha pela mediação demonstra a ineficácia do sistema judicial, sendo exemplo de que a sociedade só consegue resolver conflitos fora das instituições estatais, sem qualquer respaldo normativo.

c) A experiência é incompatível com a Sociologia do Direito, pois esta não reconhece sistemas não judiciais de composição de litígios como parte do fenômeno jurídico, mas apenas como práticas informais de convivência.

d) A utilização da mediação revela a importância de mecanismos de resolução consensual de conflitos que integram práticas sociais e jurídicas, permitindo soluções mais adequadas às especificidades de cada caso.

e) O Direito, ao lidar com conflitos sociais, busca apenas a eliminação total das disputas, não podendo reconhecer a mediação, mesmo regulamentada por lei, como instrumento legítimo de pacificação social.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre solução consensual de conflitos, especificamente, mediação.

A alternativa A está incorreta. Afirma que o acordo não possui relevância social ou jurídica, e que apenas decisões judiciais podem pacificar conflitos. Isso contradiz completamente o exemplo dado e o reconhecimento legal da mediação.

(A alternativa B está incorreta. Sugere que a mediação demonstra "ineficácia do sistema judicial" e que a sociedade só resolve conflitos "fora das instituições estatais, sem qualquer respaldo normativo". Isso é falso, pois a mediação tem respaldo normativo (Lei de Mediação) e não demonstra ineficácia, mas sim complementaridade.

A alternativa C está incorreta. Afirma que a experiência é "incompatível com a Sociologia do Direito" porque esta não reconhece sistemas não judiciais. Isso é falso - a Sociologia do Direito justamente estuda práticas jurídicas formais E informais.

A alternativa D está correta. Afirma que "a utilização da mediação revela a importância de mecanismos de resolução consensual de conflitos que integram práticas sociais e jurídicas, permitindo soluções mais adequadas às especificidades de cada caso." Esta alternativa está perfeitamente alinhada com o caso apresentado e com os fundamentos da Sociologia do Direito.

A alternativa E está incorreta. Afirma que o Direito busca "apenas a eliminação total das disputas" e não pode reconhecer a mediação. Isso contradiz a realidade legal e o próprio caso apresentado.

QUESTÃO 32. O debate sobre gênero no Direito e na sociedade envolve a compreensão das estruturas históricas de poder, como o patriarcado, e sua interseção com a raça e outras formas de desigualdade. No campo jurídico, o Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero, aprovado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2021, estabelece diretrizes para o enfrentamento da discriminação e a promoção da igualdade no âmbito judicial.

Considerando esse contexto, assinale a afirmativa correta.

- a) O patriarcado refere-se a uma forma de organização social em que as mulheres sempre ocuparam espaços de liderança e igualdade, sendo superado definitivamente no Brasil após a Constituição de 1988.**
- b) A perspectiva de gênero, quando aplicada ao julgamento judicial, exige apenas a observância formal da igualdade entre homens e mulheres, sem necessidade de considerar interseccionalidades como raça, classe ou orientação sexual.**
- c) A discriminação de gênero é fenômeno restrito ao mercado de trabalho, não se manifestando em outras áreas como saúde, justiça, segurança pública e política institucional.**
- d) O Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero orienta as(os) Magistradas(os) a identificarem estereótipos e padrões discriminatórios, garantindo decisões mais justas e sensíveis às desigualdades estruturais de gênero.**
- e) As desigualdades de gênero no Brasil são apenas conjunturais e episódicas, não possuindo caráter estrutural ou relação com sistemas históricos, como o patriarcado e o racismo.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre questões de gênero e a relevância jurídica no Brasil.

A alternativa A está incorreta. Afirma que o patriarcado refere-se a uma forma de organização onde as mulheres sempre ocuparam espaços de liderança e igualdade, sendo superado definitivamente no Brasil após 1988. Isso é falso. O patriarcado é justamente o oposto: um sistema onde homens ocupam posições de poder e as mulheres são subordinadas. Além disso, o patriarcado não foi superado definitivamente.

A alternativa B está incorreta. Diz que a perspectiva de gênero exige apenas a observância formal da igualdade entre homens e mulheres, sem necessidade de considerar interseccionalidades. Isso contradiz o objetivo do Protocolo, que justamente busca considerar as desigualdades estruturais e intersecções com raça, classe, orientação sexual, etc.

A alternativa C está incorreta. Afirma que a discriminação de gênero é fenômeno restrito ao mercado de trabalho. Isso é falso, pois o próprio texto menciona que se manifesta em diversas áreas: saúde, justiça, segurança pública e política institucional.

A alternativa D está correta. Afirma que o Protocolo orienta magistrados(as) a identificarem estereótipos e padrões discriminatórios, garantindo decisões mais justas e sensíveis às desigualdades estruturais de gênero. Isso está alinhado com o propósito descrito no texto.

A alternativa E está incorreta. As desigualdades de gênero são estruturais e históricas, e não apenas conjunturais ou episódicas.

QUESTÃO 33. Em 2024, a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) condenou o Estado brasileiro pelo desaparecimento de 11 jovens, fato ocorrido no Rio de Janeiro em 1990 e conhecido como Caso Acari. Acerca das ações da Corte IDH, analise as afirmativas a seguir.

I. O Caso Acari é um exemplo da importância da norma da Convenção Americana sobre Direitos Humanos em permitir o ingresso de particulares diretamente à Corte.

II. Um dos conhecidos obstáculos da Corte IDH, que limita seu alcance, é a ausência de mecanismos para supervisionar o cumprimento de suas sentenças.

III. A sentença proferida pela Corte IDH é definitiva e inapelável, não havendo a possibilidade de recurso de apelação pelo Estado afetado.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) II, apenas.

c) III, apenas.

d) I e III, apenas.

e) II e III, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre o Caso Acari.

O Caso Acari é um exemplo da importância da norma da Convenção Americana sobre Direitos Humanos em permitir o ingresso de particulares diretamente à Corte. Vamos analisar cada item.

O item I é incorreto. A CADH e o seu sistema de proteção (Art. 44 e 61) estabelecem a regra do esgotamento dos recursos internos e a restrição ao ingresso direto de particulares na Corte IDH.

O item II é incorreto. A Corte IDH possui, sim, mecanismos para supervisionar o cumprimento de suas sentenças.

O item III é correto. O Art. 67 da CADH estabelece que: "O julgado da Corte será definitivo e inapelável. Em caso de divergência sobre o sentido ou alcance da sentença, a Corte interpretá-la-á a pedido de qualquer das partes, desde que a solicitação seja apresentada dentro dos noventa dias a partir da data da notificação da sentença." A Corte é a última instância jurisdicional do sistema regional interamericano.

QUESTÃO 34. Ao julgar o Caso Favela Nova Brasília v. Brasil, a Corte Interamericana de Direitos Humanos analisou a responsabilidade internacional do Estado brasileiro pela violação do direito à vida e à integridade pessoal de 26 homens vítimas de homicídio e três mulheres vítimas de violência sexual durante operações policiais realizadas na Favela Nova Brasília, localizada no Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, em duas incursões ocorridas nos dias 18 de outubro de 1994 e 8 de maio de 1995.

Buscando conferir maior efetividade ao cumprimento das medidas de reparação determinadas pela sentença proferida pela Corte IDH em 16 de fevereiro de 2017, foi ajuizada, perante o Supremo Tribunal Federal, a ADPF 635.

A partir do cotejo entre as determinações exaradas pela Corte Interamericana e as decisões proferidas pelo STF sobre o tema, analise o que se afirma a seguir.

I. Garantir às vítimas de delitos ou aos seus familiares de participar de maneira formal e efetiva na investigação dos delitos, que é conduzida pela polícia ou pelo Ministério Público.

II. Realizar audiências de custódia, com apresentação da pessoa presa à autoridade judicial, em até 24 horas após a prisão.

III. Dar ao órgão do Ministério Público competente a atribuição de promover diretamente a investigação de infração penal, sempre que houver suspeita de envolvimento de agentes dos órgãos de segurança pública.

Assinale a opção que, em razão do caso abordado, indica corretamente as medidas que foram adotadas.

- a) I, apenas.**
- b) I e II, apenas.**
- c) I e III, apenas.**
- d) II e III, apenas.**
- e) I, II e III.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. Contudo, é uma questão passível de recurso. A questão trata sobre o Caso Favela Nova Brasília v. Brasil (2017).

A alternativa C está correta, em primeira análise. As medidas que guardam estreita relação com o Caso Favela Nova Brasília (foco em investigações ineficazes e denegação de justiça) e foram reforçadas ou exigidas no âmbito da ADPF 635 como garantias de não repetição são a I (participação das vítimas/familiares) e a III (investigação independente/MP). A medida II (Audiência de Custódia) tem origem em outro precedente interamericano (CADH, Art. 7.5) e jurisprudência do STF (ADPF 347).

A passibilidade de recurso surge do fato de que a audiência de custódia não é uma medida diretamente decorrente do Caso Favela Nova Brasília. Trata-se de uma medida fundamental para o controle da violência e integridade física de pessoas presas em operações policiais, sendo um tema intrinsecamente ligado ao objeto da ADPF 635 (controle da letalidade e violência policial) e, por extensão, ao espírito da sentença da Corte IDH no Caso Favela Nova Brasília. As demais alternativas estão incorretas, portanto.

QUESTÃO 35. A Constituição de 1988 é expressa em dizer que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal definiu como tese no Tema 548 que: "A educação básica em todas as suas fases – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio – constitui direito fundamental de todas as crianças e jovens, assegurado por normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta e imediata."

Comparando-se a proteção jurídica dada pelo Estado brasileiro e a prevista na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), assinale a afirmativa correta.

- a) A gratuidade da instrução também é garantida pela DUDH, ao menos nos graus elementares e fundamentais.**
- b) A DUDH é mais ampla, tendo em vista o fato de dispor que tanto a instrução elementar quanto a superior serão obrigatórias.**

c) A DUDH, ao tratar do direito à instrução, evita abordar temas como amizade entre nações, grupos raciais ou religiosos, focando no aspecto técnico da educação.

d) Os pais, de acordo como Art. 26 da DUDH, não têm prioridade na escolha do gênero de instrução que será ministrada a seus filhos, cabendo ao Estado esse papel.

e) A DUDH prevê que o ensino técnico-profissional, diferentemente do ensino fundamental, não precisa, necessariamente, ser acessível a todos, dada sua especificidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o direito à educação e sua proteção jurídica.

A alternativa A está correta. O Art. 26, item 1, da DUDH é explícito: "A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais."

A alternativa B está incorreta. A DUDH não estabelece que a instrução superior será obrigatória. Ela apenas diz que a instrução superior deve ser acessível "na base do mérito."

A alternativa C está incorreta. O Art. 26, item 2, trata exatamente desses temas, estabelecendo que a instrução "Deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos".

A alternativa D está incorreta. O Art. 26, item 3, afirma o oposto: "Os pais têm prioridade de escolha do gênero de instrução a dar aos filhos."

A alternativa E está incorreta. A DUDH afirma que a "instrução técnica e profissional deve ser generalizada," indicando a necessidade de ampla acessibilidade. O que tem acesso igual para todos na base do mérito é a instrução superior, e não o ensino técnico-profissional.

QUESTÃO 36. Acerca do controle de convencionalidade, considerando o entendimento prevalecente na doutrina e na jurisprudência nacionais, bem como no âmbito da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), analise as afirmativas a seguir.

I. De acordo com a Corte IDH, no plano interno, é possível que o controle de convencionalidade seja realizado não apenas pelos órgãos jurisdicionais, mas também pelas autoridades administrativas, membros do Ministério Público e da Defensoria Pública. Ainda, admite-se o controle de convencionalidade preventivo, a ser realizado pelo Poder Legislativo, ao apreciar propostas de edição de atos normativos internos.

II. Para que possam figurar na condição de paradigma do controle de convencionalidade realizado no plano interno (nacional), as normas internacionais devem ostentar status superior à legislação ordinária (supralegalidade) ou equivalente às normas constitucionais.

III. No âmbito do controle de convencionalidade internacional, a norma internacional empregada como paradigma de controle sempre gozará de superioridade em relação à norma

ou ao ato interno que figura como objeto do controle. Por sua vez, no âmbito do controle de convencionalidade nacional, a posição hierárquica da norma internacional empregada como paradigma de controle varia, podendo ocupar posição superior ou inferior à norma ou ao ato interno objeto de controle, a depender da conformação estabelecida pelo ordenamento nacional acerca do status atribuído às normas internacionais sobre os direitos humanos.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. Contudo, essa questão é passível de recurso, pois **letra E** também pode estar correta. A questão trata sobre o Controle de Convencionalidade.

A alternativa A está correta. O item I está correto. A Corte IDH, em sua jurisprudência (ex: Caso Almonacid Arellano vs. Chile e Caso Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil), firmou a doutrina do Controle de Convencionalidade ex officio, determinando que ele deve ser realizado não somente pelos juízes e tribunais, mas por todos os órgãos e autoridades que têm a responsabilidade de aplicar o Direito no plano interno, incluindo os Poderes Executivo e Legislativo (em seu aspecto preventivo). Isso inclui membros do Ministério Público e da Defensoria Pública.

Contudo, as demais alternativas também podem estar corretas, o que também possibilita a letra E estar correta.

O item II está juridicamente correto. O controle de convencionalidade (comparação da lei interna com o tratado) é realizado usando-se tratados que possuem status supralegal ou constitucional.

O item III também é juridicamente correto, pois descreve com precisão a diferença entre o Controle de Convencionalidade Internacional (hierarquia fixa) e o Controle Nacional (hierarquia variável).

QUESTÃO 37. No que se refere aos direitos dos povos originários, considerando a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Jurisprudência interamericana, a Constituição Federal de 1988 e as Resoluções do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), assinale a afirmativa correta.

a) Fortalecem e aprimoram o paradigma assimilacionista e integracionista da Convenção 107 da OIT, buscando integrar os povos originários à cultura nacional, observado o princípio da soberania nacional.

b) Fortalecem e aprimoram o paradigma assimilacionista e integracionista da Convenção 107 da OIT, ampliando a proteção e o desenvolvimento dos povos originários, observado o princípio da autodeterminação dos povos.

c) Adotam o paradigma do reconhecimento dos direitos dos povos originários, observados o princípio da autodeterminação, o direito à identidade cultural, o direito à terra e o direito à consulta livre, prévia e informada sobre projetos que os afetem.

d) Adotam o paradigma do reconhecimento dos direitos dos povos originários, observados o princípio da autodeterminação, o direito à identidade cultural, o direito à terra, vedando a consulta aos povos afetados por medidas legislativas ou administrativas que possam impactá-los, salvo quando houver ameaça de remoção forçada dos povos indígenas de suas terras tradicionais.

e) Adotam o paradigma do reconhecimento dos direitos dos povos originários, observados o princípio da autodeterminação, o direito à identidade cultural, o direito à terra, vedando a consulta aos povos afetados por medidas legislativas ou administrativas que possam impactá-los, em defesa do princípio da prevalência do interesse público, assegurada compensação financeira adequada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre regime jurídico dos direitos dos povos originários (indígenas e tribais) no Brasil.

As alternativas A e B estão incorretas. O Art. 1º da Convenção 169 da OIT estabelece o rompimento com a abordagem assimilacionista da Convenção 107. O paradigma atual é de reconhecimento e respeito.

A alternativa C está correta. Esta alternativa lista todos os elementos centrais e modernos do paradigma adotado pela Convenção 169 da OIT, pela CF/88 e pela jurisprudência interamericana.

As alternativas D e E estão incorretas. O direito à consulta livre, prévia e informada é o pilar da Convenção 169 da OIT (Art. 6º) e uma garantia de não repetição fundamental para evitar violações de direitos humanos. A consulta é a regra, e sua vedação é incompatível com o sistema normativo.

QUESTÃO 38. A interpretação jurídica é a atividade pela qual se objetiva retirar do texto normativo o seu real significado, o seu real alcance. Geralmente as normas de direitos humanos são redigidas com conceitos abertos e indeterminados, protegendo valores múltiplos que podem colidir entre si.

Com relação às regras interpretativas que devem nortear o intérprete dos atos normativos que tenham por objeto regular os direitos humanos, assinale a afirmativa correta.

a) Os direitos humanos compõem um corpo dogmático fechado em si mesmo, que se impõem como verdade abstrata e única sobre o conjunto de operadores jurídicos.

b) As chamadas audiências públicas promovidas pelo Supremo Tribunal Federal são a única forma de promover a interação da sociedade civil com o Supremo Tribunal Federal e com os órgãos internacionais de direitos humanos, por isso a sua importância.

c) O critério da interpretação pro persona (também conhecida como pro homine) exige que a interpretação dos direitos humanos seja sempre aquela mais favorável ao indivíduo. É o critério mais apto e eficaz na interpretação dos direitos humanos, notadamente naqueles casos que envolvem vários direitos (de titulares distintos) em colisão

d) A interpretação da norma que regula a matéria relativa à pauta dos direitos humanos é uma atividade de cunho meramente declaratório sobre a norma a ser aplicada ao caso concreto.

e) O critério da máxima efetividade exige que a interpretação de determinado direito conduza ao maior proveito o seu titular, com o menor sacrifício imposto aos titulares dos demais direitos em colisão, e conduza à aplicabilidade imediata, que prevê a incidência dos direitos humanos ao caso concreto sem qualquer lapso temporal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre princípios da Hermenêutica dos Direitos Humanos.

A alternativa A está incorreta. Interpretando o art. 5º, §2º da CF, o sistema de direitos humanos é reconhecido como aberto, evolutivo e dinâmico. Vejamos: “§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.”

A alternativa B está incorreta. As audiências públicas são uma forma importante, mas não a única. Pode ocorrer, inclusive, através da figura do amicus curiae.

A alternativa C está incorreta. Ao contrário do que afirma a assertiva, a interpretação não pode ser simplesmente a "mais favorável" a um indivíduo, mas sim aquela que promove a máxima efetividade de ambos os direitos, obtida através da interpretação sob a égide da proporcionalidade.

A alternativa D está incorreta. A interpretação exige a ponderação de valores e a concretização da norma à luz das demandas sociais e dos princípios do sistema.

A alternativa E está correta. Esta afirmativa combina corretamente dois princípios fundamentais da interpretação dos direitos humanos. Como citado anteriormente, a Máxima Efetividade (ou Ponderação/Proporcionalidade) exige a busca do maior proveito para o titular do direito em questão, com o menor sacrifício dos direitos contrapostos (o que se faz por meio da ponderação); já Aplicabilidade Imediata é reconhecida através da aplicabilidade imediata das normas definidoras de direitos e garantias fundamentais (Art. 5º, § 1º). Esse princípio determina que tais normas devem incidir no caso concreto sem necessidade de regulamentação ou de lapso temporal.

QUESTÃO 39. Com relação ao tema da competência no Direito brasileiro, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para verdadeira e (F) para a falsa.

() o Direito brasileiro não adota o princípio de que todo Juiz tem competência para analisar sua própria competência, de forma que nenhum Juiz é totalmente incompetente.

() Determina-se a competência no momento da citação válida do réu, sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta.

() A competência para processar e julgar as ações conexas de interesse de menor é, em princípio, do foro do domicílio do detentor de sua guarda.

As afirmativas são, respectivamente,

a) V-F-F.

b) V-V-F.

c) F-V-F.

d) F-V-V.

e) F-F-V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre competência. Vamos analisar cada uma das afirmativas.

A primeira afirmativa é falsa. O Direito Processual Civil brasileiro adota o princípio da "competência-competência" (Kompetenz-Kompetenz), que significa que todo juiz tem, em princípio, competência para analisar sua própria competência.

A segunda afirmativa é falsa. A competência é determinada no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, e não no momento da citação válida.

A terceira afirmativa é verdadeira. Esta afirmativa está em plena consonância com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), cristalizada na Súmula n. 383, que dispõe: "A competência para processar e julgar as ações conexas de interesse de menor é, em princípio, do foro do domicílio do detentor de sua guarda."

QUESTÃO 40. O autor de determinada demanda, na condição de adquirente de coisa cujo domínio lhe fora transferido, formulou, em sua própria petição inicial, denúncia da lide em desfavor de seu alienante imediato, de modo a poder exercer os direitos que lhe resultam da evicção.

Tendo admitido a denunciação, o Juiz da causa ordenou a citação do denunciado, o qual, na sequência, ofertou manifestação em que formulava, ele próprio, denunciação da lide em relação ao seu antecessor imediato na cadeia dominial do bem.

Apreciando essa peça processual, o Magistrado inadmitiu a nova denunciação, estribando-se, para tanto, no argumento de que ela acarretaria maior morosidade à tramitação do processo, comprometendo a garantia fundamental da celeridade da prestação jurisdicional.

Inconformado, o primeiro denunciado interpôs, tempestiva e regularmente, agravo de instrumento, visando à reforma da decisão que havia indeferido a sua própria denunciação da lide, recurso esse que veio a ser conhecido e provido pelo órgão ad quem.

Sobre a hipótese narrada, assinale a afirmativa correta.

a) Em se tratando dos direitos resultantes da evicção, não há limite para o número de denunciações sucessivas, sendo conveniente a pacificação definitiva, em um único processo, de todas as lides relacionadas à cadeia dominial do bem.

b) A primeira denunciação da lide já deveria ter sido inadmitida pelo Juiz, uma vez que a lei processual não prevê essa modalidade de intervenção de terceiros por iniciativa do autor da ação original, senão apenas do réu.

c) Promovida a primeira denunciação da lide, seria lícito ao denunciado assumir a posição de litisconsorte do denunciante e acrescentar novos argumentos à petição inicial.

d) Agiu equivocadamente o órgão de instância superior ao conhecer do recurso de agravo de instrumento interposto pelo primeiro denunciado, haja vista o descabimento dessa espécie recursal na espécie.

e) Agiu equivocadamente o órgão de instância superior ao dar provimento ao recurso de agravo de instrumento interposto pelo primeiro denunciado, haja vista o acerto da decisão de primeiro grau.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre denunciação da lide.

A alternativa A está incorreta. A afirmativa contraria o que estabelece o Art. 125, § 2º, do CPC, que limita a denunciação sucessiva.

A alternativa B está incorreta. A denunciação da lide é cabível tanto por iniciativa do autor quanto do réu, nas hipóteses legais.

A alternativa C está correta. O denunciado pelo autor pode atuar como litisconsorte e complementar a petição inicial, o que é um efeito processual específico dessa modalidade de intervenção. Consoante o art. 127 do CPC: “Feita a denunciação pelo autor, o denunciado poderá assumir a posição de litisconsorte do denunciante e acrescentar novos argumentos à petição inicial, procedendo-se em seguida à citação do réu.”

A alternativa D está incorreta. A decisão que inadmite ou indefere a denunciação da lide é uma decisão interlocutória que versa sobre intervenção de terceiros.

A alternativa E está incorreta. A decisão de primeiro grau, ao inadmitir a segunda denunciação (do primeiro denunciado contra seu antecessor) com base na celeridade, agiu corretamente no mérito. Isso porque o Art. 125, § 2º, do CPC estabelece que é admitida apenas uma única denunciação sucessiva. Vejamos: “Admite-se uma única denunciação sucessiva, promovida pelo denunciado, contra seu antecessor imediato na cadeia dominial ou quem seja responsável por indenizá-lo, não podendo o denunciado sucessivo promover nova denunciação, hipótese em que eventual direito de regresso será exercido por ação autônoma.”

QUESTÃO 41. Foi ajuizada demanda em que o autor pleiteou a reintegração de posse em relação a determinado bem imóvel, além da condenação do réu a lhe pagar a verba indenizatória de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), haja vista os danos materiais que afirmou ter sofrido em razão do esbulho possessório alegadamente perpetrado. A petição inicial nada aludiu a juros legais, nem a correção monetária.

Ofertada a peça de contestação, e concluídas todas as fases do procedimento, o Juiz da causa proferiu sentença em que acolhia pleito indenizatório formulado na peça exordial, condenando o demandado a pagar o montante ali especificado, atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora. Contudo, deixou o Magistrado de apreciar a pretensão reintegratória deduzida pela parte autora.

Sobre esse quadro, assinale a afirmativa correta.

- a) No tocante às pretensões de reintegração de posse e de pagamento de verba indenizatória, trata-se de cumulação alternativa de pedidos.
- b) No tocante às pretensões de reintegração de posse e de pagamento de verba indenizatória, trata-se de cumulação eventual de pedidos.
- c) A sentença proferida, ao contemplar a incidência de juros e correção monetária, incorreu em julgamento ultra petita.
- d) A sentença proferida, ao não apreciar o pleito reintegratório, incorreu em julgamento citra petita.
- e) A sentença proferida, ao não apreciar o pleito reintegratório, incorreu em julgamento extra petita.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre a extensão e os limites da sentença.

A alternativa A está incorreta. Há cumulação alternativa quando o autor formula dois ou mais pedidos, mas pretende que o réu seja condenado em apenas um deles, a escolha de quem cabe ao devedor ou a critério do juiz (Art. 325 do CPC).

A alternativa B está incorreta. Há cumulação eventual (ou subsidiária) quando o autor formula um pedido principal e um subsidiário, para que o juiz conheça do subsidiário apenas se não puder acolher o principal (Art. 326 do CPC).

A alternativa C está incorreta. Julgamento ultra petita é aquele que excede o que foi pedido (concede mais do que o pedido).

Contudo, a jurisprudência e a doutrina são unânimes em afirmar que a inclusão de juros de mora e correção monetária na condenação não configura julgamento ultra petita. Isso porque tais encargos são considerados pedidos implícitos e consequências lógicas e legais da condenação principal, conforme o Art. 322, § 1º, do CPC e a Súmula n. 254 do STF. O juiz deve aplicá-los de ofício, mesmo que o autor não os tenha mencionado.

A alternativa D está correta. Julgamento citra petita (ou infra petita) é o vício que ocorre quando o juiz não julga todos os pedidos formulados pelo autor na petição inicial. No caso, o autor formulou dois pedidos (reintegração de posse e indenização de R\$ 50.000,00), mas a sentença apreciou apenas o pedido indenizatório, deixando de analisar o pleito de reintegração de posse.

A alternativa E está incorreta. Houve omissão, o que é citra petita.

QUESTÃO 42. Em relação às formas de cooperação jurídica nacional e internacional, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() A homologação de sentença judicial estrangeira, quando está ausente o tratado internacional, exige reciprocidade.

() A tradução para a Língua Portuguesa, por tradutor juramentado, é sempre indispensável para a homologação de decisão judicial estrangeira.

() É possível, por meio de auxílio direto, a obtenção de informações de processos transitados em julgado.

Conforme a legislação processual aplicável ao tema, as afirmativas são, respectivamente,

a) V-F-F.

b) F-V-V.

c) V-F-V.

d) F-F-V.

e) F-V-F.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre cooperação jurídica nacional e internacional. Vamos analisar as afirmativas.

A primeira afirmativa é falsa. A afirmativa contraria expressamente o Art. 26, §§1º 2º, do CPC/2015, que estabelece uma exceção à regra geral de cooperação, vejamos: “art. 26, § 1º Na ausência de tratado, a cooperação jurídica internacional poderá realizar-se com base em reciprocidade, manifestada por via diplomática. § 2º Não se exigirá a reciprocidade referida no § 1º para homologação de sentença estrangeira.

A segunda afirmativa é falsa. O Art. 192, parágrafo único, do CPC estabelece a regra de que o documento em língua estrangeira deve ser acompanhado de versão para o português, firmada por tradutor juramentado (ou tramitada por via diplomática/autoridade central). No entanto, a palavra-chave que torna a afirmativa falsa é "sempre". Além disso, o próprio Art. 192 trata de juntada de documentos em geral no processo, e não especificamente da homologação. Vejamos: “Art. 192. Em todos os atos e termos do processo é obrigatório o uso da língua portuguesa. Parágrafo único. O documento redigido em língua estrangeira somente poderá ser juntado aos autos quando acompanhado de versão para a língua portuguesa tramitada por via diplomática ou pela autoridade central, ou firmada por tradutor juramentado.”

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem flexibilizado essa exigência em casos específicos. O STJ tem julgado permitindo juntada de documento em língua estrangeira, sem tradução, quando o idioma não for empecilho à compreensão do documento e a validade do documento não tiver sido impugnada tempestivamente pela parte interessada. STJ, AgRg no REsp 1.316.392/SC, Rel. Min. Benedito Gonçalves, j. 22/05/2012

Não há nenhuma restrição legal que limite a obtenção de informações apenas a processos em curso. A saber, vejamos o disposto no CPC: “Art. 27. A cooperação jurídica internacional terá por objeto: II - colheita de provas e obtenção de informações; VI - qualquer outra medida judicial ou extrajudicial não proibida pela lei brasileira.”

A alternativa D está correta. A sequência correta é F - F - V.

QUESTÃO 43. Com relação às características que regem e norteiam os procedimentos dos Juizados Especiais Cíveis, os procedimentos aplicáveis e a jurisprudência aplicável ao tema, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() A ação proposta em Juizado Especial Fazendário permite que, em se tratando de parte hipossuficiente, haja a imposição à Fazenda Pública para que apresente os documentos e as informações necessárias ao início da execução, em procedimento conhecido como "execução invertida".

() O incidente de desconsideração da personalidade jurídica é compatível com o rito dos Juizados Especiais.

() Não se admite a instauração de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no âmbito dos Juizados Especiais.

As afirmativas são, respectivamente,

a) V-V-F.

b) V-F-F.

c) F-V-V.

d) V-F-V.

e) F-V-F.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre os procedimentos dos Juizados Especiais Cíveis.

A alternativa A está correta. A sequência é V-V-F. Vamos analisar as afirmativas.

A primeira afirmativa é verdadeira. Esta afirmativa está em sintonia com o entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF). O precedente mencionado (ARE 1.528.097/SP, Tema 1.396 de Repercussão Geral, e ADPF 219) consolidou a tese de que é possível exigir da Fazenda Pública a apresentação de documentos e cálculos para o início do cumprimento de sentença nos Juizados Especiais (o que popularmente se chama de "execução invertida" ou "cumprimento de sentença invertido"), especialmente quando há hipossuficiência da parte credora, garantindo a celeridade e a efetividade processual.

A Fazenda Pública pode ser obrigada a apresentar o valor devido e os documentos necessários para iniciar a fase de cumprimento de sentença no âmbito dos respectivos juizados especiais, de forma semelhante ao que ocorre nos Juizados Especiais Federais. Tese fixada pelo STF: "É possível exigir da Fazenda Pública a apresentação de documentos e cálculos para o início de cumprimento de sentença nos juizados especiais, nos termos da ADPF 219;"

A segunda afirmativa é verdadeira. O incidente de desconsideração da personalidade jurídica aplica-se ao processo de competência dos juizados especiais, conforme o Art. 1.062 do CPC: "O incidente de desconsideração da personalidade jurídica aplica-se ao processo de competência dos juizados especiais."

A terceira afirmativa é falsa. A instauração do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) é admitida no âmbito dos Juizados Especiais, conforme Enunciados da ENFAM. Vejamos o Enunciado 21, Enfam, "O IRDR pode ser suscitado com base em demandas repetitivas em curso nos juizados especiais. Enunciado 44, Enfam: Admite-se o IRDR nos juizados especiais, que deverá ser julgado por

órgão colegiado de uniformização do próprio sistema. Enunciado 605, FPPC: (arts. 977; 985, I) Os juízes e as partes com processos no Juizado Especial podem suscitar a instauração do IRDR.”

QUESTÃO 44. Tendo em vista as modalidades de formação de precedentes vinculantes, relacione as técnicas indicadas a seguir ao seu respectivo objetivo.

1. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.

2. Controle de Constitucionalidade.

3. Incidente de Assunção de Competência.

4. Enunciado de Súmulas Vinculantes.

() O julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolve relevante questão de Direito, com grande repercussão social, sem a repetição em múltiplos processos.

() A validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre estes e a Administração Pública, que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

() Solucionar de maneira uniforme múltiplos processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão, unicamente de Direito, se houver risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.

() Aferir a adequação, em regra, dos requisitos formais e materiais de norma face à Constituição.

Assinale a opção que indica a relação correta, segundo a ordem apresentada.

a) 3-2-1-4.

b) 2-4-1-3.

c) 1-4-2-3.

d) 4-3-1-2.

e) 3-4-1-2.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão exige a correlação entre as técnicas de formação de precedentes vinculantes e seus respectivos objetivos, conforme previsto no Código de Processo Civil e na Constituição Federal.

A alternativa E está correta, sendo a ordem correta: 3, 4, 1, 2, consoante o entendimento IAC (art. 947); SV (art. 103-A, §1º, CF); IRDR (art. 976); Controle de Constitucionalidade.

Vejamos as assertivas.

A primeira afirmativa corresponde ao Incidente de Assunção de Competência, bastando a relevância da questão e a repercussão social (Art. 947, caput e § 1º, do CPC). Sendo o item 3.

A segunda afirmativa corresponde ao Enunciado de Súmulas Vinculantes. Com previsão no Art. 103-A, *caput*, da CF, o enunciado é editado pelo STF para dirimir divergências graves sobre a validade, interpretação e eficácia de normas, gerando insegurança e multiplicação de processos. Sendo o item 4.

A terceira afirmativa corresponde ao Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, nos termos do Art. 976, I e II, do CPC. Sendo o item 1.

A quarta afirmativa corresponde ao Controle de Constitucionalidade, previsto no Art. 102, I, a, da CF. Sendo o item 2.

QUESTÃO 45. João da Silva, cidadão devidamente qualificado, move ação popular contra o Município XXX e a sociedade Lucri S.A., na qual, diante da falta de certame licitatório e de superfaturamento, aponta a nulidade de contrato entre os réus, já em final de execução.

A petição inicial anexou os documentos e sustentou que, a par dos vícios da falta de competição e de isonomia, há sociedades empresárias sólidas e de melhor logística que ofertam os mesmos produtos por preços muito melhores. Daí, o pedido da nulidade do contrato e do ressarcimento do dano ao erário.

Diante desse quadro, analise as afirmativas a seguir.

I. O Ministério Público, nesse tipo de ação, atua com poderes de impulsionar provas e, embora não tenha legitimidade originária, tem legitimidade ativa subsidiária ulterior.

II. A sociedade YYY pode ingressar em assistência litisconsorcial ao autor, caso mostre ser uma das principais prejudicadas pela ausência de licitação.

III. Nesse tipo de ação, tal como em Mandado de Segurança, não há condenação em verba honorária.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre ação popular.

O item I está correto. O Art. 9º da Lei nº 4.717/65 prevê que, se o autor desistir ou der motivo à absolvição da instância, é assegurado a qualquer cidadão, bem como ao representante do Ministério Público, promover o prosseguimento da ação no prazo de 90 dias. Isso configura a legitimidade subsidiária. Vejamos: “Art. 9º Se o autor desistir da ação ou der motivo à absolvição da instância, serão publicados editais nos prazos e condições previstos no art. 7º, inciso II, ficando assegurado a qualquer cidadão, bem como ao representante do Ministério Público, dentro do prazo de 90 (noventa) dias da última publicação feita, promover o prosseguimento da ação.”

O item II está incorreto. O Art. 6º, § 5º, da Lei nº 4.717/65 estabelece que é facultado a qualquer cidadão habilitar-se como litisconsorte ou assistente do autor da ação popular. A sociedade YYY, sendo uma sociedade empresária (pessoa jurídica), não possui a qualidade de cidadão, sendo o indivíduo no gozo de seus direitos políticos. A legitimidade para intervir ao lado do autor é restrita a outro cidadão. Pessoas jurídicas não podem ser autoras nem ingressar como litisconsortes ou assistentes do autor na Ação Popular.

O item III está incorreto. A regra dos honorários na Ação Popular é especial e diferente da do Mandado de Segurança. Vejamos o disposto no Art. 12 da Lei nº 4.717/65: “A sentença incluirá sempre, na condenação dos réus, o pagamento, ao autor, das custas e demais despesas, judiciais e extrajudiciais, diretamente relacionadas com a ação e comprovadas, bem como o dos honorários de advogado.”

A alternativa A está correta. Somente a afirmativa I está correta.

QUESTÃO 46. Analise o conteúdo das sentenças a seguir.

I. Sentença concessiva de mandado de segurança impetrado contra o Presidente da Comissão de Licitação de empresa pública.

II. Sentença que julga improcedente o pleito em ação popular.

III. Sentença que julga improcedente o pleito em ação de improbidade.

IV. Sentença que, em ação de rito comum, condena a União a pagar ao réu o valor líquido de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Assinale a opção que indica as sentenças que estão sujeitas ao obrigatório duplo grau.

a) I e II, apenas.

b) II e III, apenas.

c) I e IV, apenas.

d) III e IV, apenas.

e) II e IV, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre sentenças no processo civil, especificamente, reexame necessário.

O item I está correto. O Art. 14, § 1º, da Lei nº 12.016/2009 é claro ao dispor: “Concedida a segurança, a sentença estará sujeita obrigatoriamente ao duplo grau de jurisdição.”

O item II está correto. O Art. 19 da Lei nº 4.717/65 (Lei da Ação Popular) estabelece: “A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência da ação está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal; da que julgar a ação procedente caberá apelação, com efeito suspensivo. (Redação dada pela Lei nº 6.014, de 1973).”

O item III está incorreto. Não sujeita ao duplo grau. O Art. 17, § 19, IV, afasta expressamente a regra do reexame necessário: “Não se aplicam na ação de improbidade administrativa: (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021) IV - o reexame obrigatório da sentença de improcedência ou de extinção sem resolução de mérito. (Incluído pela Lei nº 14.230, de 2021).”

O item IV está incorreto. Não sujeita ao duplo grau. O Art. 496, I, do CPC determina que estão sujeitas ao reexame necessário as sentenças proferidas contra a União, Estados, Municípios, etc. Porém, o § 3º, I, do Art. 496 do CPC estabelece uma exceção: a regra não se aplica quando a condenação ou o proveito econômico for inferior a 1.000 (mil) salários-mínimos para a União. Ou seja, R\$ 1.518.000,00. Considerando que o valor da condenação (R\$ 150.000,00) é muito inferior ao limite legal, esta sentença não está sujeita ao reexame necessário.

A alternativa A está correta. As sentenças sujeitas ao obrigatório duplo grau são a I e a II.

QUESTÃO 47. Quanto às execuções fiscais, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() A lei disciplina os embargos do devedor e os condiciona a que seja garantido o Juízo. No entanto, a construção jurisprudencial assinala que, quando o executado não tem bens ou possibilidade de garantir o Juízo, os embargos devem ser admitidos.

() Nos embargos, podem ser veiculadas as matérias inerentes á defesa. Já a reconvenção é admitida de modo estrito, para reparar um eventual dano causado pela cobrança.

() Persiste, no sistema dessa lei, com disciplina própria, o recurso de embargos infringentes.

() Proposta a execução, se sobrevier a falência da empresa executada, o exequente pode optar por lá habilitar o seu crédito, sem prejuízo de impulsionar medidas constritivas na execução fiscal.

As afirmativas são, respectivamente,

a) F-V-F-F.

b) V-F-F-F.

c) V-F-V-V.

d) V-F-V-F.

e) V-F-F-V.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre Execução Fiscal, regulamentada pela Lei nº 6.830/80 e pelo CPC.

A primeira afirmativa é verdadeira. O Art. 16, § 1º, da LEF estabelece a regra de que os embargos do devedor exigem a garantia do juízo ("os embargos serão distribuídos por dependência e instruídos com o comprovante de depósito da importância ou do arrolamento de bens à penhora..."). Ainda, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), conforme o precedente citado (REsp 1487772/SE), de fato, mitigou essa exigência quando há prova inequívoca de que o devedor não possui patrimônio para garantir a execução.

A segunda afirmativa é falsa. o Art. 16, § 3º, da LEF é taxativo ao não admitir a reconvenção na execução fiscal, nem mesmo de modo estrito. Ele dispõe: "Não será admitida reconvenção, nem compensação, e as exceções, salvo as de suspeição, incompetência e impedimentos, serão arguidas como matéria preliminar e serão processadas e julgadas com os embargos."

A terceira afirmativa é verdadeira. Vejamos o disposto no Art. 34 da LEF: "Das sentenças de primeira instância proferidas em execuções de valor igual ou inferior a 50 (cinquenta) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional - ORTN, só se admitirão embargos infringentes e de declaração."

A quarta afirmativa é falsa. Com o advento da Lei nº 14.112/2020, que alterou a Lei de Falências, a regra é que, no caso de falência, as execuções fiscais da Fazenda Pública permanecerão suspensas até o encerramento da falência. Vejamos "Art. 7º-A. Na falência, após realizadas as intimações e publicado o edital, conforme previsto, respectivamente, no inciso XIII do caput e no § 1º do art. 99 desta Lei, o juiz instaurará, de ofício, para cada Fazenda Pública credora, incidente de classificação de crédito público e determinará a sua intimação eletrônica para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresente diretamente ao administrador judicial ou em juízo, a depender do momento processual, a relação completa de seus créditos inscritos em dívida ativa, acompanhada dos cálculos, da classificação e das informações sobre a situação atual. (...) § 4º Com relação à aplicação do disposto neste artigo, serão observadas as seguintes disposições: (...) V - as execuções fiscais permanecerão suspensas até o encerramento da falência, sem prejuízo da possibilidade de prosseguimento contra os corresponsáveis;" E o entendimento

jurisprudencial do STJ sobre a matéria é pacífico nesse sentido, consoante o Tema 1092: “É possível a Fazenda Pública habilitar em processo de falência crédito objeto de execução fiscal em curso, mesmo antes da vigência da Lei n. 14.112/2020, e desde que não haja pedido de constrição no juízo executivo.”

A alternativa D está correta. As afirmativas são, respectivamente, V - F - V - F.

QUESTÃO 48. No que se refere ao impedimento e à suspeição, assinale a afirmativa correta.

- a) Os motivos ensejadores desses vícios se aplicam aos Magistrados, mas não aos membros do Ministério Público, nem aos auxiliares da justiça.**
- b) Um fato superveniente, ainda que criado para o fim de caracterizar impedimento do Magistrado, deverá ser considerado para fins de reconhecimento do vício.**
- c) Ao apreciar a petição da parte que tenha suscitado um ou ambos os vícios, é vedado ao Magistrado reconhecê-los de imediato, cabendo-lhe ordenar a remessa do incidente ao Tribunal, que deverá julgá-lo.**
- d) Se, ao acolher o incidente, o Tribunal reconhecer tratar-se de manifesta suspeição, caber-lhe-á condenar o Juiz nas custas e remeter os autos ao seu substituto legal, sendo facultado ao Magistrado tido como suspeito recorrer da decisão.**
- e) Mesmo que acolha o incidente, reconhecendo o impedimento ou a suspeição, o Tribunal não poderá decretar a nulidade dos atos do Juiz impedido ou suspeito, ainda que praticados quando já configurados os motivos ensejadores dos vícios.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre impedimento e suspeição do juiz.

A alternativa A está incorreta. Art. 148 do CPC estabelece expressamente a aplicação dessas regras a outros sujeitos do processo. Vejamos: “Aplicam-se os motivos de impedimento e de suspeição: I - ao membro do Ministério Público; II - aos auxiliares da justiça; III - aos demais sujeitos imparciais do processo.”

A alternativa B está incorreta. O Art. 144, § 2º, do CPC veda expressamente a criação de fato superveniente visando caracterizar o impedimento do juiz. A conduta visa evitar a manipulação da competência e a fraude processual. Vejamos: “É vedada a criação de fato superveniente a fim de caracterizar impedimento do juiz.”

A alternativa C está incorreta. O Art. 146, § 1º, do CPC confere ao juiz a faculdade de reconhecer de imediato o vício, a saber: “Pode reconhecer art. 146, 1º art. 146, § 1º Se reconhecer o impedimento ou a suspeição ao receber a petição, o juiz ordenará imediatamente a remessa dos autos a seu substituto legal, caso contrário, determinará a autuação em apartado da petição e, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentará suas razões, acompanhadas de documentos e de rol de testemunhas, se houver, ordenando a remessa do incidente ao tribunal. “

A alternativa D está correta. Esta alternativa reflete fielmente o disposto no Art. 146, § 5º, do CPC: “§ 5º Acolhida a alegação, tratando-se de impedimento ou de manifesta suspeição, o tribunal condenará o juiz nas custas e remeterá os autos ao seu substituto legal, podendo o juiz recorrer da decisão.”

A alternativa E está incorreta. O Art. 146, § 7º, do CPC prevê o oposto: “O tribunal decretará a nulidade dos atos do juiz, se praticados quando já presente o motivo de impedimento ou de suspeição.”

QUESTÃO 49. No que diz respeito à advocacia privada, assinale a afirmativa correta.

a) Se os honorários de sucumbência forem fixados em quantia certa, os juros de mora incidirão a partir da data do trânsito em julgado da decisão.

b) Embora o Advogado possa requerer que o pagamento dos honorários que lhe caibam seja efetuado em favor da sociedade da qual faça parte na qualidade de sócio, o seu crédito, em tal hipótese, perde a natureza alimentar.

c) Caso o Advogado incorra em conduta classificável como ato atentatório à dignidade da justiça, o Juiz lhe poderá impor multa de até 20% sobre o valor da causa, sem prejuízo da expedição de ofício à Ordem dos Advogados do Brasil.

d) A atuação do Advogado no processo obsta a concessão do benefício da gratuidade de justiça ao litigante que seja seu cliente.

e) Os honorários de sucumbência não serão devidos ao Advogado quando este atuar em causa própria.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre advocacia privada.

A alternativa A está correta. Esta regra está expressamente prevista no Art. 85, § 16, do CPC: “art. 85, § 16. Quando os honorários forem fixados em quantia certa, os juros moratórios incidirão a partir da data do trânsito em julgado da decisão.”

A alternativa B está incorreta. O Art. 85, § 15, do CPC permite que o advogado solicite o pagamento dos honorários à sociedade que integra. O dispositivo remete ao § 14, que expressamente afirma: “O advogado pode requerer que o pagamento dos honorários que lhe caibam seja efetuado em favor da sociedade de advogados que integra na qualidade de sócio, aplicando-se à hipótese o disposto no § 14.”

A alternativa C está incorreta. O art. 77, §6º do CPC estabelece o dever de lealdade e boa-fé do patrono, sendo a violação ao dever passível de apuração disciplinar. A saber: “§ 6º Aos advogados públicos ou privados e aos membros da Defensoria Pública e do Ministério Público não se aplica o disposto nos §§ 2º a 5º, devendo eventual responsabilidade disciplinar ser apurada pelo respectivo órgão de classe ou corregedoria, ao qual o juiz oficiará.” Contudo, a multa é aplicada à parte, e não ao patrono, por isso as ressalvas do respectivo dispositivo.

A alternativa D está incorreta. O Art. 99, § 4º, do CPC expressamente afasta essa ideia: “Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso. § 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.”

A alternativa E está incorreta. O Art. 85, § 17, do CPC estabelece a regra oposta: “Os honorários serão devidos quando o advogado atuar em causa própria.”

QUESTÃO 50. Em um primeiro processo, relativo a uma Ação de Mandado de Segurança, depois da vinda das informações da autoridade impetrada, da peça impugnativa da pessoa jurídica de direito público e do pronunciamento ministerial conclusivo, o Juiz da causa proferiu sentença por meio da qual julgava improcedente o pedido do impetrante, denegando a segurança. Para tanto, o órgão julgador apreciou, expressa e incidentemente, uma questão prejudicial, de cuja resolução dependia o julgamento do pleito formulado na peça vestibular, detendo o Juízo competência em razão da matéria e da pessoa para resolvê-la como questão principal.

Já em um segundo processo, referente a uma Ação de Procedimento Comum, o Juiz da causa, após ter decretado a revelia da parte ré, prolatou sentença por meio da qual acolheu o pedido do demandante. Para julgá-lo, o Magistrado também teve que analisar, expressa e incidentemente, uma questão prejudicial, de cuja resolução dependia o julgamento do pleito formulado pela parte autora, detendo competência em razão da matéria e da pessoa para resolvê-la como questão principal.

Levando em conta que as sentenças que vieram a lume em ambos os feitos transitaram em julgado, assinale a afirmativa correta.

- a) Nos dois processos, a coisa julgada material formada abarca as questões principais e, também, as questões prejudiciais.
- b) Nos dois processos, a coisa julgada material formada abarca somente as questões principais, mas não as questões prejudiciais.
- c) No primeiro processo, a coisa julgada material formada abarca somente a questão principal, e, no segundo, as questões principal e prejudicial.
- d) No primeiro processo, a coisa julgada material formada abarca as questões principal e prejudicial, e, no segundo, somente a principal.
- e) No primeiro processo, a coisa julgada material formada não abarca nem a questão principal, nem a prejudicial, e, no segundo, somente a principal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre coisa julgada, especificamente, coisa julgada material.

A alternativa B está correta. Conforme o caso narrado, em ambos os processos, a coisa julgada material formada abarca somente a questão principal, mas não as questões prejudiciais. No processo 1, a questão prejudicial é decidida expressa e incidentemente, e dependia dela o julgamento. A coisa julgada se forma sobre a questão principal (denegação da segurança). Contudo, o Mandado de Segurança é um processo que possui restrições probatórias e limitações à cognição, que impedem o aprofundamento da análise da questão prejudicial. A saber: “Art. 503. A decisão que julgar total ou parcialmente o mérito tem força de lei nos limites da questão principal expressamente decidida. § 1º O disposto no caput aplica-se à resolução de questão prejudicial, decidida expressa e incidentemente no processo, se: I - dessa resolução depender o julgamento do mérito; II - a seu respeito tiver havido contraditório prévio e efetivo, não se aplicando no caso de revelia; III - o juízo tiver competência em razão da matéria e da pessoa para resolvê-la como questão principal. § 2º A hipótese do § 1º não se aplica se no processo houver restrições probatórias ou limitações à cognição que impeçam o aprofundamento da análise da questão prejudicial.”

No processo 2, o Juiz decretou a revelia da parte ré. Para a questão prejudicial ser atingida, o Art. 503, § 1º, II, exige que tenha havido contraditório prévio e efetivo, não se aplicando no caso de revelia. A revelia, mesmo em rito comum, impede que a questão prejudicial seja alcançada pela coisa julgada incidental. A coisa julgada material abarca somente a questão principal. A questão prejudicial, em razão da revelia, não é atingida. As demais alternativas estão incorretas. A coisa julgada material formada abarca somente a questão principal.

QUESTÃO 51. Antônio e Clara se casaram pelo regime da comunhão parcial de bens. Na constância do casamento, os cônjuges praticaram os seguintes atos:

I. Antônio obteve empréstimo junto à instituição financeira para comprar as coisas necessárias à economia doméstica.

II. Clara propôs ação judicial para discutir a venda de um dos bens imóveis do casal.

III. Antônio hipotecou a fazenda que adquiriu antes do casamento.

Exigem vênua conjugal os atos(s) praticado(s) em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas

e) I, II e III.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. O ponto central para a solução é o Artigo 1.647 do Código Civil, que elenca os atos para os quais é exigida a vênia conjugal (também chamada de outorga uxória/marital) na maioria dos regimes, incluindo o da Comunhão Parcial de Bens.

O item I está incorreto. Não exige a vênia para a obtenção de empréstimos em geral. Além disso, o Código Civil estabelece que a dívida contraída para a economia doméstica obriga os bens comuns e os particulares do cônjuge que as contraiu. Veja literalidade da lei: “Art. 1.643. Podem os cônjuges, independentemente de autorização um do outro: I - comprar, ainda a crédito, as coisas necessárias à economia doméstica II - obter, por empréstimo, as quantias que a aquisição dessas coisas possa exigir; Art. 1.644. As dívidas contraídas para os fins do artigo antecedente obrigam solidariamente ambos os cônjuges”.

O item II está correto. A venda de bens imóveis não pode ser feita sem consentimento do outro cônjuge. Como envolve ato de disposição de bem imóvel do casal, exige vênia conjugal. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 1.647. Ressalvado o disposto no art. 1.648, nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, exceto no regime da separação absoluta: II - pleitear, como autor ou réu, acerca desses bens ou direitos;”.

O item III está correto. A fazenda, por ter sido adquirida antes do casamento, é um bem particular de Antônio no regime de comunhão parcial. No entanto, o ato de hipotecar (gravar de ônus real) um bem imóvel, seja ele comum ou particular, exige a vênia conjugal. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 1.647. Ressalvado o disposto no art. 1.648, nenhum dos cônjuges pode, sem autorização do outro, exceto no regime da separação absoluta: I - alienar ou gravar de ônus real os bens imóveis;”.

QUESTÃO 52. Quando seu sobrinho Gael completou 12 anos de idade, Héracles decidiu doar a ele uma das diversas salas comerciais que compõem seu vasto patrimônio imobiliário, sem qualquer restrição.

Conversou, então, com os pais de Gael - sua irmã Julieta e o marido dela, Iago -explicando-lhes que o aluguel da sala propiciaria uma ajuda a fim de que Gael obtivesse educação de melhor qualidade para os desafios que enfrentará na idade adulta. No tocante às manifestações de vontade envolvidas, a celebração da doação de Héracles a Gael de forma válida requer

- a) a aceitação de Gael, quando completar 16 anos de idade.**
- b) a aceitação de pelo menos um dos pais, além da declaração de Héracles.**
- c) a aceitação de ambos os pais, além da declaração de Héracles.**
- d) somente a declaração de Héracles, já que no caso se dispensa a aceitação.**
- e) a aceitação de Gael, quando completar 18 anos de idade.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

Gael tem 12 anos de idade, por tantos, nos termos do CC/2002 é absolutamente incapaz: “Art. 3 º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesesseis) anos”. Portanto, para a prática dos atos da vida civil, Gael deve ser representado por seus pais, Julieta e Iago. Veja a literalidade do CC/2002, neste sentido: “Art. 1.634. Compete a ambos os pais, qualquer que seja a sua situação conjugal, o pleno exercício do poder familiar, que consiste em, quanto aos filhos: VII - representá-los judicial e extrajudicialmente até os 16 (dezesesseis) anos, nos atos da vida civil, e assisti-los, após essa idade, nos atos em que forem partes, suprindo-lhes o consentimento;”.

Já em relação à natureza da doação, o enunciado da questão informa que a doação é de uma sala comercial, sem qualquer restrição (sem encargo, sem condição, sem termo). Trata-se, portanto, de uma doação pura. O CC/2002 estabelece uma regra específica para a doação pura ao absolutamente incapaz que o beneficia: “Art. 543. Se o donatário for absolutamente incapaz, dispensa-se a sua aceitação, desde que se trate de doação pura”.

A alternativa D está correta. Como Gael é absolutamente incapaz e a doação é pura (sem restrição), a lei dispensa a aceitação, exigindo-se apenas a manifestação de vontade do doador, Héracles.

QUESTÃO 53. No condomínio do Edifício Afrodite, faz-se necessária com urgência uma obra de alto custo para reparar a tubulação de água que passa por cima da garagem e está vazando.

Além disso, alguns condôminos reputam a ocasião adequada para a pintura da garagem como um todo, já que se encontra significativamente riscada por veículos que, ao longo dos anos, bateram nas colunas e paredes. Embora isso não vá aumentar a utilidade da garagem, entendem que a pintura a tornaria mais agradável aos olhos.

No tocante aos requisitos procedimentais para a realização dessas obras no condomínio, assinale a afirmativa correta.

a) A obra de reparo da tubulação pode ser logo feita pelo síndico, com imediata convocação da assembleia para ciência, enquanto a pintura requer aprovação prévia por dois terços dos condôminos.

b) A obra de reparo da tubulação pode ser logo feita pelo síndico, com imediata convocação da assembleia para ciência, enquanto a pintura requer aprovação prévia pela maioria dos condôminos.

c) A obra de reparo da tubulação requer aprovação prévia pela maioria dos condôminos, enquanto a pintura requer aprovação prévia por dois terços dos condôminos.

d) A obra de reparo da tubulação requer aprovação prévia por dois terços dos condôminos, enquanto a pintura requer aprovação prévia pela maioria dos condôminos.

e) A obra de reparo da tubulação e a pintura requerem, ambas, aprovação prévia pela maioria dos condôminos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. Essa questão exige a correta classificação das obras em condomínio e a aplicação dos respectivos quóruns de aprovação previstos no Código Civil.

Obra de Reparo da Tubulação de Água (Vazamento): É uma obra que visa conservar o bem e evitar sua deterioração e, por ser urgente (vazamento), é uma Obra Necessária Urgente. O síndico tem o dever e a prerrogativa de realizar essas obras imediatamente, sem necessidade de autorização prévia da assembleia, devendo, contudo, dar imediata ciência a ela, nos termos do CC/2002: “Art. 1.341. A realização de obras no condomínio depende: § 1 As obras ou reparações necessárias podem ser realizadas, independentemente de autorização, pelo síndico, ou, em caso de omissão ou impedimento deste, por qualquer condômino. §2 ^aSe as obras ou reparos necessários forem urgentes e importarem em despesas excessivas, determinada sua realização, o síndico ou o condômino que tomou a iniciativa delas dará ciência à assembléia, que deverá ser convocada imediatamente”.

Pintura da Garagem para torná-la "mais agradável aos olhos" (sem aumentar a utilidade): É uma obra de mero deleite ou recreio, que não aumenta o uso habitual, mas o torna mais agradável. É uma Obra Voluptuária. As obras voluptuárias exigem a aprovação de dois terços dos condôminos, nos termos do CC/2002: “Art. 1.341. A realização de obras no condomínio depende: I - se voluptuárias, de voto de dois terços dos condôminos;”.

A alternativa A está correta. A obra de reparo da tubulação pode ser logo feita pelo síndico, com imediata convocação da assembleia para ciência, enquanto a pintura requer aprovação prévia por dois terços dos condôminos.

QUESTÃO 54. Quando Lucrécia faleceu, sem testamento, seus bens foram objeto de disputa entre seus dois filhos vivos-Marcilio e Neide - e seus três netos: Paulo e Rodrigo (filhos de Odara, a filha pré-morta de Lucrécia) e Silvia (filha de Neide).

Considerando que Lucrécia não tinha outros filhos, nem deixou outros herdeiros, assinale a opção que indica como o acervo hereditário de Lucrécia deve ser partilhado.

a) Metade para Marcilio e metade para Neide.

b) um terço para Marcilio, um terço para Neide, um sexto para Paulo e um sexto para Rodrigo.

c) Um quarto para Marcilio, um quarto para Neide, um quarto para Paulo e um quarto para Rodrigo.

d) Um terço para Marcilio, um terço para Neide, um nono para Paulo, um nono para Rodrigo e um nono para Silvia

e) Um quinto para Marcilio, um quinto para Neide, um quinto para Paulo, um quinto para Rodrigo e um quinto para Silvia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou da sucessão legítima (sem testamento) e da aplicação do direito de representação, conforme o Código Civil brasileiro.

A sucessão legítima se dá em favor dos descendentes em primeiro lugar, nos termos do CC/2002: "Art. 1.829. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte: I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares; Art. 1.833. Entre os descendentes, os em grau mais próximo excluem os mais remotos, salvo o direito de representação." Art. 1.835. Na linha descendente, os filhos sucedem por cabeça, e os outros descendentes, por estirpe." O direito de representação só ocorre quando há um herdeiro pré-morto que, se vivo fosse, herdaria por cabeça. Odara teria direito a uma parte da herança. Como ela é pré-morta, seus filhos (Paulo e Rodrigo) a representam e recebem a parte que caberia a ela. Neide está viva e herdará por cabeça. Seu filho (Silvia) é um herdeiro de grau mais remoto (neto) e, pela regra do Art. 1.833, é excluído da sucessão enquanto Neide estiver viva e apta a herdar. Silvia não herda neste caso.

A alternativa B está correta. A divisão correta da herança é: um terço para Marcílio, um terço para Neide, um sexto para Paulo e um sexto para Rodrigo. A herança deve ser dividida em partes iguais entre as cabeças dos herdeiros de primeiro grau: Marcílio (filho vivo): Herda por cabeça; Neide (filha viva): Herda por cabeça. Odara (filha pré-morta): Sua parte é herdada por estirpe (representação). Total de cabeças/estirpes = 3 (Marcílio, Neide e Odara/Estirpe). Cota Parte Base: $\frac{1}{3}$ para cada cabeça/estirpe. Marcílio (Filho Vivo): Recebe $\frac{1}{3}$ da herança. Neide (Filha Viva): Recebe $\frac{1}{3}$ da herança. Estirpe de Odara (Pré-morta): A cota de $\frac{1}{3}$ é dividida igualmente entre seus dois filhos, Paulo e Rodrigo (Art. 1.855): Paulo: $\frac{1}{6}$ Rodrigo: $\frac{1}{6}$.

QUESTÃO 55. Maria Clara, atualmente com 13 anos, foi abandonada pela mãe nos primeiros meses de vida. Desde então, vivia sob a guarda unilateral de seu pai, formalizada judicialmente, em que pese não ter havido a perda do poder familiar da mãe.

Recentemente, seu pai faleceu de forma repentina. Seu irmão mais velho, Lucas, de 27 anos, deseja assumir a responsabilidade legal pela irmã, com quem já reside, visando garantir a sua estabilidade emocional, a continuidade do cuidado e a devida representação legal e patrimonial.

Diante dessa situação, à luz da legislação vigente, assinale a afirmativa correta.

a) Lucas poderá obter a guarda unilateral da irmã, com poderes plenos de representação e administração dos bens, independentemente da decretação da perda do poder familiar da mãe, pois o abandono configura causa automática de destituição.

b) A concessão da guarda a Lucas não poderá incluir poderes de representação legal da irmã, sendo necessário que ele promova a sua adoção ou a nomeação como curador especial, mesmo que a mãe esteja ausente e o pai tenha falecido.

c) A guarda unilateral poderá ser deferida a Lucas, mas não o habilita a tomar decisões escolares ou médicas relevantes em nome da irmã, sendo essas prerrogativas exclusivas do responsável legal investido de tutela ou da autoridade judicial.

d) A guarda concedida a Lucas poderá perdurar até a maioridade da irmã, mas não lhe confere legitimidade para gerir o patrimônio da adolescente, salvo se houver posterior deferimento da tutela ou autorização expressa da autoridade Judiciária.

e) Lucas poderá requerer a tutela da irmã, desde que haja prévia decretação judicial da perda ou suspensão do poder familiar da mãe, hipótese em que assumirá os deveres de guarda, representação e administração de bens.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão tratou sobre guarda e tutela.

A alternativa A está incorreta. A guarda não confere representação legal plena (apenas assistência, ou, no caso, uma representação de fato limitada), e o abandono, embora grave, não é causa automática de perda do poder familiar; exige prévia decretação judicial (ECA, Art. 24 e Art. 1.638, II, do CC): “Art. 1.638. Perderá por ato judicial o poder familiar o pai ou a mãe que: II - deixar o filho em abandono; Art. 24. A perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas judicialmente, em procedimento contraditório, nos casos previstos na legislação civil, bem como na hipótese de descumprimento injustificado dos deveres e obrigações a que alude o art. 22”.

A alternativa B está incorreta. A guarda não confere representação legal plena (somente a tutela e a adoção). O Art. 33 do ECA confere ao guardião o dever de prestar assistência material, moral e educacional, e a oposição à representação *legal* é que torna a tutela necessária. A guarda é usada para regularizar a posse de fato (o que já ocorre) ou para fins previdenciários, não para representação plena de incapaz cujos pais faleceram ou não exercem o poder: “Art. 33. A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais. § 1º A guarda destina-se a regularizar a posse de fato, podendo ser deferida, liminar ou incidentalmente, nos procedimentos de tutela e adoção, exceto no de adoção por estrangeiros. § 2º Excepcionalmente, deferir-se-á a guarda, fora dos casos de tutela e adoção, para atender a situações peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou responsável, podendo ser deferido o direito de representação para a prática de atos determinados”.

A alternativa C está incorreta. A guarda confere a condição de dependente e atribui ao guardião o exercício do dever de guarda, o que inclui tomar decisões de saúde e educação (assistência material e moral), nos termos do ECA: “Art. 33. A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais. § 3º A guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários”.

A alternativa D está incorreta. Embora a guarda realmente não confira a legitimidade plena para gerir patrimônio (isso é função do tutor), a afirmativa ignora que o caminho legal e mais adequado para conferir essa legitimidade a Lucas, diante do falecimento do pai e da ausência da mãe, é justamente a tutela, e não a guarda. Veja CC/2002: “Art. 1.741. Incumbe ao tutor, sob a inspeção do juiz, administrar os bens do tutelado, em proveito deste, cumprindo seus deveres com zelo e boa-fé”.

A alternativa E está correta. Diante da necessidade de representação legal e administração patrimonial de Maria Clara, e considerando que o poder familiar da mãe não foi extinto, a medida legal correta a ser buscada por Lucas é a Tutela, a qual depende da prévia extinção ou suspensão do poder familiar da mãe.

Nesse sentido, veja a literalidade da lei. CC/2002: “Art. 1.728. Os filhos menores são postos em tutela: I - com o falecimento dos pais, ou sendo estes julgados ausentes; Art. 1.741. Incumbe ao tutor, sob a inspeção do juiz, administrar os bens do tutelado, em proveito deste, cumprindo seus deveres com zelo e boa-fé. ECA: “Art. 36. A tutela será deferida, nos termos da lei civil, a pessoa de até 18 (dezoito) anos incompletos. Parágrafo único. O deferimento da tutela pressupõe a prévia decretação da perda ou suspensão do poder familiar e implica necessariamente o dever de guarda”.

QUESTÃO 56. A sociedade empresária ABC Ltda, contratou um seguro para o automóvel de sua frota, utilizado para o deslocamento de membros da diretoria. O prêmio foi parcelado em seis prestações mensais consecutivas.

Por descuido, o departamento financeiro deixou de promover o pagamento da quarta parcela, o que foi verificado em razão de sinistro ocorrido com o bem segurado no dia seguinte ao vencimento da prestação.

Diante dessa situação, a sociedade segurada

- a) terá direito a perceber metade do valor da indenização.**
- b) terá direito a perceber um quarto do valor da indenização.**
- c) não fará jus a indenização pelo sinistro, ante a resolução automática do seguro.**
- d) poderá receber a indenização pelo sinistro, desde que purgada a mora tempestivamente.**
- e) terá direito a perceber o valor da indenização, não sendo possível a oposição pela seguradora em razão da mora.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão tratou da aplicação do Direito Civil (Contrato de Seguro) em conjunto com o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça (STJ), conforme a Súmula 616 e a mitigação introduzida pelo EREsp 2.160.515/SC.

O Art. 763 do Código Civil prevê que o segurado perderá o direito à indenização se agravar intencionalmente o risco. Contudo, em relação ao inadimplemento do prêmio, o Art. 763 estabelece que o segurado que estiver em mora no pagamento do prêmio, se o sinistro ocorrer antes de sua purgação, não terá direito à indenização. A jurisprudência, em proteção à boa-fé objetiva e ao consumidor, estabeleceu uma condição essencial para a resolução (ou suspensão) do contrato por inadimplemento: a prévia notificação do segurado. Súmula 616/STJ: "A indenização securitária é devida quando ausente a comunicação prévia do segurado acerca do atraso no pagamento do prêmio, por constituir requisito essencial para a suspensão ou resolução do contrato de seguro." STJ passou a ponderar o princípio do adimplemento substancial e a boa-fé objetiva para evitar o abuso da Súmula 616. No julgamento do EREsp 2.160.515/SC, a Segunda Seção modulou o entendimento para o caso de longa inadimplência (inadimplemento substancial). Nesses casos de mora prolongada e significativa, mesmo que não haja notificação prévia, o segurado pode perder o direito à indenização, pois se presume que ele manifestou,

ainda que tacitamente, a intenção de não manter o vínculo contratual. Uma vez que o inadimplemento é mínimo (apenas um dia e uma parcela de seis) e o segurado não foi previamente notificado sobre a mora, aplica-se o entendimento da Súmula 616/STJ. A seguradora não pode opor a resolução ou suspensão do contrato para negar a cobertura, pois não cumpriu o requisito essencial da notificação.

A alternativa D está correta. A Jurisprudência do STJ só permite afastar a indenização depois de notificado o devedor, o que não ocorreu. Assim, ele purga e recebe a indenização.

QUESTÃO 57. O Hotel Viagem Ltda. celebrou contrato de hospedagem com Fátima para duas diárias no quarto luxo, no valor total de R\$4.000,00 (quatro mil reais).

Na data do término do contrato e do termo para adimplemento, 19/01/2024, Fátima saiu do hotel e não efetuou o pagamento. A administração do hotel deixou transcorrer o prazo prescricional de um ano, previsto no Código Civil, e não cobrou o pagamento. No entanto, em maio de 2025, Fátima, arrependida, propôs ao hotel, por escrito, o pagamento de sua dívida no dia 10 do mês seguinte. O hotel aceitou a proposta de Fátima, que novamente não cumpriu o combinado.

Dessa vez, no dia seguinte ao inadimplemento (11/6/2025), o hotel propôs a competente ação de cobrança. A defesa de Fátima alegou que a dívida estava prescrita.

Diante da situação hipotética apresentada, no que concerne à prescrição, é correto afirmar que houve

- a) suspensão do prazo prescricional, e a dívida ainda pode ser cobrada judicialmente,**
- b) interrupção do prazo prescricional, e a dívida ainda pode ser cobrada judicialmente.**
- c) renúncia à prescrição, e a dívida ainda pode ser cobrada judicialmente.**
- d) impedimento do prazo prescricional, não sendo possível cobrar a dívida judicialmente.**
- e) prescrição, não sendo mais possível cobrar a dívida judicialmente.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou do instituto da prescrição no Direito Civil, especificamente sobre o prazo e a renúncia.

O contrato é de prestação de serviços de hospedagem. Nos termos do CC/2002: “Art. 206. Prescreve: § 1º Em um ano: I - a pretensão dos hospedeiros ou fornecedores de víveres destinados a consumo no próprio estabelecimento, para o pagamento da hospedagem ou dos alimentos;”. Na data em que Fátima propôs o pagamento (maio de 2025), o prazo prescricional já havia se esgotado (19/01/2025). O hotel, ao deixar transcorrer o prazo, permitiu que a dívida fosse atingida pela prescrição, transformando a obrigação civil em obrigação natural (ou seja, não mais exigível judicialmente). Em maio de 2025, Fátima, por escrito, propôs pagar a dívida. A manifestação de Fátima constitui a renúncia da prescrição

consumada. Veja o que o CC/2002 dispõe nesse sentido: “Art. 191. A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumir; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição”.

A alternativa C está correta. O reconhecimento da dívida por Fátima após o prazo prescricional configura uma renúncia expressa (se escrita, como diz o enunciado) ou tácita (se o ato de reconhecimento for incompatível com a alegação de prescrição) à prescrição. A renúncia da prescrição consumada tem como efeito o renascimento da exigibilidade judicial da obrigação. O devedor, ao renunciar, perde o direito de alegar a prescrição como defesa em juízo. Portanto, a dívida, embora tenha sido prescrita, pode ser cobrada judicialmente porque Fátima renunciou ao direito de alegar a prescrição.

QUESTÃO 58. Bernardo e Álvaro celebraram negócio jurídico mediante interposta pessoa, em conluio, manifestando vontade diversa da que eles realmente desejavam, com o objetivo de enganar Pedro; Flávio, necessitando urgentemente de dinheiro para comprar uma passagem de avião e ver sua mãe que estava nos últimos momentos de vida, vendeu seu carro por um valor muitíssimo abaixo do mercado, fato conhecido pelo comprador, Nestor; e Clara, de 17 anos, casada civilmente, celebrou contrato de cartão de crédito sem assistência de seus pais.

Diante das situações hipotéticas apresentadas, os negócios jurídicos celebrados são, respectivamente,

- a) nulo, anulável e válido.**
- b) anulável, nulo e nulo.**
- c) nulo, nulo e anulável.**
- d) anulável, anulável e válido.**
- e) anulável, nulo e anulável.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. Essa questão exige a classificação da validade dos negócios jurídicos (nulo, anulável ou válido) com base nos defeitos e nos planos de validade e eficácia do Código Civil.

Sobre a primeira situação hipotética, no caso de simulação em conluio para prejudicar terceiro, será um negócio nulo, nos termos do CC/2002: “Art. 167. É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma. § 1 Haverá simulação nos negócios jurídicos quando: I - aparentarem conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se conferem, ou transmitem;”.

Sobre a segunda situação hipotética, se configurou a lesão, nos termos do CC/2002: “Art. 157. Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação

manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta”. Por tanto, é um negócio jurídico anulável: “Art. 171. Além dos casos expressamente declarados na lei, é anulável o negócio jurídico: II - por vício resultante de erro, dolo, coação, estado de perigo, lesão ou fraude contra credores”.

Sobre a terceira situação hipotética, veja que Clara é legalmente emancipada pelo casamento e, portanto, é plenamente capaz para celebrar o contrato de cartão de crédito, independentemente da assistência dos pais. Por tanto, o negócio jurídico realizado por Clara é válido, nos termos do CC/2002: “Art. 5. A menoridade cessa aos dezoito anos completos, quando a pessoa fica habilitada à prática de todos os atos da vida civil. Parágrafo único. Cessará, para os menores, a incapacidade: II - pelo casamento;”.

QUESTÃO 59. Para a instalação de sua mais nova filial, a sociedade empresária ABCD Ltda. locou do Fundo Imobiliário Novo Dia uma loja situada no centro da cidade de Salvador. O contrato contou com a fiança de Paulo, em favor de quem se estipulou expressamente o benefício de ordem.

Após três anos, o locatário deixou de pagar os aluguéis, o que motivou a propositura de ação de despejo, em que figurou no polo passivo apenas a sociedade empresária ABCD Ltda. Ao final da lide, houve o cumprimento do mandado de despejo.

Não houve, entretanto, o pagamento integral dos aluguéis, o que levou a propositura de nova ação de cobrança em desfavor do fiador. Em contestação, alegou-se a prescrição de parte dos aluguéis e invocou-se o benefício de ordem.

Considerando essa narrativa, assinale a afirmativa correta.

a) Na análise da ocorrência, ou não, da prescrição da pretensão de cobrança dos aluguéis em relação ao fiador, deve-se considerar que o prazo foi interrompido pela citação do Juiz que ordenou a citação na ação de despejo. Essa interrupção retroagiu seus efeitos à data de propositura da ação. Ademais, o benefício de ordem é válido, somente se esse constar em cláusula

b) Na análise da ocorrência, ou não, da prescrição da pretensão de cobrança dos aluguéis em relação ao fiador, deve-se considerar que o prazo foi suspenso desde a propositura da ação de despejo, até o seu trânsito em julgado. Essa suspensão retroagiu seus efeitos à data de propositura da ação. Ademais, o benefício de ordem é válido, apenas se constar independentemente de cláusula expressa.

c) Na análise da ocorrência, ou não, da prescrição da pretensão de cobrança dos aluguéis em relação ao fiador, não se deve considerar que o prazo foi interrompido pela citação na ação de despejo. Essa interrupção retroagiu seus efeitos à data de propositura da ação. Ademais, o benefício de ordem é válido, apenas se constar independentemente de cláusula expressa.

d) Na análise da ocorrência, ou não, da prescrição da pretensão de cobrança dos aluguéis em relação ao fiador, não se deve considerar que o prazo foi interrompido pela citação na ação de despejo. Essa interrupção retroagiu seus efeitos à data de propositura da ação. Ademais, o benefício de ordem é válido, somente se esse constar em cláusula expressa.

e) Na análise da ocorrência, ou não, da prescrição da pretensão de cobrança dos aluguéis em relação ao fiador, deve-se considerar que o prazo foi interrompido pela citação na ação de despejo. Essa interrupção retroagiu seus efeitos à data de propositura da ação. Ademais, o benefício de ordem é válido, mesmo que não exista independentemente de cláusula expressa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão tratou da interrupção da prescrição na fiança e do benefício de ordem.

O CC/2002 consagra o benefício de ordem como regra: “Art. 827. O fiador demandado pelo pagamento da dívida tem direito a exigir, até a contestação da lide, que sejam primeiro executados os bens do devedor. Art. 828. Não aproveita este benefício ao fiador: I - se ele o renunciou expressamente; II - se se obrigou como principal pagador, ou devedor solidário; III - se o devedor for insolvente, ou falido”. O benefício de ordem é a própria natureza subsidiária da fiança e existe independentemente de cláusula expressa no contrato. A validade do benefício de ordem não depende de cláusula expressa (apenas de não ter sido renunciado expressamente ou de o fiador não ter se obrigado como devedor solidário).

Já referente à interrupção. Veja que o fiador não compôs a lide original, por tanto, a prescrição continuou correndo contra ele. Consequentemente a prescrição apagará a pretensão e não será possível fazer à cobrança dos valores pendentes ao fiador. Veja a literalidade do CC/2002: “Art. 202. A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á: I - por despacho do juiz, mesmo incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual;”. Veja a literalidade do CPC: Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1º A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação”.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ), no REsp 1645292, ao interpretar o Art. 204, do Código Civil (“A interrupção produzida contra o principal devedor prejudica o fiador”), tem consolidado a seguinte compreensão: A citação válida do devedor principal (locatário) em uma ação de cobrança ou execução interrompe o prazo prescricional também em relação ao fiador. O acessório (fiança) segue o principal (dívida), sendo essa uma exceção expressa à regra da pessoalidade da interrupção. O contrário não é verdadeiro. A citação válida do fiador em uma ação não interrompe a prescrição em relação ao devedor principal, pois o principal não segue o acessório (salvo se a fiança tiver sido prestada em caráter solidário, obrigando-se o fiador como principal pagador). Este julgado, em particular, tratou da situação do fiador locatício que não foi citado na ação de despejo. A tese que prevalece é: “Segundo a jurisprudência do STJ, o fiador de contrato de locação não cientificado na ação de despejo está imune aos efeitos da interrupção da prescrição em relação ao locatário.” Ou seja, se a ação de despejo/cobrança foi proposta somente contra o locatário, e o fiador não foi citado daquela ação, a interrupção da prescrição operada contra o locatário não se estende ao fiador.

A alternativa C está correta, já que a primeira parte (não interrupção da prescrição em relação ao fiador não citado) está alinhada com a interpretação restritiva da jurisprudência do STJ (como no AgInt no REsp 1645292/SP), e a segunda parte (validade do benefício de ordem como regra) está correta de acordo com o Código Civil.

QUESTÃO 60. Luís, em 15 de março de 2013, acreditando negociar com o legítimo proprietário, celebrou com Fernando, por meio de instrumento particular, contrato de promessa de compra e venda de imóvel urbano, quitando integralmente o preço ajustado e imitando-se na posse na mesma data. Desde então, Luís passou a residir no local com sua família de forma pública, contínua e sem qualquer oposição. Ocorre que Fernando jamais foi o proprietário tabular do imóvel, detendo apenas os direitos hereditários nunca formalizados em inventário.

Em agosto de 2025, Érico, verdadeiro proprietário que reside no exterior há décadas e que não mantinha qualquer contato com o bem, notificou Luís para que desocupasse o imóvel. Diante da recusa, ajuizou ação reivindicatória em face de Luís, que, em defesa, alegou a ocorrência de usucapião ordinária.

Com base na situação hipotética e no entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

- a) Embora o contrato de promessa de compra e venda possa ser considerado justo título, Luís não pode alegar usucapião como meio de defesa, devendo propor ação declaratória incidental.
- b) A defesa de usucapião arguida por Luís é procedente, porque o instrumento de promessa de compra e venda, ainda que desprovido de registro, consubstancia justo título.
- c) Luís não pode usucapir o bem na modalidade ordinária, uma vez que sua boa-fé foi elidida no momento em que tomou ciência, pela notificação de Érico, de que o imóvel não lhe pertencia, interrompendo o prazo para a prescrição aquisitiva.
- d) Luís não pode usucapir o imóvel pela modalidade ordinária, pois, como a transferência de propriedade de imóvel urbano se dá sob a forma de escritura pública, sendo imprescindível o registro no cartório competente.
- e) Para a aquisição pela modalidade ordinária, Luís deverá comprovar que estabeleceu sua morada habitual com a família, além da realização de investimentos relevantes de interesse social e econômico.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão tratou da usucapião.

O REsp 1.584.447/MS (Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 09/03/2021) trata da Usucapião Ordinária e aborda exatamente os pontos centrais da nossa questão. O precedente em questão firmou as seguintes teses, perfeitamente aplicáveis à situação de Luís: 1. Justo Título sem Registro: A falta de registro de um compromisso de compra e venda não é suficiente para descaracterizá-lo como justo título para fins de usucapião ordinária; 2. Interrupção da Prescrição Aquisitiva: A interrupção do prazo da usucapião só ocorre na hipótese em que o proprietário do imóvel consegue reaver a posse para si; 3. Atos sem Efeito Interruptivo: A mera lavratura de boletim de ocorrência, notificação (judicial ou extrajudicial), ou o ajuizamento de ação em que a citação é frustrada e o processo é extinto não são capazes de, por si sós, interromper a prescrição aquisitiva. Aplicando os precedentes do REsp 1.584.447, observamos que Luís iniciou a posse em março de 2013. O prazo de 10 anos para a usucapião ordinária (Art. 1.242, CC) foi completado em março de 2023. A notificação de

Érico ocorreu em agosto de 2025, ou seja, após o prazo prescricional aquisitivo já ter sido integralmente cumprido. Portanto, a usucapião já estava consumada antes da oposição. Por tanto, o contrato de promessa de compra e venda, mesmo sendo particular e não registrado (vício de venda a non domino, pois Fernando não era o dono), é considerado justo título pelo STJ. Já a notificação de Érico em 2025, por si só, não interrompe o prazo, conforme o entendimento de que a interrupção só se dá com a perda efetiva da posse ou citação válida em ação judicial que não seja extinta. No caso, a notificação ocorreu APÓS a consumação do prazo.

A alternativa A está incorreta. A usucapião pode ser alegada como defesa, nos termos da Súmula 237 STF.

A alternativa B está correta. O prazo de 10 anos foi atingido, e o instrumento de promessa de compra e venda, mesmo sem registro e com vício é justo título para o STJ (REsp 1.584.447).

A alternativa C está incorreta. O prazo já estava integralmente cumprido em março de 2023. A notificação posterior não é capaz de retroagir e "elidir" a boa-fé ou interromper o prazo já finalizado. Além disso, conforme o REsp, a notificação, por si só, não interrompe a prescrição aquisitiva.

A alternativa D está incorreta. Confunde os requisitos da usucapião (aquisição originária) com os da transferência de propriedade (aquisição derivada). O REsp 1.584.447 afirma que a falta de registro não descaracteriza o justo título.

A alternativa E está incorreta. Confunde os requisitos da usucapião ordinária (10 anos) com os do prazo reduzido (5 anos), que exigiria moradia ou benfeitorias.

QUESTÃO 61. Adôa ajuizou ação indenizatória com base no Código de Defesa do Consumidor, em face da Companhia Aérea Led Zeppelin Airways, em razão da perda de conexão do voo Rio-Paris-Istambul que teve, como consequência, o extravio da bagagem e a ausência em um compromisso de importância efetiva, o casamento da filha do demandante.

Em seu pedido havia a cumulação de danos materiais e morais. Em defesa, a companhia aérea alegou, entre outros argumentos, que a indenização, se acaso devida, deveria ser limitada ao teto estipulado na Convenção de Varsóvia.

Na qualidade de Magistrado(a) competente para o julgamento, de acordo com a legislação vigente e o entendimento majoritário nos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

a) Deve ser acolhida uma vez que a Convenção de Varsóvia se sobrepõe ao Código de Defesa do Consumidor.

b) Deve ser acolhida apenas parcialmente, uma vez que o limite indenizatório previsto na Convenção de Varsóvia aplica-se apenas aos danos materiais.

c) Não deve ser acolhida, porque o Código de Defesa do Consumidor se sobrepõe à Convenção de Varsóvia.

d) Deve ser acolhida apenas parcialmente, uma vez que o limite indenizatório previsto na Convenção de Varsóvia aplica-se apenas aos danos morais.

e) Não deve ser acolhida, porque a Convenção de Varsóvia não se aplica ao Brasil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da responsabilidade civil das companhias aéreas em voos internacionais, especificamente sobre a aplicação dos limites indenizatórios previstos em convenções internacionais (Varsóvia e Montreal) em detrimento do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

A alternativa A está incorreta. A afirmação de que a Convenção de Varsóvia se sobrepõe integralmente ao CDC é uma generalização equivocada. Conforme o entendimento do STF, essa prevalência ocorre, mas de forma limitada, não abrangendo todos os tipos de danos. Fundamento Jurisprudencial: A tese fixada no Tema 1.240 do STF criou uma exceção explícita à regra geral do Tema 210, estabelecendo que as convenções internacionais não se aplicam aos danos extrapatrimoniais. Portanto, a sobreposição não é absoluta.

A alternativa B está correta. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Tema 210 da Repercussão Geral, firmou a tese de que as convenções internacionais prevalecem sobre o CDC no que tange à limitação da responsabilidade por danos materiais em voos internacionais. Contudo, no julgamento do Tema 1.240, a mesma Corte estabeleceu que essa limitação não se aplica aos danos extrapatrimoniais (morais). Portanto, a alegação da companhia aérea deve ser acolhida apenas parcialmente: o teto se aplica ao extravio da bagagem (dano material), mas não à reparação pelo dano moral decorrente da ausência no casamento da filha (dano extrapatrimonial), que deve ser integral. Fundamento Jurisprudencial: Temas 210 e 1.240 do STF: Tema 210 do STF – tese firmada: “Nos termos do art. 178 da Constituição da República, as normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros, especialmente as Convenções de Varsóvia e Montreal, têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor.” (RE 636331/RJ); Tema 1.240 do STF – tese firmada: “Não se aplicam as Convenções de Varsóvia e Montreal às hipóteses de danos extrapatrimoniais decorrentes de contrato de transporte aéreo internacional.” (RE 1394401 RG/SP)

A alternativa C está incorreta. Esta alternativa apresenta o entendimento que foi superado pelo STF. Para danos materiais em voos internacionais, o CDC não se sobrepõe às convenções, mas sim o contrário. Fundamento Jurisprudencial: A tese fixada no Tema 210 do STF estabelece expressamente a prevalência das normas e tratados internacionais (Convenções de Varsóvia e Montreal) sobre o Código de Defesa do Consumidor em matéria de responsabilidade por danos materiais, tornando a afirmação de que o CDC se sobrepõe incorreta.

A alternativa D está incorreta. A alternativa inverte a regra estabelecida pelo STF. O limite indenizatório previsto nas convenções internacionais aplica-se aos danos materiais, e não aos danos morais. Fundamento Jurisprudencial: A tese do Tema 1.240 do STF é expressa ao afirmar que as Convenções de Varsóvia e Montreal não se aplicam às hipóteses de danos extrapatrimoniais, afastando qualquer possibilidade de limitação para os danos morais.

A alternativa E está incorreta. A Convenção de Varsóvia, assim como a de Montreal que a sucedeu em muitos aspectos, foi devidamente internalizada e se aplica ao Brasil. A própria existência dos Temas de

Repercussão Geral do STF sobre o assunto confirma a sua plena aplicabilidade no ordenamento jurídico brasileiro. Fundamento Legal e Jurisprudencial: A Convenção de Varsóvia foi promulgada no Brasil pelo Decreto nº 20.704/1931, e a Convenção de Montreal, pelo Decreto nº 5.910/2006. A existência dos Temas 210 e 1.240 do STF, que interpretam e definem o alcance de tais convenções, é a prova definitiva de sua aplicação e vigência no país.

QUESTÃO 62. Sílvia ingressou com uma ação requerendo o pagamento de indenização por danos morais em face da Viação Augusto Ltda. Ela sustentou que, ao fazer uso dos serviços da empresa no transporte público municipal, sofreu assédio sexual por parte de passageiro embriagado, fato que gerou, inclusive, a prisão em flagrante do agressor.

Nesse contexto, considerando a legislação em vigor e a jurisprudência sedimentada nos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

a) Para a procedência do pedido, Sílvia deverá comprovar a culpa do preposto da empresa, uma vez que se trata de hipótese de responsabilidade subjetiva.

b) Sílvia deverá basear sua demanda nas normas do Direito Administrativo, uma vez que o Código de Defesa do Consumidor não se aplica aos serviços públicos.

c) O pedido deverá ser julgado procedente, uma vez que se trata de hipótese de responsabilidade objetiva, não estando caracterizada nenhuma excludente de responsabilidade.

d) O pedido deverá ser julgado procedente, uma vez que se trata de hipótese de responsabilidade objetiva agravada, que não admite excludentes de responsabilidade.

e) O pedido deverá ser julgado improcedente, uma vez que, mesmo que aplicada a responsabilidade objetiva, faz-se presente a hipótese de caso fortuito externo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda a responsabilidade civil do transportador por atos de terceiros (outros passageiros) dentro do veículo, um tema com jurisprudência consolidada no Superior Tribunal de Justiça.

A alternativa A está incorreta. A responsabilidade do transportador de pessoas é, por regra, objetiva, ou seja, independe da comprovação de culpa. Isso decorre tanto do contrato de transporte (cláusula de incolumidade) quanto da relação de consumo. Fundamento Legal: Art. 14 do Código de Defesa do Consumidor e Art. 734 do Código Civil. A responsabilidade é inerente ao risco da atividade, não sendo necessário perquirir a culpa do preposto.

A alternativa B está incorreta. A premissa de que o Código de Defesa do Consumidor não se aplica aos serviços públicos é falsa. O CDC é plenamente aplicável aos serviços públicos prestados por concessionárias, como é o caso do transporte público. Fundamento Legal: Art. 22 do Código de Defesa do Consumidor. A relação entre a passageira (Sílvia) e a empresa de viação é uma clara relação de consumo.

A alternativa C está incorreta. Embora a responsabilidade seja objetiva, a jurisprudência entende que, neste caso, está sim caracterizada uma excludente de responsabilidade: o fato de terceiro, equiparado a caso fortuito externo. Portanto, a conclusão de que o pedido deveria ser procedente está errada. Fundamento Jurisprudencial: A jurisprudência citada na alternativa "E" (AgInt no REsp n. 2.147.565/SP) demonstra que o ato de terceiro (assédio por outro passageiro) é considerado um fortuito externo, que rompe o nexo causal e, portanto, caracteriza uma excludente de responsabilidade, tornando a premissa da alternativa ("não estando caracterizada nenhuma excludente") incorreta.

A alternativa D está incorreta. A responsabilidade objetiva do transportador não é "agravada" a ponto de se enquadrar na teoria do risco integral (que não admite excludentes). A teoria aplicável é a do risco da atividade, que admite as excludentes de responsabilidade previstas em lei. Fundamento Legal e Doutrinário: A responsabilidade do fornecedor de serviços, prevista no Art. 14 do CDC, adota a teoria do risco da atividade, e não a do risco integral. A própria lei prevê, em seu § 3º, as excludentes de responsabilidade (culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro), o que é incompatível com a ideia de uma responsabilidade "agravada" ou absoluta que não admite excludentes.

A alternativa E está correta. O Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento de que o assédio ou crime sexual cometido por um passageiro contra outro, no interior do transporte coletivo, caracteriza-se como fato de terceiro estranho à atividade de transporte (fortuito externo). Esse evento rompe o nexo de causalidade entre o dano sofrido pela vítima e o serviço prestado pela transportadora, afastando a responsabilidade civil da empresa. Fundamento Jurisprudencial: AgInt no REsp n. 2.147.565/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, julgado em 19/8/2024, DJe de 22/8/2024. A Segunda Seção desta Corte Superior consolidou entendimento no sentido de que, "nos contratos onerosos de transporte de pessoas, desempenhados no âmbito de uma relação de consumo, o fornecedor de serviços não será responsabilizado por assédio sexual ou ato libidinoso praticado por usuário do serviço de transporte contra passageira, por caracterizar fortuito externo, afastando o nexo de causalidade" (REsp n. 1.833.722/SP, Segunda Seção, Relator o Ministro Raul Araújo, DJe de 15/3/2021). (...) O fato de terceiro rompe o nexo causal e, por consequência, afasta a responsabilidade civil objetiva da concessionária de serviço público (...), nos termos do art. 14, § 3º, inciso II, do Código de Defesa do Consumidor.

QUESTÃO 63. Consoante o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre o contrato de faturização (factoring) e os créditos cedidos ao faturizador, constando do contrato a cláusula que responsabiliza a faturizada pela não realização dos créditos cedidos e autorizando a faturizadora a emitir títulos de crédito para a cobrança dessa dívida, é correto afirmar que

a) a faturizada responde pela não realização dos créditos cedidos à faturizadora, sendo válida tanto a cláusula contratual nesse sentido quanto quaisquer títulos de crédito emitidos para a cobrança dessa dívida.

b) a faturizada responde pela não realização dos créditos cedidos à faturizadora, caso se trate da modalidade maturity factoring, sendo válida tanto a cláusula contratual nesse sentido quanto quaisquer títulos de crédito emitidos para a cobrança dessa dívida. Entretanto, na modalidade conventional factoring, o direito de regresso é vedado.

c) a faturizada não tem responsabilidade pela não realização dos créditos cedidos à faturizadora, sendo nula tanto a cláusula contratual nesse sentido quanto quaisquer títulos de crédito emitidos para a cobrança dessa dívida.

d) a faturizada responde pela não realização dos créditos cedidos à faturizadora, caso se trate da modalidade conventional factoring, sendo válida tanto a cláusula contratual nesse sentido quanto quaisquer títulos de crédito emitidos para a cobrança dessa dívida. Entretanto, na modalidade maturity factoring, o direito de regresso é vedado.

e) a faturizada não tem responsabilidade pela não realização dos créditos cedidos à faturizadora, sendo nula a cláusula contratual nesse sentido, mas quaisquer títulos de crédito emitidos para a cobrança dessa dívida são válidos em razão do princípio da abstração.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre empresa faturizada.

A alternativa A está incorreta. Afirma que a faturizada responde pela não realização dos créditos e que a cláusula e os títulos são válidos.

A alternativa B está incorreta. Traz distinções de modalidades irrelevantes para afastar o princípio fundamental de que a responsabilidade pela solvência é do faturizador.

A alternativa C está correta. A faturizada não tem responsabilidade pela insolvência do devedor, sendo nula tanto a cláusula que a responsabiliza quanto os títulos de crédito emitidos para cobrança dessa dívida. Este é o exato entendimento do STJ. A saber: “A empresa faturizada não responde pela insolvência dos créditos cedidos, sendo nulos a disposição contratual em sentido contrário e eventuais títulos de créditos emitidos com o fim de garantir a solvência dos créditos cedidos no bojo de operação de factoring. REsp 1711412/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/05/2021, DJe 10/05/2021)”

A alternativa D está incorreta. Traz distinções de modalidades e contraria o princípio de que o risco é da faturizadora.

A alternativa E está incorreta. Embora acerte que a cláusula é nula, erra ao dizer que os títulos são válidos. O STJ entende que a emissão desses títulos para garantir a solvência é nula por derivar de uma causa contratual viciada.

QUESTÃO 64. O plano de recuperação judicial da sociedade empresária Kmals Ltda. foi aprovado em Assembleia Geral de Credores. No processo, o Juízo recuperacional manifestou-se, aduzindo que, para a homologação do plano e a concessão da recuperação judicial, a sociedade deveria apresentar as Certidões Negativas de Débitos Tributários (CND), conforme previsto no Art. 57 da Lei nº 11.101/2005.

A partir dessas informações, atendendo à evolução jurisprudencial acerca do tema, assinale a afirmativa correta.

a) Como o Art. 57 da Lei nº 11.101/2005 demanda a apresentação de Certidões Negativas de Débitos Tributários, a jurisprudência já sedimentou a desnecessidade de demonstração do adimplemento desse tipo de dívida, uma vez que não se submete à recuperação judicial.

b) A não apresentação das Certidões Negativas de Débito Tributário, ainda que seja demandada pela legislação recuperacional, não pode ser impeditiva à concessão da recuperação da sociedade, de modo que não obstará a homologação do plano de recuperação judicial.

c) Não é necessário apresentar as Certidões Negativas de Débito Tributário, uma vez que o credor fiscal possui a faculdade de prosseguir com as suas execuções, de modo que o procedimento recuperacional transcorre de forma apartada da persecução do crédito fiscal.

d) Não é necessário apresentar as Certidões Negativas de Débito Tributário, uma vez que o descumprimento do parcelamento fiscal é causa de convalidação da recuperação judicial em falência.

e) Para a homologação do plano de recuperação judicial, é necessário apresentar as Certidões Negativas de Débito, ou Certidões Positivas com Efeito Negativo, que demonstrem que a sociedade recuperanda aderiu aos parcelamentos especiais ou transacionou com a Fazenda o seu crédito tributário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre certidão negativa.

A alternativa A está incorreta. A jurisprudência não sedimentou a desnecessidade de demonstração do adimplemento ou regularização. Pelo contrário, exige-se a regularização por meio de parcelamento ou transação.

A alternativa B está incorreta. Embora a jurisprudência tenha sido flexível, ela não afasta o Art. 57 absolutamente. O entendimento atual exige a regularização fiscal por meio de CND ou CPEN (parcelamento/transação). A ausência dessa prova pode, sim, obstar a homologação.

A alternativa C está incorreta. O procedimento recuperacional não transcorre apartadamente da persecução do crédito fiscal. O crédito fiscal é submetido a suspensão das execuções (Art. 6º, § 7º, da LRF) mediante a comprovação da regularidade (parcelamento/transação), o que é vital para o sucesso da recuperação.

A alternativa D está incorreta. Embora o descumprimento de parcelamento fiscal possa levar à rescisão e, em tese, afetar a recuperação, o principal ponto é que a regularização (e, consequentemente, a CND ou CPEN) é exigida para a homologação, e não somente como causa de falência posterior.

A alternativa E está correta. Esta afirmativa reflete o entendimento mais recente do STJ, que concilia a finalidade do Art. 57 da LRF (regularidade fiscal) com a realidade das recuperandas, exigindo a comprovação da adesão a parcelamentos especiais ou transações fiscais, resultantes na emissão da Certidão Positiva com Efeito Negativo. A saber: “Somente após a juntada da certidão negativa ou comprovação de adesão ao parcelamento das dívidas fiscais, com a certidão positiva com efeitos de negativa, é que o juiz irá ou não homologar o plano de recuperação judicial aprovado em assembleia.

STJ. 4ª Turma. REsp 2.084.986-SP, Rel. Min. João Otávio de Noronha, Rel. para acórdão Min. Raul Araújo, julgado em 12/3/2024;”

QUESTÃO 65. Paulo Ramos Santos ajuizou ação indenizatória pleiteando reparação por danos morais em face de Caxias Telecomunicações S.A. Informa o autor na narrativa dos fatos que resiliu o contrato de prestação de serviços com a ré e pediu a cessação dos débitos em sua conta-corrente bancária. Os débitos cessaram, mas o CPF do consumidor foi enviado pelo fornecedor para o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC).

Paulo Ramos só percebeu o ocorrido quando lhe foi negada a efetivação de compra a prazo sob a alegação de que seu nome constava do rol de devedores do SPC. O consumidor realizou contato com o serviço de atendimento ao cliente, que lhe informou a existência de débito residual e, por essa razão, ele foi negativado. Paulo Ramos recebeu o boleto de cobrança, efetuou o pagamento e solicitou a retirada do seu nome do SPC.

A prestadora de serviço respondeu que caberia a ele providenciar isso, e, para tanto, lhe enviaria a carta de quitação. Paulo Ramos não concordou com a solução e exigiu a retirada do seu nome pelo prestador de serviço, não sendo atendido.

Passados três meses do último acontecimento, persiste a negativação do consumidor, razão pela qual ele pleiteia os danos morais e a condenação do réu a promover a exclusão do seu nome do SPC.

Considerados os fatos, é correto afirmar que

- a) descabe indenização por danos morais, pois incumbe ao devedor a iniciativa de exclusão do registro da dívida em seu nome no cadastro de inadimplentes, devendo o gestor do banco de dados, no prazo de cinco dias úteis, comunicar a alteração ao prestador de serviço que encaminhou a negativação.
- b) descabe indenização por danos morais, pois o credor agiu em exercício regular de direito, uma vez que a negativação se deu em razão da inadimplência no pagamento do débito residual, e o envio dos dados do consumidor ao SPC é o único meio para reaver a contraprestação pelo serviço prestado.
- c) cabe indenização por danos morais, pois incumbe ao credor a exclusão do registro da dívida em nome do devedor no cadastro de inadimplentes no prazo de cinco dias úteis, a partir da data do integral e efetivo pagamento do débito.
- d) descabe indenização por danos morais, pois em casos de manutenção indevida da inscrição em instituições restritivas de crédito, o dano moral depende da prova objetiva no que concerne ao abalo à honra e reputação do lesado, sendo que mero aborrecimento não o configura.
- e) cabe indenização por danos morais, pois o prestador de serviços não poderia ter enviado os dados do consumidor ao SPC, já que deveria ter buscado a renegociação com ele antes de tomar qualquer medida desabonadora do seu crédito, sendo o dano moral presumido..

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre exclusão de cadastro de devedores.

A alternativa A está incorreta. Contraria a jurisprudência. A iniciativa de exclusão incumbe ao credor, e não ao devedor.

A alternativa B está incorreta. O credor agiu em exercício regular de direito somente na negativação inicial. A manutenção da inscrição após o pagamento é ato ilícito e não pode ser justificada.

A alternativa C está correta. Esta afirmativa está consoante o entendimento consolidado do STJ: cabe indenização por danos morais, pois a responsabilidade pela exclusão, no prazo de cinco dias úteis a contar do pagamento, incumbe ao credor. A saber, vejamos a Súmula 548 do STJ: INCUMBE AO CREDOR A EXCLUSÃO DO REGISTRO DA DÍVIDA EM NOME DO DEVEDOR NO CADASTRO DE INADIMPLENTES NO PRAZO DE CINCO DIAS ÚTEIS, A PARTIR DO INTEGRAL E EFETIVO PAGAMENTO DO DÉBITO. A manutenção da inscrição após o prazo legal, por culpa do credor, configura o dano.

A alternativa D está incorreta. Contraria o entendimento do STJ. Em casos de manutenção indevida da inscrição após o pagamento, o dano moral é presumido (in re ipsa), não dependendo de prova objetiva do abalo.

A alternativa E está incorreta. A premissa de que o prestador de serviços "não poderia ter enviado os dados" se tivesse havido débito residual é falsa (era exercício regular de direito). O dano moral decorre da manutenção indevida da negativação após o pagamento, e não da negativação original.

QUESTÃO 66. Quanto às sociedades limitadas, assinale a afirmativa correta.

a) Em se tratando de dissolução parcial de sociedade e havendo a omissão do contrato social, o Juiz definirá, como critério de apuração de haveres, o valor de mercado da participação detida pelo sócio que se retira, a ser apurado por meio de leilão realizado com essa finalidade exclusiva.

b) Ainda que a sociedade limitada adote expressamente o regime de aplicação supletiva das notas relativas às sociedades anônimas, resta autorizado o exercício do direito potestativo de retirada imotivada pelo sócio.

c) Tratando-se de norma cogente, a vedação da sociedade entre cônjuges casados sob o regime da separação obrigatória de bens aplica-se indistintamente às sociedades anônimas e sociedades limitadas.

d) A legislação empresarial autoriza a integralização de cotas em sociedades por cotas de responsabilidade limitada apor meio da prestação de serviços pelo sócio..

e) A comprovação do desacerto do mérito da decisão negocial ou o descumprimento do dever legal ou estatutário sujeitam os administradores das sociedades à responsabilização civil pelos danos causados aos sócios.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre sociedades limitadas.

A alternativa A está incorreta. O leilão não é o meio legalmente previsto para essa finalidade.

A alternativa B está correta. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) pacificou o entendimento de que a opção pela regência supletiva da LSA (mais restritiva) não afasta o direito potestativo e imotivado de retirada do sócio minoritário de sociedade limitada com prazo indeterminado, pois este direito é inerente ao tipo societário limitado, salvo se for comprovada a má-fé ou o abuso de direito (STJ. 3ª Turma. REsp 1839078/SP, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, julgado em 09/03/2021).

A alternativa C está incorreta. Essa vedação não se aplica às Sociedades Anônimas (S/A), pois a LSA não prevê restrição ao acionista casado. A vedação se aplica às sociedades contratuais, como a Limitada, mas não indistintamente às S/A (art. 977, CC).

A alternativa D está incorreta. O Art. 1.055, § 2º, do Código Civil proíbe expressamente a integralização do capital social das Sociedades Limitadas com prestação de serviços.

A alternativa E está incorreta. A responsabilidade exige a comprovação de dolo ou culpa (negligência, imprudência ou imperícia) no desempenho de suas funções ou o descumprimento de dever legal/estatutário, conforme o Art. 1.016 do Código Civil.

QUESTÃO 67. Consoante o Art. 981 do Código Civil, é elemento essencial da sociedade que haja partilha dos resultados entre os seus membros, o que inclui os lucros e as perdas.

Acerca da distribuição dos lucros entre os sócios, assinale a afirmativa correta.

a) Nas sociedades dos tipos simples e em comandita simples, o contrato social pode estabelecer que a distribuição dos lucros seja realizada na proporção inversa a da participação dos sócios no capital.

b) Na sociedade do tipo limitada, a distribuição dos lucros aos sócios de serviços considera o percentual de participação do sócio capitalista de menor entrada.

c) Na sociedade anônima, a distribuição dos lucros deve ser correspondente à metade do lucro líquido do exercício, diminuída da importância destinada à constituição da reserva legal.

d) Na sociedade em conta de participação, o sócio participante tem direito à percepção de lucros na proporção da média das operações realizadas pelo sócio ostensivo.

e) Na sociedade cooperativa com capital, a distribuição dos lucros é proporcional ao valor da quota de cada sócio, já na sociedade cooperativa sem capital, a distribuição dos lucros é proporcional ao valor das operações efetuadas pelo sócio com a sociedade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre sociedade, exigindo o conhecimento expresso do Código Civil.

A alternativa A está correta. Nas sociedades simples, a regra da autonomia da vontade prevalece, permitindo a estipulação de proporções diversas, conforme prevê o Art. 997, VII, do CC: “A sociedade constitui-se mediante contrato escrito, particular ou público, que, além de cláusulas estipuladas pelas partes, mencionará: VII - a participação de cada sócio nos lucros e nas perdas;

A alternativa B está incorreta. A integralização de cotas mediante prestação de serviços é vedada nas sociedades limitadas, conforme o Art. 1.055, § 2º, do CC.

A alternativa C está incorreta. A regra do dividendo obrigatório (mínimo) nas sociedades anônimas é que, não havendo disposição estatutária, será distribuído o valor correspondente a 50% do lucro líquido ajustado, conforme o Art. 202 da Lei nº 6.404/76 (LSA).

A alternativa D está incorreta. A distribuição não está legalmente vinculada à média das operações realizadas pelo sócio ostensivo.

A alternativa E está incorreta. Essa regra se aplica a ambas as modalidades de cooperativa e visa reforçar o caráter mutualista e não capitalista da sociedade cooperativa.

QUESTÃO 68. Na decisão que decretou a falência do empresário individual Antônio Matinhos, em 15 de julho de 2025, o Juiz fixou o termo legal em 90 dias a partir da data do primeiro protesto por falta de pagamento.

Considerando esse dado e que a data do referido protesto por falta de pagamento foi em 6 de abril de 2022, é correto afirmar que, em relação à massa falida,

a) os atos de renúncia à herança ou ao legado praticados pelo empresário individual nos 90 dias anteriores a 6 de abril de 2022, serão eficazes.

b) o pagamento de dívidas vencidas e exigíveis realizado no ano de 2024, por qualquer forma que não seja a prevista pelo contrato, será eficaz

c) o pagamento de dívidas vincendas em 12 de março de 2022, por qualquer meio extintivo do direito de crédito, exceto pelo desconto de título de crédito, será eficaz.

d) a prática de atos de doação realizados pelo empresário individual entre novembro e dezembro de 2023, será eficaz.

e) a constituição de penhor em 20 de abril de 2022, para a garantia ao pagamento de crédito quirografário constituído em 30 de setembro de 2021, será eficaz.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre o termo de falência.

A alternativa A está correta. O ato é eficaz. O prazo de ineficácia da renúncia é de 2 anos anteriores à decretação da falência, conforme expressamente determina o Art. 129, V, CC: “São ineficazes em relação à massa falida, tenha ou não o contratante conhecimento do estado de crise econômico-financeira do devedor, seja ou não intenção deste fraudar credores: V – a renúncia à herança ou a legado, até 2 (dois) anos antes da decretação da falência;”

Pois bem, tenha muita atenção à análise das datas, portanto. O ato em questão foi praticado nos 90 dias anteriores a 06/04/2022 (ou seja, entre 06/01/2022 e 06/04/2022). Como 06/04/2022 é anterior a 15/07/2023, o ato de renúncia praticado nesse período (06/01/2022 a 06/04/2022) está fora do prazo de ineficácia legal (2 anos).

As demais alternativas estão incorretas. A única afirmativa correta é a letra A, com base no cálculo dos prazos e nas regras de ineficácia objetiva da LRF.

QUESTÃO 69. Assinale a opção que, segundo o Supremo Tribunal Federal, apresenta os requisitos objetivos ou vetores para a aplicação do princípio da insignificância.

a) Ausência de ofensividade da conduta do agente; pouca periculosidade social da ação, nenhuma reprovabilidade do agente e reduzida lesão jurídica causada.

b) Primariedade do agente, reduzida expressividade da lesão jurídica provocada, ausência de reprovabilidade da conduta e inexistência de periculosidade social do comportamento.

c) Ausência de ofensividade da conduta do agente, reduzida periculosidade social da ação, disponibilidade do bem jurídico atacado e pouca expressividade da lesão jurídica provocada.

d) Mínima ofensividade da conduta do indivíduo, primariedade do agente, reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e baixa expressividade da lesão jurídica provocada.

e) Mínima ofensividade da conduta do agente, nenhuma periculosidade social da ação, reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e inexpressividade da lesão jurídica provocada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata dos requisitos objetivos para aplicação do princípio da insignificância, conforme a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF).

A alternativa A está incorreta. A alternativa está incorreta por empregar termos imprecisos: o STF exige mínima, e não ausência de ofensividade; ausência, e não pouca periculosidade social da ação; reduzido, e não nenhuma reprovabilidade; ausência, não pouca periculosidade social da ação inexpressiva, e não reduzida lesão jurídica.

A alternativa B está incorreta. Alternativa está errada porque inclui primariedade do agente como requisito, o que não é um critério objetivo exigido pelo STF para aplicação do princípio da insignificância.

A alternativa C está incorreta. Alternativa C está errada porque inclui “disponibilidade do bem jurídico atacado” como requisito, o que não é previsto pela jurisprudência do STF. Além disso, a expressão “ausência de ofensividade” não é precisa; o STF exige mínima ofensividade da conduta, e não ausência total.

A alternativa D está incorreta. Alternativa está errada porque, embora se aproxime dos requisitos corretos, inclui novamente a primariedade do agente, que não é um dos vetores objetivos definidos pelo STF.

A alternativa E está correta. Ela reproduz com precisão os quatro requisitos objetivos cumulativos definidos pelo STF para aplicação do princípio da insignificância: Mínima ofensividade da conduta do agente; ausência de periculosidade social da ação; reduzido grau de reprovabilidade do comportamento; inexpressividade da lesão jurídica provocada (STF - RHC: 118972 MG, Relator.: Min. GILMAR MENDES).

QUESTÃO 70. Em matéria de discriminantes reais e putativas, de acordo com o entendimento doutrinário majoritário, analise as afirmativas a seguir.

I. É possível a atuação em legítima defesa real contra um comportamento acobertado pela legítima defesa real.

II. É possível a atuação em legítima defesa real contra um comportamento acobertado pelo estado de necessidade.

III. É possível a ocorrência de legítima defesa real contra o excesso de uma situação inicial de legítima defesa real.

IV. É possível a atuação em legítima defesa putativa contra um comportamento acobertado pela legítima defesa real.

V. É possível a atuação em legítima defesa real contra quem atua sob coação moral irresistível.

Está correto o que se afirma em

a) I, III e V, apenas.

b) III, IV e V, apenas.

c) II, III e V, apenas.

d) I, II e IV, apenas.

e) I, III e IV, apenas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata das discriminantes reais e putativas.

A afirmativas I está incorreta. A legítima defesa pressupõe agressão injusta, atual ou iminente. Se o comportamento do agressor inicial está acobertado por legítima defesa real, trata-se de uma agressão justa, isto é, autorizada pelo Direito.

A afirmativas II está incorreta. O estado de necessidade pressupõe conflito de bens jurídicos, em que o agente sacrifica bem de menor valor para salvar outro de valor maior ou igual, diante de perigo atual e inevitável. A conduta praticada em estado de necessidade é justificada — não é injusta, mas autorizada pelo ordenamento. Assim, não cabe legítima defesa contra o estado de necessidade, pois também não há agressão injusta.

A afirmativas III está correta. Quando há excesso na legítima defesa — seja doloso (*animus puniendi*) ou culposos — o agente que inicialmente agia lícitamente passa a praticar uma agressão injusta a partir do momento do excesso. O excesso, portanto, rompe a causa de justificação, e autoriza a legítima defesa real da vítima contra o excesso.

A afirmativas VI está correta. A legítima defesa putativa ocorre quando o agente imagina falsamente estar sendo agredido injustamente. Assim, ainda que o comportamento do outro esteja acobertado por legítima defesa real, nada impede que o primeiro creia equivocadamente estar sofrendo uma agressão injusta e reaja — nesse caso, atua sob erro de tipo permissivo, o que pode excluir o dolo e até a culpa, dependendo do caso.

A afirmativas V está correta. A coação moral irresistível exclui a culpabilidade do coagido, mas não torna sua conduta justa. Logo, a ação do coagido continua injusta, ainda que ele não seja culpável. Dessa forma, a vítima pode defender-se legitimamente contra o coagido, já que a agressão é injusta (ilícita), embora não culpável.

QUESTÃO 71. Efigênia, portuguesa, solicitou sua inscrição em um curso de pós-graduação oferecido por uma universidade francesa, e, para tanto, anexou à solicitação um diploma falso de graduação, supostamente expedido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), fundação de direito público.

A falsidade foi descoberta pela instituição de ensino, que indeferiu a inscrição e comunicou o fato às autoridades policiais da França e do Brasil.

Sobre a conduta de Efigênia, assinale a afirmativa correta.

a) Ela não poderá ser responsabilizada penalmente no Brasil pelo fato, pois ele ocorreu em território estrangeiro, à luz do princípio da territorialidade.

b) Ela deverá ser responsabilizada penalmente no Brasil pelo fato, tratando-se de hipótese de extraterritorialidade incondicionada da Lei Penal brasileira, à luz do princípio da defesa.

c) Ela poderá ser responsabilizada penalmente no Brasil pelo fato, tratando-se de hipótese de extraterritorialidade condicionada da Lei Penal brasileira, à luz do princípio da defesa.

d) Ela deverá ser responsabilizada penalmente no Brasil pelo fato, tratando-se de hipótese de extraterritorialidade incondicionada da Lei Penal brasileira, à luz do princípio da nacionalidade.

e) Ela poderá ser responsabilizada penalmente no Brasil pelo fato, tratando-se de hipótese de extraterritorialidade condicionada da Lei Penal brasileira, à luz do princípio da nacionalidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata da extraterritorialidade da lei penal brasileira.

O crime de falsificação de diploma da UFRJ atinge a fé pública e a Administração Pública brasileira, configurando hipótese do art. 7º, I, “b”, do CP: “Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro: I - os crimes: b) contra o patrimônio ou a fé pública da União, do Distrito Federal, de Estado, de Território, de Município, de empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação instituída pelo Poder Público.” Desse modo, está-se diante de um crime de extraterritorialidade incondicionada, à luz do princípio da defesa.

QUESTÃO 72. Amadeus aborda o veículo de João no semáforo de uma grande cidade brasileira, empunhando uma arma de fogo e gritando para a vítima descer do carro, com o intuito de subtrair o veículo. Assustado, João acelera em tentativa de fuga, momento em que Amadeus efetua disparos e o atinge, causando-lhe a morte horas depois. Amadeus foge em seguida, sem o veículo, diante da chegada das testemunhas e da polícia.

De acordo com o caso descrito, é correto afirmar que Amadeus responderá por

a) tentativa de roubo, apenas.

b) latrocínio tentado, apenas.

c) latrocínio consumado, apenas.

d) homicídio consumado, apenas.

e) homicídio consumado e tentativa de roubo, em concurso.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da correta tipificação penal da conduta de Amadeus.

A alternativa A está incorreta. A tentativa de roubo isolada não abarca o resultado morte, que foi consumado, tornando essa alternativa insuficiente.

A alternativa B está incorreta. A jurisprudência do STF e do STJ é clara ao afirmar que o latrocínio se consuma com a morte da vítima, independentemente da consumação da subtração patrimonial.

A alternativa C está correta. Súmula 610 do STF: “Há crime de latrocínio, quando o homicídio se consuma, ainda que não realize o agente a subtração de bens da vítima.”

A alternativa D está incorreta. Como a morte ocorreu durante a execução de um crime patrimonial, a tipificação correta é latrocínio, e não homicídio simples.

A alternativa E está incorreta. A doutrina e jurisprudência entendem que o latrocínio é um crime único, e não um concurso entre dois delitos. A morte, mesmo que não tenha sido o objetivo principal, integra o tipo penal do latrocínio.

QUESTÃO 73. Em relação ao tema Teoria Geral do Crime, assinale a afirmativa correta.

a) Nos crimes formais, a consumação se dá com a produção do resultado naturalístico, sendo este indispensável para a configuração do delito.

b) Nos crimes omissivos próprios, a relevância penal da omissão é condicionada à demonstração do dolo específico do agente em não realizar a conduta devida.

c) O erro sobre elementos do tipo, quando inevitável, sempre exclui o dolo, mas pode permitir a punição por crime culposos, se previsto em lei.

d) A teoria da imputação objetiva exige, para a configuração do nexo causal, a demonstração de que a conduta do agente criou um risco proibido relevante e que o resultado dela decorrente está dentro do alcance da norma penal.

e) O crime impossível, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, configura tentativa punível, desde que demonstrada a intenção do agente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata de aspectos fundamentais da Teoria Geral do Crime.

A alternativa A está incorreta. Nos crimes formais, o resultado naturalístico é desnecessário para a consumação.

A alternativa B está incorreta. Nos crimes omissivos próprios, a omissão por si só configura o delito, quando o agente se abstém de cumprir um dever jurídico específico, independentemente de resultado.

A alternativa C está incorreta. Se o erro sobre elementos do tipo foi inevitável (invencível), exclui-se dolo e culpa.

A alternativa D está correta. Correta em essência, mas atenção à expressão “para a configuração do nexo causal”. A imputação objetiva não trata do nexo causal em sentido físico-naturalístico, mas sim da relevância normativa do resultado, após estabelecido o nexo causal. Ou seja, o nexo causal é apenas o ponto de partida, e a imputação objetiva delimita quando o resultado pode ser atribuído ao agente. A

redação da questão mistura nexo causal e imputação normativa, mas costuma ser aceita como correta em provas, pois expressa a essência da teoria.

A alternativa E está incorreta. É justamente o contrário: o crime impossível não é punível. Art. 17 do CP: “Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.”.

QUESTÃO 74. Assinale a opção que apresenta a principal diferença entre o erro de tipo e o erro de proibição.

a) O erro de tipo se refere à falsa noção sobre a realidade fática e os elementos constitutivos do tipo penal, enquanto o erro de proibição se refere à falsa noção quanto à ilicitude da conduta.

b) O erro de tipo exclui a culpabilidade e, quando invencível, é causa de isenção de pena, enquanto o erro de proibição exclui a tipicidade.

c) O erro de tipo é sempre invencível, enquanto o erro de proibição pode ser vencível ou invencível.

d) O erro de tipo se refere à falsa noção sobre a lei penal, enquanto o erro de proibição se à falsa noção sobre os fatos.

e) O erro de tipo é irrelevante para o Direito Penal, enquanto o erro de proibição pode atenuar a pena.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da diferença entre erro de tipo e erro de proibição.

A alternativa A está correta. A alternativa está correta, pois expressa com precisão a principal diferença entre os dois institutos. O erro de tipo ocorre quando o agente tem uma falsa percepção sobre os elementos fáticos que compõem o tipo penal. Já o erro de proibição ocorre quando o agente sabe o que está fazendo, mas acredita que sua conduta não é ilícita.

A alternativa B está incorreta. O erro de tipo exclui o dolo (e, em certos casos, a culpa, se inevitável), afetando a tipicidade subjetiva, não a culpabilidade. Já o erro de proibição afeta a culpabilidade, e não a tipicidade.

A alternativa C está incorreta. Tanto o erro de tipo quanto o erro de proibição podem ser vencíveis (evitáveis) ou invencíveis (inevitáveis). A distinção está nas consequências jurídicas, não na natureza do erro.

A alternativa D está incorreta. Houve uma inversão nos conceitos.

A alternativa E está incorreta. O erro de tipo é altamente relevante, pois pode excluir o dolo e a culpa (art. 20, CP: “O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposo, se previsto em lei.”).

QUESTÃO 75. Claus, médico ginecologista, durante consulta médica da paciente Letícia, de 15 anos, a pretexto de realização de exames ginecológicos de rotina, praticou atos libidinosos.

De acordo com o Código Penal em vigor, a conduta narrada

- a) não é crime, mas, sim, ilícito civil que deve gerar indenização.**
- b) é tipificada como corrupção de menores (Art. 218 do CP).**
- c) é tipificada como mediação para servir à lascívia de outrem (Art. 227 do CP).**
- d) é tipificada como crime de sedução (Art. 217 do CP).**
- e) é tipificada como violação sexual mediante fraude Art. 215 do CP).**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata da correta tipificação penal da conduta de Claus.

A alternativa A está incorreta. A conduta descrita não é apenas um ilícito civil, mas sim um crime contra a dignidade sexual, com previsão expressa no Código Penal.

A alternativa B está incorreta. O crime de corrupção de menores, previsto no art. 218 do CP, exige que o agente induza “alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem”, o que não se aplica ao caso, já que o ato foi praticado diretamente pelo médico em desfavor da menor, mediante fraude.

A alternativa C está incorreta. O crime de mediação para servir à lascívia de outrem envolve intermediação para que alguém pratique ato sexual com terceiro (Art. 227 do CP: “Induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem”), o que não é o caso aqui. Claus praticou o ato diretamente.

A alternativa D está incorreta. O crime de sedução (art. 217 do CP: “Seduzir mulher virgem, menor de dezoito anos e maior de quatorze, e ter com ela conjunção carnal, aproveitando-se de sua inexperiência ou justificável confiança”) foi revogado pela Lei nº 12.015/2009.

A alternativa E está correta. O art. 215: “Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com alguém, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima.”.

QUESTÃO 76. De acordo com o Código Penal Militar, assinale a opção que indica os delitos considerados crimes militares em tempos de paz.

- a) Os crimes praticados por militar da reserva contra civil.
- b) Os crimes praticados por civil contra civil em lugar sujeito à administração militar.
- c) Os crimes praticados por militar da ativa, em lugar sujeito à administração militar, contra civil.
- d) Os crimes praticados por militar, em situação de atividade ou assemelhada, contra o patrimônio de instituição não militar.
- e) Os crimes praticados por civil contra militar da reserva.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre os crimes militares em tempo de paz.

Segundo o art. 9º, II, alínea “b”, do Código Penal Militar: “Consideram-se crimes militares, em tempo de paz: (...) II – os crimes previstos neste Código e os previstos na legislação penal, quando praticados: b) por militar da ativa, em lugar sujeito à administração militar, contra militar da reserva ou reformado ou contra civil; (...)”, na forma descrita literalmente na alternativa “c”. As demais alternativas não preveem crimes militares em tempo de paz, por falta de previsão no dispositivo mencionado.

QUESTÃO 77. No dia 15 de janeiro de 2024, João envolveu-se em uma briga de bar, sacou uma faca e desferiu dois golpes na região torácica da vítima Pedro, que sobreviveu.

Denunciado e pronunciado, João foi submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri e, durante o interrogatório, confessou ter atacado Pedro, mas disse que o fez com a intenção de se defender. Os jurados não aceitaram a tese da legítima defesa e condenaram João pelo crime de homicídio tentado.

O Juiz, ao aplicar a pena, verificou que a folha de antecedentes criminais revelava que João possuía uma condenação definitiva pelo crime de receptação, com a pena extinta em 8 de abril de 2017, uma condenação definitiva pelo crime de furto, com a pena extinta em 22 de novembro de 2020, e uma condenação definitiva pela contravenção penal das vias de fato, com a pena extinta em 13 de julho de 2021.

A respeito da aplicação da pena, observada a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a afirmativa correta.

- a) Entre as três condenações definitivas anteriores, apenas duas servem para caracterizar a reincidência.

b) A atenuante da confissão espontânea é inaplicável, porque João invocou uma causa de exclusão da ilicitude que não foi reconhecida pelos jurados.

c) João é multirreincidente, de modo que a agravante da reincidência deverá preponderar sobre a atenuante da confissão espontânea.

d) Apenas uma das condenações definitivas anteriores serve para caracterizar a reincidência, admitindo-se a compensação parcial entre a agravante da reincidência e a atenuante da confissão espontânea, porque a confissão foi qualificada.

e) A condenação definitiva anterior pelo crime de receptação não serve para caracterizar a reincidência, tampouco Maus Antecedentes, porque seus efeitos não podem ser sentidos ad aeternum.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da dosimetria da pena.

A alternativa A está incorreta. Apenas o crime de furto (2020) gera reincidência.

A alternativa B está incorreta. A confissão de João, embora qualificada, é reconhecida como atenuante, prevista no art. 65, III, "d", CP: São circunstâncias que sempre atenuam a pena: II - ter o agente: d) confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime".

A alternativa C está incorreta. A confissão de crime menos grave e a confissão qualificada não preponderam em caso de concurso com agravantes:

A alternativa D está correta. A atenuação deve ser aplicada em menor proporção e não poderá ser considerada preponderante no concurso com agravantes quando o fato confessado for tipificado com menor pena ou caracterizar circunstância excludente da tipicidade, da ilicitude ou da culpabilidade. STJ. 3ª Seção. REsp 2.001.973-RS, Rel. Min. Og Fernandes, julgado em 10/09/2025, Recurso Repetitivo - Tema 1194 (Info 862).

A alternativa E está incorreta. Não gera reincidência, mas pode configurar Maus Antecedentes, pois seus efeitos não se apagam automaticamente (não há efeito ad aeternum da reincidência, mas há permanência de Maus Antecedentes enquanto constar condenação definitiva).

QUESTÃO 78. Durante o expediente vespertino, em uma pequena joalheria localizada em um centro comercial, um indivíduo trajando roupas comuns e portando o que aparentava ser uma pistola de cor preta, anuncia o assalto. Sem proferir palavras de baixo calão ou ameaças explícitas, o assaltante gesticula com a arma em direção aos atendentes e clientes, exigindo a entrega de todas as joias disponíveis nos mostradores e as que estivessem sendo portadas pelos clientes. Apavorados, os funcionários e clientes obedecem às ordens, e o criminoso subtrai uma certa quantidade de objetos de ouro, fugindo em seguida.

A polícia, acionada, perseguiu e abordou um veículo suspeito em uma via próxima. Ao revistar o automóvel, os policiais encontraram uma mochila com algumas joias e um simulacro de pistola idêntico a uma arma de fogo real. O condutor, identificado como Túlio, confessou que usou o simulacro no roubo da joalheria e, ao mostrar que estava armado, exigiu a entrega das joias, o que foi confirmado pelas imagens captadas pelas câmeras de segurança da loja.

A perícia oficial avaliou os objetos roubados em cerca de oito salários mínimos e concluiu que a arma, apesar de muito semelhante à verdadeira, era um simulacro. Túlio foi processado e condenado pelo crime de roubo, aplicada pena mínima (quatro anos de reclusão em regime aberto e dez dias-multa no valor unitário mínimo).

Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça sobre o emprego de simulacro de arma de fogo no crime de roubo e a possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, assinale a afirmativa correta.

a) A utilização de simulacro de arma de fogo no crime de roubo caracteriza violência, o que impede a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, nos termos do Art. 44, inciso I, do Código Penal.

b) A utilização de simulacro de arma de fogo no crime de roubo não caracteriza violência ou grave ameaça, permitindo a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, caso a pena aplicada seja inferior a quatro anos e o réu preencha os demais requisitos legais.

c) A utilização de simulacro de arma de fogo no crime de roubo configura grave ameaça, o que impede a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, nos termos do Art. 44, inciso I, do Código Penal, mesmo que a pena aplicada seja inferior a quatro anos.

d) A possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, no caso de roubo com simulacro de arma de fogo, depende da análise subjetiva do Juiz, que deverá avaliar o grau de intimidação causado à vítima e a periculosidade do agente.

e) A substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos é vedada em qualquer caso de roubo, independentemente do emprego de violência ou grave ameaça, em razão da natureza do crime e do bem jurídico tutelado (patrimônio).

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos no caso de roubo cometido com uso de simulacro de arma de fogo.

A alternativa A está incorreta. Sob o rito dos recursos repetitivos (Tema 1.171), a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) estabeleceu, por maioria de votos, que a utilização de simulacro de arma – a chamada "arma de brinquedo" – configura a elementar "grave ameaça" (e não violência) do tipo penal do roubo (artigo 157 do Código Penal), enquadrando-se na hipótese legal que veda a substituição da pena privativa de liberdade do Art. 44, I, CP "As penas restritivas de direitos são

autônomas e substituem as privativas de liberdade quando: I – a pena aplicada não for superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa.”.

A alternativa B está incorreta. Com já dito, a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça estabeleceu (Tema 1.171) que a utilização de simulacro de arma configura a elementar "grave ameaça" do tipo penal do roubo (artigo 157 do Código Penal), enquadrando-se na hipótese legal que veda a substituição da pena privativa de liberdade do Art. 44, I, CP “As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade quando: I – a pena aplicada não for superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa.”.

A alternativa C está correta. A utilização de simulacro de arma configura a elementar grave ameaça do tipo penal do roubo, subsumindo à hipótese legal que veda a substituição da pena. STJ. 3ª Seção. REsp 1.994.182-RJ, Rel. Min. Sebastião Reis Júnior, julgado em 13/12/2023 (Recurso Repetitivo – Tema 1171) (Info 799).

A alternativa D está incorreta. O Código Penal estabelece critérios objetivos para a substituição, e o entendimento do STJ é que o uso de simulacro configura grave ameaça, o que impede a substituição, independentemente da avaliação subjetiva.

A alternativa E está incorreta. Nos crimes de roubo, além do mesmo bem jurídico tutelado no furto, tutela-se a liberdade individual e a integridade corporal.

QUESTÃO 79. Assinale a opção que reflete corretamente a legislação e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca da multa penal.

a) A pena de multa fixada abaixo do valor mínimo de execução fiscal dos débitos da fazenda nacional é inexequível, e a sua inadimplência não impede a imediata extinção da punibilidade do agente.

b) A pena de multa aplicada conjuntamente com a pena privativa de liberdade prescreve no prazo de dois anos, porém não corre a prescrição enquanto o condenado estiver recolhido à prisão.

c) A multa substitutiva pode ser aplicada às condenações à pena privativa de liberdade inferior a seis meses, ainda que haja pena de multa cumulativamente cominada ao delito.

d) Ainda que reconhecido o concurso formal perfeito entre os delitos, as penas de multa de cada um deles devem ser somadas.

e) A pena de multa converte-se em pena privativa de liberdade quando ausente justificativa idônea ao descumprimento.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata da pena de multa penal.

A alternativa A está incorreta. O inadimplemento da pena de multa, mesmo após o cumprimento da pena de prisão ou da pena restritiva de direitos, não impede a extinção da punibilidade, desde que o condenado alegue hipossuficiência, salvo se o juiz competente, em decisão devidamente fundamentada, entenda de forma diferente, indicando especificamente a capacidade de pagamento da penalidade pecuniária. STJ. 3ª Seção. REsp 2.090.454-SP e REsp 2.024.901-SP, Rel. Min. Rogerio Schietti Cruz, julgado em 28/02/2024 (Recurso Repetitivo – Tema 931) (Info 803).

A alternativa B está incorreta. A prescrição da multa segue as mesmas regras da pena privativa de liberdade, conforme o art. 114, II, do CP: “A prescrição da pena de multa ocorrerá: II – em 2 anos, quando a multa for a única cominada ou aplicada”. Além disso, a prisão não suspende a prescrição da multa.

A alternativa C está incorreta. Súmula 171 do STJ: “Cominadas cumulativamente, em lei especial, penas privativas de liberdade e pecuniária, é defeso a substituição da prisão por multa”.

A alternativa D está correta. Art. 72, do CP: “No concurso de crimes, as penas de multa são aplicadas distinta e integralmente”.

A alternativa E está incorreta. Atualmente, é vedada a conversão da pena de multa em pena privativa de liberdade. Deve-se aplicar a matéria relativa às dívidas da Fazenda Pública do CP: Art. 51, do CP: “Transitada em julgado a sentença condenatória, a multa será executada perante o juiz da execução penal e será considerada dívida de valor, aplicáveis as normas relativas à dívida ativa da Fazenda Pública, inclusive no que concerne às causas interruptivas e suspensivas da prescrição”.

QUESTÃO 80. Em 1º de janeiro de 2024, João iniciou a execução de um crime de estelionato, enviando e-mails fraudulentos para diversas vítimas. A consumação do crime, com a obtenção da vantagem ilícita, ocorreu em 15 de janeiro de 2024. No dia 10 de janeiro de 2024, entrou em Vigor uma nova lei que agravou a pena para o crime de estelionato.

Diante da situação hipotética e da jurisprudência dominante dos Tribunais Superiores, assinale a afirmativa correta.

a) Aplica-se a lei vigente em 1º de janeiro de 2024, pois o crime se considera praticado no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

b) Aplica-se a lei vigente em 15 de janeiro de 2024, pois o crime se considera praticado no momento da consumação, quando se reúnem todos os elementos de sua definição legal.

c) Aplica-se a lei vigente em 10 de janeiro de 2024, por ser a lei mais grave e ter entrado em vigor durante a execução do crime, prevalecendo o princípio da retroatividade da lei penal mais gravosa.

d) Aplica-se a lei mais benéfica ao réu, independentemente da data de sua entrada em vigor, em observância ao princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica.

e) A questão não pode ser resolvida sem a informação sobre a data do recebimento da denúncia, pois é a partir dela que se define a lei aplicável ao crime de estelionato.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata da aplicação da lei penal no tempo.

A alternativa A está correta. De acordo com o art. 4º do Código Penal: “Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.”.

A alternativa B está incorreta. A consumação do crime não define, por si só, a lei aplicável. O Código Penal considera o momento da ação ou omissão como o marco para aplicação da lei penal.

A alternativa C está incorreta. O princípio mencionado na afirmativa não é admitido no ordenamento jurídico brasileiro.

A alternativa D está incorreta. Embora o princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica seja válido, ele não se aplica aqui, pois a nova lei é mais gravosa, e não mais benéfica.

A alternativa E está incorreta. A data do recebimento da denúncia não define a lei aplicável. O que importa é o momento da ação ou omissão que deu início ao crime, conforme o art. 4º do Código Penal: “Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: vinicius.militao@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreira juridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreira juridica)